



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

CAMILA AMARAL PEREIRA

**JOÃO PINHEIRO DA SILVA: ORGANIZAÇÃO
NACIONAL E DINÂMICA ECONÔMICA (1890-1908)**

**Campinas
Março de 2016**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

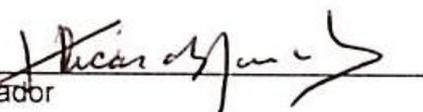
CAMILA AMARAL PEREIRA

**JOÃO PINHEIRO DA SILVA: ORGANIZAÇÃO
NACIONAL E DINÂMICA ECONÔMICA (1890-1908)**

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA CAMILA
AMARAL PEREIRA E ORIENTADA PELO
PROF. DR. JOSÉ RICARDO BARBOSA
GONÇALVES.**


Orientador

CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

P414j Pereira, Camila Amaral, 1989-
João Pinheiro da Silva: organização nacional e dinâmica econômica
(1890-1908) / Camila Amaral Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Silva, João Pinheiro da, 1860-1908. 2. Minas Gerais - Política e governo.
I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: João Pinheiro da Silva: National Organization and Dynamic
Economy(1890-1908)

Palavras-chave em inglês:

Silva, João Pinheiro da, 1860-1908

Minas Gerais - Politics and government

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves [Orientador]

Fernando Cesar de Macedo Mota

Fernanda Faria Silva

Data de defesa: 28-03-2016

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CAMILA AMARAL PEREIRA

**JOÃO PINHEIRO DA SILVA: ORGANIZAÇÃO
NACIONAL E DINÂMICA ECONÔMICA (1890-1908)**

Defendida em 28/03/2016

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof^a. Dr^a. FERNANDA FARIA SILVA
Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFOP

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre comigo e iluminar minha caminhada.

Agradeço a meus pais, Cosme e Paulina, as minhas irmãs Poliana e Janaynna, pelo apoio e compreensão.

Sou grata as amigas, Flávia Ferreira e Marlene Grade, suas sugestões foram de especial valia. Agradeço aos professores Diana Viana, Fernanda Faria, Daniel Cosentino, Milena Oliveira, aos colegas, Francisco Monticeli e Leonardo Nunes. As meninas da casa P10-A pela convivência, vocês serão lembradas com carinho.

Agradeço em especial, ao Leandro Cavalcanti Silva, ao Gilson Gonçalves, a dona Beth Franco, a Dália Ramirez e ao grupo de corrida GGBS/LABEX. Foi um prazer conhecer vocês e compartilhar tantas alegrias na Unicamp, “companheiros de todas as horas”.

Aos professores, Denis Maracci Gimenez e Fernando César de Macedo, que muito me acrescentaram no exame de qualificação.

Agradeço a Drielli Peyerl, pela prontidão em ler minhas escritas mesmo estando fora do país, você contribuiu para a realização desta dissertação.

Agradeço ao professor e orientador, José Ricardo Barbosa Gonçalves, que me fez compreender meus limites para avançar, transformando a minha forma de pensar o Brasil.

Ao Instituto de Economia da Unicamp pela oportunidade que me foi oferecida.

A CAPES pela bolsa de estudo concedida.

De uma forma geral, deixo aqui meus sinceros agradecimentos, a todos que contribuíram e contribuem para a minha formação, não apenas na época da dissertação de mestrado, mas sim, na Universidade da vida, como ser humano, sempre em construção.

Obrigada,

Camila Amaral

(...) eu tinha a firme convicção de que o primordial dever dos governos em países novos era antes de tudo, cuidar do seu progresso material e do desenvolvimento de sua riqueza. Parecia, pois, que a **preocupação econômica** deveria ser, de todas as que se agitavam a questão capital a estudar e solver.¹ (grifos nossos)

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região - que se escala. (...) Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois **Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.**² (grifos nossos)

¹ João Pinheiro da Silva, Manifesto Candidatura do senado. Minas Gerais, anno XIX, nº21, p.06, 19/01/1905

² ROSA. João Guimarães. Ave, Palavra. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1970.

RESUMO

PEREIRA, C.A. João Pinheiro da Silva: organização nacional e dinâmica econômica (1890-1908). Campinas: IE/UNICAMP, 2016 (Dissertação de Mestrado)

O objetivo é entender as proposições formuladas pelo político mineiro, João Pinheiro da Silva, para a organização econômica do Brasil entre os anos de 1890 a 1908. Para tanto, buscamos analisar o círculo político de Pinheiro, sua trajetória de vida, sua experiência enquanto homem público e quais foram as referências que marcaram sua formação e compreensão do Brasil da época. O método principal é a análise dos documentos do Fundo de João Pinheiro, encontrados no Arquivo Público Mineiro (APM), e dos documentos da Fundação João Pinheiro (FJP), todos localizados na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A pesquisa se justifica pela contribuição de João Pinheiro, ser importante para a interpretação do Brasil, na organização econômica do país durante a primeira fase do período republicano. Pinheiro observou a realidade do país a partir de Minas Gerais para então transformá-lo com “ideias econômicas propulsoras” que ganharam notoriedade e relevância na dimensão nacional até os dias atuais.

Palavras-chave: João Pinheiro da Silva; Minas Gerais; organização econômica do Brasil; projeto de nação

ABSTRACT

PEREIRA, C.A. João Pinheiro da Silva: National Organization and Dynamic Economy (1890-1908). Campinas: IE/UNICAMP, 2016 (Master's Dissertation)

The purpose of this thesis is to understand the propositions formulated by the mineiro politician, João Pinheiro da Silva, towards the economic organization in Brazil from 1890 to 1908. Therefore, we aim to analyze Pinheiro's political circle, the course of his life, his experience as a public figure and also the references that influenced his development and the comprehension he had about Brazil at the time. The main method is the document analysis from João Pinheiro Fund, found in the Mineiro Public Archive (APM), located in Belo Horizonte, Minas Gerais. The research is sustained by João Pinheiro's contribution in envisioning the economic organization of the country during the first phase of the republic, having great importance for the understanding of Brazil. Pinheiro observed the country's reality based on Minas Gerais in order to transform it with "impelling political ideas", which earned him notoriety and significance on a national scale until the present day.

Keywords: João Pinheiro da Silva; Minas Gerais; economic organization of Brazil; national project

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1. FORMAÇÃO NACIONAL E TRAJETÓRIA DE JOÃO PINHEIRO (1860-1908)	4
1.1 Contexto nacional do início da República	5
1.2 Organização social: a ordem do positivismo no Brasil.....	14
1.3 Trajetória de João Pinheiro (1860-1908) e apontamentos da organização nacional	17
1.4 Revisão bibliográfica sobre João Pinheiro da Silva.....	25
2. MINAS GERAIS E SUA ARTICULAÇÃO POLÍTICA (1890-1908) ..	44
2.1 A situação econômica da região.....	44
2.2 Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro ...	52
2.3 Relação entre partidos e a articulação com Pinheiro	56
3. A SINGULARIDADE DE JOÃO PINHEIRO PARA PENSAR O BRASIL: ORGANIZAÇÃO NACIONAL E DINÂMICA ECONÔMICA (1890-1908) 61	
3.1 Possíveis influências de leituras	61
3.2 João Pinheiro da Silva e um projeto de nação	64
3.3 Atuações de João Pinheiro e a situação financeira de Minas Gerais: despesas reprodutivas.....	76
3.3.1 Pinheiro e o Convênio de Taubaté (1906 -1908)	83
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
5. ANEXOS	87
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
FONTES PRIMÁRIAS	103
FONTES SECUNDÁRIAS	108

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

- Figura 1. Foto de João Pinheiro da Silva (1890-1908)..... 17**
- Figura 2. Mapa da província de Minas Gerais por regiões (século XIX) 45**

Quadros

- Quadro 1. Produção mundial de café (1901-1907) 8**
- Quadro 2. Imposto de exportação do café de Minas Gerais (1898-1908).... 10**
- Quadro 3. Imposto de exportação do café do Rio de Janeiro (1898-1908).. 11**
- Quadro 4. Imposto de exportação do café de São Paulo (1898-1908) 12**
- Quadro 5. Percentual do valor de produção de café e o total das exportações de Minas Gerais (1889-1913) 49**
- Quadro 6. Bancos de Minas Gerais em funcionamento no estado 50**
- Quadro 7. Endividamento externo mineiro (1896-1909)..... 51**
- Quadro 8. Estimativa do valor da carne bovina em mil reis (1908)..... 67**
- Quadro 9. Principais exportações brasileiras (1889-1913) em porcentagem (%) 87**
- Quadro 10. Balança comercial brasileira (1889-1909) 88**
- Quadro 11. Orçamento do Brasil (1889-1909) em 1.000 contos de réis 90**
- Quadro 12. Endividamento externo brasileiro (1889-1909) 92**
- Quadro 13. Principais produtos da pauta de exportação de Minas Gerais 93**
- Quadro 14. Políticos mineiros (1891-1914)..... 96**
- Quadro 15. Presidentes do Brasil (1889-1909) 96**

Quadro 16. Orçamento de Minas Gerais (1889-1909).....	97
Quadro 17. Deputados estaduais mineiros	98
Quadro 18. Senadores da 27^a legislatura (1906-1908)	101
Quadro 19. Exportação de Minas Gerais no governo de Pinheiro (1906-1908)	101
Quadro 20. Imposto de arrecadação estadual sobre a produção mineira (1906-1908)	102

ABREVIATURAS

Arquivo Público Mineiro – APM

Belo Horizonte – BH

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais – CAICMG

Fundo João Pinheiro – FJP

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Minas Gerais – MG

Partido Republicano Mineiro – PRM

Partido Republicano Paulista – PRP

São Paulo – SP

INTRODUÇÃO

Em 1870, a publicação do Manifesto Republicano já anunciava mudanças significativas no cenário político brasileiro, de uma Monarquia para uma futura República³. Em 1889, a Proclamação da República representou uma possível ruptura com a herança colonial, no sentido de que estavam postas as condições estruturais de desenvolvimento endógeno dos mecanismos de acumulação de capital no Brasil (CARDOSO DE MELLO, 1991).

Segundo Gonçalves (1990, p.67), nessas “mudanças significativas” podem ser incluídas “a abolição da escravatura – expressão de uma renovada relação de produção; a Proclamação da República – marco institucional de uma nova ordem e o congresso constituinte – definidor das novas relações jurídico-políticas”. Tais transformações expressariam a articulação de uma nova ordem no Brasil.

Essa articulação para a “nova ordem” pode ser entendida, conforme Sérgio Buarque de Holanda (1997), por meio da necessidade da formação de um quadro político instituído no regime republicano que deveria responder a uma forma adequada à nova composição social.

Como expressão dessa “composição social”, definimos, como objeto de estudo dessa dissertação, a figura singular do político mineiro João Pinheiro da Silva (1860-1908), o qual se inseriu junto à elite nacional por meio de ideais positivistas com os quais buscou compreender a realidade brasileira contribuindo na construção de um projeto nacional.

De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes (1975, p.29), um projeto de nação deveria internalizar no Brasil uma dinâmica econômica especificamente capitalista. Porque “antes da proclamação da República a sociedade brasileira mantinha-se, por causa da escravidão e da dominação senhorial, os componentes do mundo colonial que subsistiam”. Esse projeto de nação exigiria uma ação consciente, orientada por princípios

³ O manifesto foi publicado em 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro com objetivo de derrubar a Monarquia e estabelecer o Regime Republicano no Brasil. Trecho do Manifesto: É a voz de um partido que se alça para falar ao país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração ou revogação da carta outorgada de 1824, está por ela mesma revista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inalienáveis direitos da nação. (...) Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. (p.02). (O Manifesto do Partido Republicano pode ser encontrado no site do Senado Federal do Brasil: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185599>> acessado em 10 de fevereiro de 2016.

políticos e articulação econômica, para direcionar a atuação pública na sociedade nacional. E para nós, João Pinheiro da Silva realizou ações conscientes, no sentido do interesse nacional para transformar a sociedade brasileira, conforme Florestan Fernandes mencionara.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral entender as proposições formuladas pelo político mineiro João Pinheiro da Silva para a organização nacional do Brasil, entre os anos de 1890 a 1908, na tentativa de analisar a construção de um pensamento econômico com ideias positivistas sobre o país a partir de Minas Gerais no período da Proclamação da República.

Como mencionado, o estudo inicia-se em 1890, período da formação da República no Brasil, momento esse em que a ação política deveria se articular com as ações econômicas para propiciar as condições de um projeto de nação. E de acordo com Dulci (2005), os anos de 1890 a 1908 foram o período de maior participação política para afirmar Minas Gerais no âmbito nacional, bem como o de maior atuação da vida pública de João Pinheiro da Silva.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que a singularidade de João Pinheiro seria de pensar o Brasil por meio da organização nacional para construir um projeto de nação. A problematização proposta é a de entender se o olhar de Pinheiro em relação à organização do país, por meio da dinâmica econômica, já seria em si um projeto de nação. De que forma os ideais de projeto nação podem ser evidenciados em ações de João Pinheiro?

Para responder o objetivo geral e as próprias indagações aqui expostas, utilizaremos de fontes primárias do Fundo João Pinheiro, material formado por cartas, discursos, decretos, manifestos e jornais, pesquisado e coletado no Arquivo Público Mineiro (APM) e na Fundação João Pinheiro (FJP), ambos localizados em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Para complementar e aprofundar as informações analisadas nas fontes primárias, optamos, como embasamento teórico, autores que se propuseram a interpretar o Brasil e de estudos da formação econômica de Minas Gerais, como Florestan Fernandes (1975), Caio Prado Junior (1959), Fernando Novaes (1995), Celso Furtado (2007), Alberto Torres (2002), Ivan Lins (1957), Otavio Dulci (1999), Jose Murilo de Carvalho (2008), Ângela de Castro Gomes (2005), entre outros.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos

contextualizar o início da República, o pensamento positivista no Brasil para sua organização social, bem como a trajetória de João Pinheiro, buscando reconstituir seus laços familiares, sua formação educacional, sua participação na política e na atividade industrial. Para apresentar quem foi esse político, procuramos relacionar seu histórico de vida, a conjuntura à qual pertenceu e os cargos que ocupou.

No segundo capítulo, observamos a formação econômica de Minas Gerais, região em que João Pinheiro da Silva nasceu e construiu sua carreira política. Por fim, no terceiro capítulo, que é o ponto central da pesquisa, buscamos identificar em João Pinheiro, uma interpretação de Brasil pensada a partir de seu entendimento acerca da organização nacional por meio da dinâmica econômica. Registramos que foi a essência dos acontecimentos de 1890 a 1908, da relação entre João Pinheiro e sua trajetória, com a formação nacional e a particularidade regional mineira, que propiciou, por meio de sua mentalidade positivista, a construção de um projeto de nação para o Brasil.

1. FORMAÇÃO NACIONAL E TRAJETÓRIA DE JOÃO PINHEIRO (1860-1908)

O período de transição para a constituição da República no Brasil, pode ser entendido como um movimento de redefinição da produção de riquezas socialmente necessárias, tendo como característica principal o conflito entre o trabalho e o capital. Pois, com o advento da República, se exacerbam as tensões das relações propriamente capitalistas, progressivamente a mão de obra escrava vai sendo substituída pelo trabalho assalariado, mudando a estrutura das relações de produção e reprodução da vida material brasileira⁴.

Na mesma linha de análise, Fernando Novais (1995, p. 70) aponta que, “a ultrapassagem do último e decisivo passo na instauração da ordem capitalista pressupunha, de um lado, ampla acumulação de capital por parte da camada empresária, e de outro, expansão crescente do mercado consumidor de produtos manufaturados”. Para o autor ainda, o fim da escravidão estaria relacionado com as estruturas de desenvolvimento endógeno dos mecanismos de acumulação de capital no Brasil, pois a formação do capitalismo brasileiro avançava e o trabalho compulsório já não respondia ao movimento do capital mundial. Ao prosseguir Novais (1995) evidencia que:

A massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis, e isso trava a constituição de um mercado interno. No conjunto, tal configuração do mundo colonial responde ao funcionamento do sistema, enquanto as economias centrais se desenvolvem apenas no nível da acumulação primitiva de capitais, e a produção se expande no nível artesanal, ou mesmo manufatureiro. Quando, porém, essa etapa é ultrapassada, e a mecanização da produção com a Revolução Industrial, potenciando a produtividade de uma forma rápida e intensa, leva a um crescimento da produção capitalista num volume e ritmo que passam a exigir no ultramar mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade como um todo, o que se torna imprescindível é a generalização das relações mercantis. (NOVAIS 1995, p. 112).

Entende-se que Novais (1995) observava a crise do sistema colonial mercantilista, que contemplava o período de acumulação primitiva do capitalismo mundial. Essa análise estrutural também é confirmada por Caio Prado Junior (1959):

⁴ GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898). FFLCH-USP, 1990.

No contexto europeu, o desenvolvimento industrial representou a passagem do capital comercial para o capital industrial, às antigas estruturas monopolistas começam a ruir e a ideologia liberal tomou conta do pensamento econômico europeu. Como não poderia ser diferente, o Brasil, periferia da Europa, adotou o liberalismo como base ideológica econômica. Serão as ideias liberais que desencadearão no processo que levará a queda do Império e propagará as ideias republicanas no país. A indústria capitalista tomou logo tamanho vulto que ofuscou o capitalismo comercial e assumiu cada vez mais o domínio da economia europeia. (PRADO JUNIOR, 1959, p.124).

Para ambos os autores, o contexto internacional entre o século XIX e início do XX é caracterizado pelo “imperialismo”, no sentido de que, as economias centrais da Europa irão se apropriar das regiões, como a América Latina, em busca de fortalecer seus impérios. Para refletir sobre essa questão, a obra “Era dos impérios (1875-1914)”, Hobsbawn (2007) nos esclarece que o imperialismo é a relação de políticas expansionistas das principais nações europeias que tinha por objetivo a busca de mercado consumidor, de mão de obra barata e de matérias primas para o desenvolvimento das indústrias.

Nesse contexto, o movimento da transição para a República no Brasil pode ser pensado, de acordo com Cardoso de Mello (1991), por meio da passagem da economia exportadora para a economia industrial do século XX. Pois o processo de formação do capitalismo brasileiro, neste período, representa uma possibilidade de ruptura com a estrutura colonial. Seria um momento de transição para organizar a produção e reprodução da vida material do Brasil por meio da formação de capital internamente, pois a realização desse capital iria se deslocar para a produção brasileira, no sentido de possibilitar as condições de definição do investimento.

Em uma breve conclusão, esse é o movimento estrutural e histórico que acompanha a formação brasileira, a partir desta sucinta contextualização. Assim, nesse primeiro capítulo, buscamos entender a organização do Brasil no início da República, bem como compreender a atuação política de João Pinheiro da Silva.

1.1 Contexto nacional do início da República

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1997), a realização da nova “ordem social” com a implantação da República, necessitaria de um quadro político que deveria

responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição da sociedade.

Para este autor, existiria um elo secreto, entre o movimento da abolição da escravatura e a ascensão da República, que poderia ser registrado como uma possibilidade de revolução brasileira para romper com o passado colonial e propiciar a emergência das camadas oprimidas da população, no sentido de revitalizar a sociedade e dar um novo sentido à vida política brasileira. Ainda para Holanda (1997):

Embora se esperasse que os senhores dos grupos dominantes atuassem na nova composição da organização social, os membros dos grupos dominados “fisicamente não há dúvida que são melhores do que a classe mais elevada, e mentalmente também o seriam se lhes fossem favoráveis as oportunidades”. E a construção da República brasileira seria o momento de ruptura do predomínio das oligarquias, com o advento de novas camadas, condição única para vermos “finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar” (HOLANDA, 1997, p. 180).

Conforme o autor, entende-se que o sentido dessa nova política seria de compreender as contradições sociais do Brasil e atuar sobre elas. Essas contradições são expressas pela resistência do grupo dominante (ex-donos de escravos e agora fazendeiros) em perder seus privilégios, suas posses, suas propriedades de terra com o advento da República. Enquanto isso, o grupo dominado (ex-escravos e agora trabalhadores livres) tinha expectativas que suas condições de vida fossem redefinidas. Assim, Holanda (1997) explica que o regime republicano deveria se adequar à nova composição da organização social do Brasil, por meio da formação de uma elite consciente da realidade brasileira que rompesse com os interesses privados das oligarquias e garantisse oportunidade aos trabalhadores livres.

Em conformidade, para Oliveira (2009), a Proclamação da República e a instituição do trabalho livre trariam consequências imediatas em relação a nova hierarquização da sociedade pelo trabalho e capital, pois novos comportamentos de classe para legitimar as posições adquiridas aufeririam distanciamentos em relação aos inferiores da escala social. Por isso, segundo Florestan Fernandes (1975), era necessário a ação consciente de uma elite brasileira que construiria um projeto de nação para transformar a sociedade na tentativa de amenizar as desigualdades sociais da formação do país.

Para Delfim Netto (2009, p. 29), a abolição dos escravos no Brasil trazia consigo, além de problemas sociais, problemas econômicos, porque a economia brasileira era uma

economia exportadora de café e, antes do abolicionismo, o custeio da fazenda de café era relativamente pequeno para os fazendeiros, “pois a parte mais importante desse custeio - que era o pagamento a mão de obra - praticamente não existia”⁵.

Para esta análise, é fundamental ter em perspectiva, como destacou Cardoso de Mello (1991, p.56), o fato de o café ser uma “planta perene que tem um longo período de maturação”, o que exigia “considerável emprego de mão-de-obra tanto para o plantio, quanto para os cuidados rotineiros, que alongavam por quase todo o ano. Seria indispensável, portanto, cobrir ao menos em parte certas despesas antes que o cafezal entrasse na produção”.

Cardoso de Mello (1991, p.56) continua sua análise a partir da demanda externa do café. “Nas três primeiras décadas do século XIX, o café deixou de ser um produto colonial, uma vez que seu consumo generalizou. Para que isto pudesse ocorrer, os preços internacionais baixaram, em grande parte devido ao crescimento da oferta brasileira.”⁶

Esse movimento é articulado com as condições mundiais do capitalismo industrial, o qual necessitaria da “formação de uma periferia produtora, em massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer, mediante trabalho assalariado” para complementar a expansão do mercado mundial (CARDOSO DE MELLO, 1991, p.45).

Para Furtado (2007, p. 253), o mercado mundial do café no final do século XIX era tão favorável aos brasileiros, que o país controlava cerca de setenta e cinco por cento da oferta mundial do produto. Porém, com a crise norte-americana de 1893 e a depressão ocorrida no mercado mundial em 1897, o preço do café, que até então estava elevado por

⁵ Para Franco (1991, p. 83), o período de transição para a República teria um notável impacto monetário no país, pois o pagamento de salários multiplicaria em muitas vezes, por exemplo, as necessidades de capital de giro na atividade agrícola, com isto, elevaria bastante o grau de monetização e a demanda por moeda na economia. “Este movimento da disseminação do trabalho assalariado poderia desordenar o sistema bancário do país, por meio da presença de crises de liquidez”. Ver mais FRANCO, Gustavo H. B.. A Década Republicana: o Brasil e a economia internacional 1888/1900. Rio de Janeiro, editora: José Olympio.199. É importante ressaltar que, em nossa pesquisa não explicaremos o período do Encilhamento, que ocorreu no início da república e desencadeou numa crise financeira, porque não foi um movimento político diretamente relacionado ao café, embora com evidentes consequências sobre ele. Para entender sobre o Encilhamento ver mais em: AGUIAR, Pinto de. Rui e a economia brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

⁶ O consumo europeu, no final do século XIX não atingira ainda, um milhão de sacas. O valor de seu comércio não era, pois, dos mais elevados. Mas a sua adoção definitiva pelos núcleos de civilização da Europa ia incrementar seu maior emprego na era industrial do século XIX, quando a humanidade necessitava desenvolver grande atividade física e intelectual. O café, nesse tempo, passou a ser usado por operários e quem facilitou seu uso, proporcionando grande produção e relativa redução de preços foi o Brasil, que a partir de 1830, tornar-se-ia, ininterruptamente, a maior região produtora de café no mundo. (SIMONSEN, Roberto, 1973, p.171. *Apud* CARDOSO de MELLO, 1991, p.56)

conta da demanda do produto, despencou consideravelmente, - a crise que se desenvolveu no país evidenciou a vulnerabilidade da economia brasileira - ⁷. “Enquanto a saca do café em 1893 era vendida por 4,09 libras, em 1899 já havia caído para 1,48 libras”.⁸

Observa-se, nesse período, que a renda do Brasil era pautada pela exportação do café, que gerava grandes retornos financeiros. Porém, a queda do preço do café colocava os agricultores em situação deficitária, bem como o governo, pois a redução dos preços tornava insolváveis os fazendeiros e a receita do país. (DELFIN NETTO, 2009)⁹. A produção mundial do café pode ser conferida no quadro abaixo¹⁰:

Quadro 1. Produção mundial de café (1901-1907)

Produção mundial de café (milhares de sacas de 60 quilos)			
Ano da safra	Café brasileiro	Café de outros países	Produção mundial
1901	16,145	3,645	19,79
1902	12,945	3,72	16,665
1903	11,101	4,891	15,992
1904	10,523	3,923	14,446
1905	10,844	3,948	14,792
1906	20,19	3,596	23,786
1907	11,001	3,861	14,862

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2 ed. rev. E atual do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990

Depois da crise mundial, nota-se que o preço do café brasileiro começou a declinar. O preço médio da saca exportada, entre 1901 a 1905, foi de 12,311. O preço

⁷ A crise norte-americana era relacionada ao amplo financiamento de suas ferrovias. Ver mais em FURTADO (2007).

⁸ Segundo Cano (1975), a partir de 1897, os preços externos e internos do café caem, provocando uma longa crise, que terminaria por volta de 1910-1911. Note-se que, nos doze anos que compreendem o período de 1898 a 1910 é diminuto o acréscimo das plantações, tendo em vista, não apenas os preços baixos, mas, principalmente, os efeitos decorrentes da política deflacionista que se inicia com o governo de Campos Salles (1898-1902) e que continua no de Rodrigo Alves (1902-1906). A instituição, por um quinquênio, de um imposto de dois contos de réis sobre cada novo alqueire plantado com café, a partir de 1902, prorrogado por mais cinco anos, e, as demais restrições decorrentes das normas estabelecidas pelo Convênio de Taubaté, em 1906, tornava praticamente proibitivo, qualquer novo plantio. (p.29)

⁹ Sobre as receitas e despesas do Brasil da época, podemos conferir no anexo desta pesquisa (quadro 11), que nos anos de 1890 a 1908, entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, prevaleceram altos déficits nas finanças da União, principalmente devido a empréstimos para alavancar e proteger o café brasileiro. (Em relação ao endividamento externo ver quadro 12).

¹⁰ Sobre as principais exportações brasileiras (1889-1913) e a balança comercial do país (1889-1909), ver os quadros 09 e 10 em anexo.

médio da saca exportada do café de outros países, no mesmo período, foi de 4,025. E a média da produção mundial antes da valorização do café foi de 16,337 (milhão de sacas de 60 quilos).

Segundo Delfim Netto (2009, p. 62), diante deste contexto de declínio dos preços do café no mercado mundial, estabeleceu-se um acordo firmado pelos presidentes dos estados de São Paulo, Jorge Tibiriçá (1904-1908), Rio de Janeiro, Nilo Peçanha (1904-1906) e Minas Gerais, Francisco Antônio Salles (1902-1906) em Taubaté, a 25 de fevereiro de 1906 “no qual se articulava um convênio para valorizar o café”. Sendo que a política de valorização do café consistia nas seguintes medidas:

Com o fim de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada e a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. (FURTADO, 2007, p.253-254)

Essa política de valorização mostra as preocupações dos estados produtores do café em assegurar medidas que viabilizassem o aumento do preço do café no mercado internacional. Essas medidas, ao mesmo tempo em que fortaleciam a renda nacional - pois era por meio da exportação do café que o país auferia a maior parte de sua receita - fortaleciam também, aos cafeicultores já que asseguravam sua reprodução e seus lucros.

Conforme Delfim Netto (2009), o convênio de Taubaté:

Fixava preços mínimos de 55 a 65 francos, em ouro ou moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano. Essa cotação vigoraria para o primeiro ano do acordo e poderia, posteriormente ser elevada até o máximo de 70 francos, segundo as conveniências do mercado. Simultaneamente, seria dificultada a exportação dos tipos inferiores ao 7, melhorada a propaganda no exterior e estimulado o consumo no país. Nesse projeto, o financiamento do esquema seria realizado à custa de emissões lastreadas com um empréstimo externo projetado de 15 milhões de libras esterlinas, o qual serviria de base para a criação da caixa de conversão. Esse empréstimo seria garantido por uma sobretaxa de três francos, a ser cobrada sobre cada saca exportada. Como medida complementar, os estados signatários do convênio (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) se comprometiam a dificultar a expansão da área plantada com café. (DELFIN NETTO, 2009, p.62)

Entendemos que o convênio tinha o objetivo de manter e assegurar o financiamento do café por meio do empréstimo internacional. Essa dívida seria paga por meio do imposto sobre cada saca de café exportada.

A atividade cafeeira era o que conferia a capacidade de receitas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa afirmação pode ser confirmada pelos dados abaixo, apresentados nos quadros 02,03 e 04, ao demonstrar que a percentagem da receita que as respectivas regiões do café arrecadavam com sua exportação, era a maior fonte de renda dos estados. Observemos o imposto de exportação do café na região mineira:

Quadro 2. Imposto de exportação do café de Minas Gerais (1898-1908)

Percentagem do imposto do café no total da Receita de Minas Gerais (1898-1909) em mil reis			
Ano	Receita total	Imposto sobre o café	Percentagem em relação ao total (%)
1898	18.102:189\$27	11.553:952\$85	63,82
1899	18.724:548\$61	11.317:565\$08	60,44
1900	14.768:583\$96	7.916:202\$27	53,6
1901	16.571:036\$46	8.698:373\$48	52,49
1902	16.983:906\$54	7.502:476\$74	44,17
1903	16.308:805\$05	6.992:306\$14	42,87
1904	17.388:172\$13	7.231:484\$86	41,58
1905	14.071:274\$41	4.950:251\$16	35,17
1906	14.952:880\$28	5.808:584\$36	38,84
1907	20.993:508\$80	10.850:844\$51	51,68
1908	20.105:193\$68	8.892:228\$83	44,22
1909	21.185:324\$88	9.971:177\$30	47,06

Fonte: VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. Curitiba, UFPR. 1999. p. 04

Percebe-se que, o imposto do café para Minas Gerais contribuía em média, com a metade da renda do Estado. O que é um valor expressivo para a arrecadação do governo estadual. No entanto, pode-se observar que com a crise mundial, a percentagem do imposto do café mineiro vai reduzindo a cada ano, por isso a importância da participação de Minas Gerais no convênio do Taubaté.

Para Viscardi (1999, p. 04) essa percepção “deixava os cafeicultores em uma posição politicamente confortável, na medida em que a garantia dos preços do café era de interesse, não só dos agentes econômicos a ele ligados, como do próprio estado de Minas Gerais”. O quadro do imposto de exportação do café do Rio de Janeiro pode ser observado abaixo:

Quadro 3. Imposto de exportação do café do Rio de Janeiro (1898-1908)

Percentagem do imposto do café no total da Receita do Rio de Janeiro (1898-1909) em mil reis			
Ano	Receita total	Imposto sobre o café	Percentagem em relação ao total (%)
1898	10.495:703\$49	7.355:424\$39	70,08
1899	9.705:760\$32	6.371:068\$91	65,64
1900	7.969:327\$24	4.838:878\$55	60,71
1901	9.224:166\$48	4.896:204\$47	53,08
1902	6.728:199\$81	3.506:205\$76	52,11
1903	6.798:716\$94	3.518:482\$34	51,75
1904	8.231:276\$63	2.959:696\$59	35,95
1905	7.799:245\$29	2.231:301\$84	28,6
1906	8.680:574\$76	2.498:873\$94	28,78
1907	7.577:854\$47	1.757:120\$94	30,46
1908	6.824:112\$79	1.932:175\$95	24,13
1909	9.066:692\$38	2.094:721\$20	28,31

Fonte: FERREIRA, Marieta M. Em busca da Idade do Ouro, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p.42¹¹.

Podemos observar acima, que a arrecadação do estado do Rio de Janeiro por meio da atividade cafeeira era significativa, a percentagem do imposto era na média de cinquenta por cento. Um valor da arrecadação parecida com o estado de Minas Gerais em relação à média da participação do imposto do café nas receitas do estado. Porém, percebe-se que a receita total do Rio de Janeiro era menor em comparação a de Minas Gerais.

¹¹ O quadro também pode ser encontrado em: VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. Curitiba, UFPR. 1999. P. 07

E no decorrer dos anos, a importância da arrecadação do imposto do café na região do Rio vai reduzindo bruscamente, conforme pode ser vista acima, mas mesmo assim, seria uma fonte de renda importante para o estado. E após o convênio de Taubaté a arrecadação do imposto cafeeiro fica em torno de trinta por cento da receita total.¹² Em relação a importância da atividade cafeeira para São Paulo pode ser verificada no quadro abaixo:

Quadro 4. Imposto de exportação do café de São Paulo (1898-1908)

Porcentagem do imposto do café no total da Receita de São Paulo (1898-1909) em mil reis			
Ano	Receita total	Imposto sobre o café	Porcentagem em relação ao total (%)
1898	26.026\$275\$27	16.682:842\$449	64,1
1899	29.050:730\$68	20.248:359\$28	69,7
1900	29.282:311\$33	20.073:311\$80	70,6
1901	31.989:404\$65	23.064:360\$75	72,1
1902	24.918:583\$79	17.069:229\$89	68,5
1903	22.145:686\$754	14.660:444\$63	66,2
1904	24.816:823\$82	17.222:875:737	69,4
1905	19.296:639\$577	11.867:433\$339	61,5
1906	26.195:022\$82	17.550:665\$289	67
1907	27.981:414\$70	18.243:882\$385	65,2

¹² Como o objetivo da pesquisa não é estudar a região do Rio de Janeiro nos limitaremos nesta análise. Para compreender melhor o Convênio de Taubaté no Rio de Janeiro ver mais em: FERREIRA, Marieta M. Em busca da Idade do Ouro, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Em relação ao deslocamento do café do Rio de Janeiro, ver também em: FRANCO, Gustavo H. B. Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, RJ: PUCRJ, 1987.

O declínio da agricultura no Vale da Paraíba se devia a um amplo complexo de causas, dentre as quais podemos resumidamente apontar o esgotamento do solo, a dificuldade de expansão do plantio por incorporação de novas terras, escassez e conseqüentemente elevação dos preços de mão-de-obra escrava, falta de sensibilidade para o problema da transição para o trabalho livre, além do grande endividamento dos fazendeiros do Vale, na década de mil oitocentos e oitenta, junto a alguns bancos da praça do Rio de Janeiro. (FRANCO, 1987, p.21). Ainda: (...) O café mineiro enriquecia a vida comercial do Rio, movimentava sua economia portuária e contribui, desta forma, para sua expansão urbana. Ver mais em: SINGER. Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana., 1968, p.212.

O autor Wilson Cano em sua tese de doutorado “Raízes da concentração industrial em São Paulo” (1975) também estuda a limitação do estado da região do Rio de Janeiro para a produção do café. “Planta que requer condições especiais de solo e de clima, o café escravista encontraria, na região oriental fluminense e no Vale do Paraíba, uma série limitação de terra, para a sua expansão e rendimento econômico. (p.12)

1908	22.189:593\$92	13.180:618\$79	59,4
1909	33.210:696\$57	22.384:009\$492	67,4

Fonte: VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. Curitiba, UFPR. 1999. p. 05

Por meio dos dados apresentados, observa-se que o café para a arrecadação das finanças do Estado de São Paulo era o de maior expressão, cerca de 67,76 por cento, antes do convênio de Taubaté. Para Viscardi (1999, p. 06) a arrecadação de São Paulo “permitia uma flexibilidade orçamentária maior para lidar com a crise, além de permitir com que o estado investisse na melhoria das condições de produção e circulação do café”. Observa-se que São Paulo foi a região que mais valorizou seu café, de 1905 para 1906, teve-se um aumento de 5,5 por cento na arrecadação do imposto de exportação do estado¹³.

A vista do exposto, o convênio de Taubaté seria benéfico para as regiões cafeeitoras, mesmo que em maior ou menor grau. É importante ressaltar segundo Sérgio Silva (1976, p. 17), que foi “na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas era mais acelerado e foi aí que se encontrava a maior parte da indústria nascente brasileira (...)”. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (...) e a construção de uma rede de estradas de ferro para o transporte de mercadorias. “Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas de café implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil” (p. 50).

Como a análise de nossa pesquisa está centrada “no estágio inicial do capitalismo no Brasil”¹⁴, buscamos observar o setor cafeeiro (1890-1908) por meios de seus representantes diretos, a burguesia cafeeira, homens exportadores de café que reservavam para fins privados, o auferimento do lucro realizado na exportação do café e que no nosso entendimento, não estava voltado para o interesse nacional.

¹³ “Ao contrário das demais regiões, São Paulo contou com os elementos fundamentais para sua expansão diversificada e concentradora: avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado “interno” e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil”. (CANO, 1975, p.05).

¹⁴ Essa época é caracterizada conforme Cardoso de Mello (1991, pg.29-30) como o “modelo primário exportador. A esta maneira de crescer corresponde uma determinada estrutura produtiva caracterizada por uma nítida especialização entre dois setores: de um lado, o setor externo, fonte de todo o dinamismo; de outro, o setor externo dele dependente, integrado por indústrias, pela agricultura mercantil de alimentos e matérias primas”.

É a partir dessa reflexão que se faz importante uma articulação desse contexto econômico com o Estado. Porque o Estado Nacional segundo Florestan Fernandes (1975, p.358) "não é uma peça contingente ou secundária da dominação burguesa. Ele está no cerne de sua existência e só ele, de fato, poderia abrir as classes burguesas o áspero caminho de uma revolução nacional, tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento".

Sugerimos que uma possibilidade de nova direção a organização nacional para relutar contra a "desordem" do início da república, - que articulava objetivos privados por meio da atuação pública -, seria por meio da construção da mentalidade brasileira nucleada pelo fio condutor do positivismo. A seguir, desenvolve-se aspectos desse pensamento no Brasil.

1.2 Organização social: a ordem do positivismo no Brasil

O movimento intelectual positivista, que compreendia a atividade humana por meio de sua organização social, aconteceu no contexto histórico mundial do século XVIII, do liberalismo, marcado pelo pressuposto do mercado. Pressuposto que representava a ação racional dos interesses econômicos individuais acima dos interesses sociais.

A observação do espaço histórico é importante, pois esse movimento intelectual, segundo Lins (1957), se fundamentava na "lei de três estados" (teológico, metafísico e positivo). O primeiro estado, o teológico seria uma percepção de que "o mundo era explicado por Deus". Já o estado do espírito metafísico "correspondia a substituição dos reis pelos juristas, tendendo a basear-se o Estado na soberania do povo". E o estado positivo era "caracterizado pela subordinação da argumentação à observação", para esse estado, a ciência é que seria a investigação do real e ela é que buscaria a fraternidade dos homens.

Ainda nas palavras de Ivan Lins (1957) o positivismo pode ser entendido como:

(..) essencialmente uma escola de ordem conciliada com a liberdade; Augusto Comte quis, **precisamente, reagir contra a anarquia mental e social, em que o individualismo do século XVIII lhe parecia ter mergulhado o ocidente europeu. No positivismo o indivíduo deve subordinar-se ao grupo social** – à humanidade, condição necessária de sua existência; mas essa subordinação não deve nem pode decorrer, de uma necessidade quase mecânica, porque é tanto mais completa e eficaz, quanto mais consciente e voluntária. (LINS, 1957, p.329 - 370) (grifos nossos)

O positivismo, segundo o autor, seria uma forma de romper com os ideais vigentes no cenário liberal que sobrepunha o indivíduo a sociedade. Tratava-se segundo Lins (1957) de uma organização social definida por um sentido moral aplicado nos conflitos entre o capital e o trabalho para a construção de uma sociedade.

Compreende-se que o movimento intelectual do positivismo influenciaria a ordem republicana para o Brasil, porque refletiria sobre a necessidade da organização social sem as tensões inerentes as vontades individuais definidas no mercado. E para dinamizar essa organização, o país precisava encaminhar-se para o acesso ao poder do Estado. Esse poder do Estado pode ser entendido como uma forma de romper com uma administração pública que privilegiava os interesses privados da tradição monárquica, numa sociedade republicana.

Nas palavras de Torres (2002):

(...) Só a organização social pode suprir a nação, e não se gera em países novos, senão por ação política. (...) Estou convencido que a maioria do nosso povo opõe-se, em teoria, à extensão da esfera da atividade do Estado; mas, quando os homens práticos defrontam, face a face, com os interesses reais, em relação à organização de um país novo, deitam fora as teorias e vão ao encontro das necessidades positivas, porque os dogmas fortemente adidos são inimigos inveterados do progresso... (...) (TORRES, 2002, p,07-10) (grifos nossos)

Segundo o autor, seria por meio de uma nova mentalidade da política brasileira que a organização social no início da República poderia ter um papel significativo em seu reordenamento por meio do Estado. No sentido de que, o país precisava desenvolver suas forças intelectuais para constituir a mudança social, não como um pensamento de curto prazo, de que, com a Proclamação da República era necessário apenas ajustes na organização nacional, mas sim, como uma mentalidade que observasse e refletisse sobre as especificidades do Brasil para construir um projeto de nação consistente. Esse projeto de nação constituiria primeiro na mudança na mentalidade do país, saindo da esfera

individual para a social, no sentido de formar uma elite nacional que buscava novas referências para pensar e atuar na sociedade, principalmente por meio da atuação política e ação estatal, entendida como expressão da vida coletiva. O que seria uma tentativa de romper com a herança arcaica da mentalidade política predominante e como explicou Oliveira Vianna (1956) nas camadas dominantes o exercício do poder político que seriam responsáveis pela Nação estavam enraizados em privilégios particulares¹⁵.

Assim, de acordo com Torres (2002), o mecanismo governamental seria composto por esses intelectuais, porque confeririam consciência da política nacional. E utilizariam a política como instrumento de direção e o Estado como seu órgão de ação para estabelecer a ordem no Brasil. Concedendo protecionismo as indústrias, provendo educação aos trabalhadores, construindo obras públicas em prol do país.

Podemos salientar nesse momento, que João Pinheiro da Silva foi influenciado por esse movimento do positivismo que buscava a ordem de uma ação consciente para pensar o Brasil, orientada por princípios políticos com articulação econômica, para direcionar a atuação pública em prol da sociedade nacional. Mas, para comprovarmos essa afirmação, abaixo vamos analisar a trajetória desse político com a finalidade de compreender seu pensamento, observando seus estudos, sua apreensão do cotidiano para sua formação e percepção do Brasil.

¹⁵ Em Thomas Hobbes o social se restringe ao político, porque só se pode passar do indivíduo ao grupo por um contrato, ou seja, uma transação consciente. Ver mais em: PENNA, 1997, p.131.

1.3 Trajetória de João Pinheiro (1860-1908) e apontamentos da organização nacional

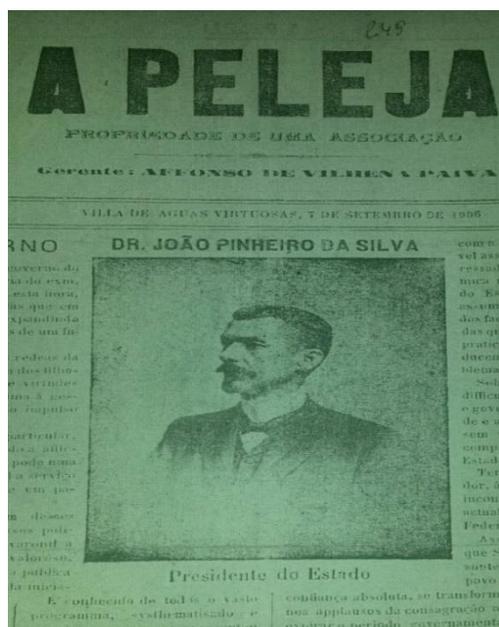


Figura 1. Foto de João Pinheiro da Silva (1890-1908)

Fonte: Jornal A PELEJA. 07 de setembro de 1906, p.01 (Arquivo Público Mineiro)

João Pinheiro da Silva nasceu na cidade do Serro, localizado na região nordeste de Minas Gerais próxima a Diamantina, no dia 16 de dezembro de 1860, filho de Giuseppe Pignataro e de Carolina Augusta de Moraes. Seu pai, imigrante italiano, caldeireiro de profissão, chegou ao Brasil em 1848 e abrazeou-se alterando o nome para José Pinheiro da Silva. Sua mãe, natural de Caeté, cidade próxima à atual Belo Horizonte, era filha de um professor primário.

João Pinheiro da Silva era o terceiro dos três filhos do casal (seus irmãos eram José, nascido em 1856 que se tornou padre e João, nascido em 1859, mas viveu poucos meses). João Pinheiro estudou no Seminário de Mariana, localizado na cidade de Mariana, estado de Minas Gerais, gratuitamente até concluir seus estudos secundários.

Ingressou assim, na Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto em 1881¹⁶. Essa escola foi criada em 1875, sendo uma das primeiras escolas de engenharia do Brasil,

¹⁶ Na época, Ouro Preto era a capital de Minas Gerais.

o qual Pinheiro que era um homem sem grandes posses, conseguiu se inserir na instituição de grande prestígio e referência na época. (CARVALHO, 2002)¹⁷

Gomes (2005) em conformidade com Barbosa (1966) relata que João Pinheiro, não se acertando com a engenharia, foi viver em São Paulo para cursar a Faculdade de Direito em 1883¹⁸.

A faculdade de Direito de São Paulo era outra faculdade de prestígio no Brasil que formava a elite nacional, caracterizada pelos grandes fazendeiros. Entende-se que a formação em Direito assegurava na época, grandes oportunidades de trabalho, além da advocacia, muitos bacharéis seguiam a carreira na administração pública e o exercício dos poderes do Estado (OLIVEIRA, 2009).

Diante do exposto, entendemos que, João Pinheiro da Silva se apoiava na educação para crescer socialmente. Pois sua família não tinha vínculos com a região rural de Minas e muito menos tinha vínculos com o espaço mineiro caracterizado como urbano na época. Em outras palavras, consideramos que Pinheiro não possuía vínculos familiares que possibilitavam sua inserção na elite nacional.

Para custear sua estada na capital paulista, Pinheiro recebeu ajuda do professor, Cipriano José de Carvalho para trabalhar como preparador do laboratório de física e química na Escola Normal da cidade¹⁹. Em suas aulas, segundo Coelho (1960), o professor Cipriano não deixava de mencionar a obra de Auguste Comte, cuja filosofia positivista partia da observação, da experimentação e da análise histórica para entender a realidade social do Brasil para sugerir uma ordem republicana.²⁰

¹⁷ Segundo José Murilo de Carvalho a criação da Escola de Minas, não se deu por motivos puramente econômicos, uma vez que não havia demanda por engenheiros de minas e geólogos em uma economia cafeeira, mas sim por motivos ideológicos. Sua permanência só foi possível pelo apoio do imperador Dom Pedro II e pelas políticas do então diretor da instituição, Gorceix. Ver mais em: CARVALHO, José Murilo. A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória. 2002, UFMG.

¹⁸ O período de João Pinheiro, como estudante na Academia de Direito de São Paulo, é também o período de intermináveis polemicas entre católicos e livres pensadores. Ao calor do debate das ideias filosóficas, com a introdução do positivismo, evolucionismo, darwinismo e consequente reação dos intelectuais católicos, juntam-se os acontecimentos que, depois da Guerra do Paraguai assinalariam o início de grandes transformações na política brasileira: o dissídio do partido liberal com os militares, ainda em plena guerra (1868); o manifesto republicano (1870); a lei do ventre livre (1871); o abolicionismo (1879); a lei áurea (1888); a proclamação da república (1889). Ver mais em: BARBOSA, 1966, p.20

¹⁹ Nesse ponto faz-se importante observar que, dentre as qualificações que abriram portas para João Pinheiro começar a trabalhar, estiveram à passagem pelo Seminário de Mariana e pela Escola de Minas de Ouro Preto. Na primeira instituição ele obteve uma formação humanística, que lhe conferiu um bom domínio do Latim, da História Geral e da História do Brasil. Da segunda instituição obtivera uma formação em química e física, mesmo não completando o curso de engenharia (TAMBASCO, 2001).

²⁰ Para entender melhor o positivismo em Comte, ver mais em: Comte, Auguste, 1798-1857. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / Auguste Comte; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José

Esse pensamento foi incorporado entre os estudantes do início da República, principalmente por influência e convivência com o professor Cipriano e pelo professor Benevides da faculdade de Direito de São Paulo “que embora fosse o Direito Romano que ele devia discorrer, discursava sobre Augusto Comte” (COELHO, 1960, p.38).

De acordo com Lins (1957):

Entre a mocidade que foi influenciada pela filosofia positivista, Júlio de Castilho, Silva Jardim, **João Pinheiro** e Martins Junior – o primeiro do extremo sul, o segundo na Província do Rio de Janeiro, o terceiro em Minas Gerais e o quarto em Pernambuco, provando já se haver cristalizado então o milagre da unidade, não apenas territorial, mas ainda espiritual, do povo brasileiro. (LINS, 1957, p.33) (Grifos nossos)

Essa disseminação do positivismo no Brasil por meio da universidade, seja pelo Júlio de Castilho (1860-1903) que se tornou presidente do Rio Grande do Sul entre 1893 a 1898, seja pelo Antônio Silva Jardim (1860-1891) que lutou pela República no Rio de Janeiro, pelo João Pinheiro da Silva (1860-1906) que estamos estudando nessa pesquisa, seja pelo José Isidoro Martins Júnior (1860-1904) que se tornou bacharel na Faculdade de Direito do Recife e lutou pela República, como descreve Lins (1957) na citação acima, seria uma tentativa de amadurecer a consciência nacional, com o objetivo de formar bacharéis que dariam uma nova direção ao Brasil, mudando a mentalidade do país por meio de “ordem”, que partiria da observação da realidade brasileira em diferentes regiões para sua integração.

Após o período como estudante, Pinheiro já imbuído nas influências positivistas seja por meio da universidade, pelos professores, pela conversa com os amigos, participou da organização do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 04 de junho de 1888. Essa participação pode ser conferida em sua própria escrita: “É preciso que nos convençamos de que, no Brasil, o que se é, naturalmente, é republicano porque se o é de coração; o monarquismo foi uma acidentalidade; nós somos da América...”.²¹

Observa-se que Pinheiro lutava pela República no país buscando uma reforma política em prol dos brasileiros. Através da superação do regime monárquico com um

Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores). E também, LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1957.

²¹ Conforme a Ata da Primeira Reunião do partido republicano de 04 de junho de 1888. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.53-57.

discurso influenciado pelo positivismo, no sentido de que a Monarquia foi um acidente, somos naturalmente republicanos.

Logo após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Pinheiro foi nomeado pelo chefe do governo provisório da União, marechal Deodoro da Fonseca, secretário de estado e vice-presidente de Minas Gerais, ao lado do presidente do estado mineiro Cesário Alvim.

Nas palavras de Pinheiro da Silva (1889) “este passado e as próprias circunstâncias do presente são a garantia de que procurarei governar sem preocupações outras que não sejam os interesses permanentes da terra estremecidas, no serviço do ideal republicano” p.67. Observa-se que a República era entendida por Pinheiro como Nação e o ideal republicano seria sinônimo de “servir aos interesses nacionais”²².

Em 1890, Pinheiro passou a exercer interinamente o governo mineiro, em decorrência da transferência de Cesário Alvim para o Ministério do Interior²³. De fevereiro a agosto, meses em que esteve à frente do executivo mineiro, João Pinheiro buscou medidas para equilibrar os impostos em Minas Gerais (abordaremos esse assunto no próximo item). Exonerou-se em agosto, sendo substituído por Domingos José da Rocha. (COELHO, 1960)²⁴

Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado mineiro ao Congresso Nacional Constituinte. Pinheiro tomou posse em 15 de novembro seguinte e integrou a Comissão dos 21, formada por um representante de cada província e responsável pelo encaminhamento ao plenário do projeto constitucional:

Francisco Machado (Amazonas), Lauro Sodré (Pará) Cassimiro Júnior (Maranhão), Theodoro Alves Pacheco (Piauí), Joaquim de Oliveira Catunda (Ceará), Amaro Cavalcanti (Rio Grande do Norte), João Soares Neiva (Paraíba), José Hygino Duarte Pereira (Pernambuco), Gabino Besouro (Alagoas), Manuel Perciliano de Oliveira Valladão (Sergipe), Virgílio Damásio (Bahia), Gil Diniz Goulart (Espírito Santo), Bernadino de Campos (São Paulo), João Baptista Laper (Rio de Janeiro), Ubaldino do Amaral (Paraná), Lauro Severiano Muller (Santa Catarina), Júlio de Castilho (Rio

²² João Pinheiro da Silva. Documento Circular aos eleitores do 2º distrito, 28 de julho de 1889. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.67-72.

²³Ministério do Interior é o órgão da Administração Central do Estado ao qual compete, em geral, promover, de acordo com as diretrizes do Governo. O Ministério do Interior em 1892 foi absorvido no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (BARBOSA, 1966)

²⁴ Nesse mesmo ano, João Pinheiro casou-se com Helena de Barros (e no decorrer dos anos tiveram doze filhos). Quatro homens e oito mulheres: Paulo Pinheiro, Helena Pinheiro, Marta Pinheiro, Carolina Pinheiro, Israel Pinheiro, Lúcia Pinheiro, Amanda Pinheiro, Virginia Pinheiro, João Pinheiro, José Pinheiro, Celeste Pinheiro e Ruth Pinheiro. (BARBOSA, 1966).

Grande do Sul), João Pinheiro da Silva (Minas Gerais), Lopes Trovão (Capital da Federal), José Leopoldo de Bulhões Jardim (Goiás) e Aquilino do Amaral (Mato Grosso). (MACIEL, 2000, p.163)²⁵

Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição brasileira do regime republicano, sendo caracterizada pela descentralização dos poderes, com autonomia regional, aos municípios e as antigas províncias, agora denominados Estados Federados²⁶. E segundo Rui Barbosa (1973) a república e a federalização seriam uma forma de resolver os problemas da economia brasileira que o Estado Unitário e Monarquia não foram capazes.²⁷

Ainda para Barbosa (1873):

(...) renunciar o federalismo é esmacular-se. Desistir do foro republicano é prostituir-se. Conquistas destas não se revogam, senão pelo processo por que fazem os eunucos. Da federação não se retrocede para a centralização. Da América presidencial não se volta para a realeza ultramarina. A transmutação das monarquias europeias, nos seus renovos coloniais, em democracias republicanas, é um fenômeno constante, com todos os caracteres de uma lei histórica, infringida unicamente no caso singular do Brasil. (Discurso proferido em 1893)²⁸

Entendemos que esse, também é o pensamento de João Pinheiro da Silva, que na nossa hipótese de pesquisa, defendia um projeto de nação, por meio dos ideais republicanos, que na época estava entrelaçado ao federalismo dos “Estados Unidos do Brasil” (que será mais elaborado no capítulo 03).

Após a promulgação da Constituição de 1891, com a crise política entre marechal Deodoro da Fonseca e o Congresso, que levou o primeiro à renúncia em 23 de novembro de 1891, Pinheiro renunciou também ao mandato e afastou do ambiente político²⁹.

²⁵ A maioria dos constituintes de 1891 era bacharéis de Direito. Havia professores de ensino superior, médicos e um número razoável de militares, dois banqueiros, (...) também havia fazendeiros. (MACIEL, 2000, p.165.)

²⁶ Art 1º - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil. Art 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União. Fonte: Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>.

²⁷ BARBOSA, Rui. IN: AGUIAR, Pinto de. Rui e a economia brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

²⁸ Esse discurso é encontrado em: LACERDA, Virgínia Cortes. Op. cit. pgs.180-181.

²⁹ Em novembro de 1891, uma crise política deflagrada pelo embate entre os poderes Executivo e Legislativo culminou com o fechamento do Congresso Nacional por ordem de Deodoro da Fonseca, numa tentativa de golpe militar. Diante da reação de amplos setores da sociedade, até mesmo da possibilidade de uma guerra civil, o presidente optou pela renúncia. (COELHO, 1960).

Conforme Otávio Dulci (2005) aproximadamente no ano de 1893, não vendo naquela época, condições de contribuir com êxito para a solução dos problemas econômicos e sociais do país, João Pinheiro preferiu dedicar-se às atividades mais industriais, fundando e administrando na cidade de Caeté - cidade natal de sua mãe - uma fábrica de cerâmica.

Segundo a entrevista concedida ao jornal O Paiz intitulada “O Novo Governo de Minas” e publicada no jornal Minas Gerais em 20 de setembro de 1906, Pinheiro se distanciou da política em 1893, porque estava desiludido com a política - utilizada para fins particulares, no sentido de uma visão de economia liberal e não para a sociedade - e queria se dedicar a atividade industrial.

Para sermos mais específicos, segundo Barbosa (1966) foi em 13 de julho de 1893, na chácara do Tinoco, em Caeté, que João Pinheiro fixou sua residência. Pinheiro iniciou a fabricação de louças finas e porcelanas que ficou conhecida como “Cerâmica de Caeté”.

As cerâmicas de Caeté (1893/1902) foram especializadas na fabricação de material sanitário, tendo sido fornecedora das obras de esgotos para Belo Horizonte (lembrando que, justamente em 1897, Belo Horizonte se torna a capital de Minas, uma opção de mercado para a cerâmica) e outras cidades mineiras, expandindo-se depois para o Rio de Janeiro e São Paulo, a pedido dos respectivos governos e da diretoria das Obras Públicas da União (COELHO, 1960).

De acordo com Tambasco (1997) a Cerâmica de Caeté foi estimulada pela expectativa de um mercado consumidor que surgiria com a construção de Belo Horizonte. Esse mercado inicialmente de materiais de construção em demanda tenderia a aumentar com a população crescente, o que garantia a fábrica a trabalhar com capacidade - não ociosa, diga-se, sem perdas econômicas, uma das condições de retorno para o capital investido.

Essa possível passagem da vida política para a experiência industrial de João Pinheiro possibilitou a compreensão da complexidade das atividades econômicas em Minas, - principalmente ao perceber as dificuldades de se gerenciar uma atividade industrial³⁰, em termos da necessidade de transportes para a circulação das mercadorias

³⁰ Lembrando conforme Cardoso de Mello (1991, p.64) que “uma elevação contínua dos custos de transportes promoveria, coeteris paribus, a queda também da taxa contínua da taxa de lucro, até o ponto que travaria a acumulação.

em outras cidades, em especial de sua atividade relacionada a cerâmica e de trabalhadores que tivessem conhecimento técnico para trabalhar na indústria - que, em 1903, vai se tornar mais perceptiva, ampliando-a para uma interpretação econômica do Brasil³¹.

Pois, em 1902, o presidente do estado mineiro, Francisco Salles convidou vários representantes das principais atividades econômicas da região, dentre eles, João Pinheiro, para discutir propostas para fortalecer Minas economicamente, dado a crise do café no país. (COELHO, 1960).

Que pode ser conferido abaixo:

O governo resolveu convidar os representantes das diversas indústrias do Estado abaixo mencionadas para uma reunião no dia 12 de janeiro próximo a fim de assentarem as teses que devem ser submetidas à discussão no Congresso da Lavoura, Comércio e Indústria que o Sr. Dr. Presidente do Estado vai convocar para dia que previamente será designado. São os seguintes representantes das indústrias ora convocados: Fabril, Coronel Francisco Mascarenhas; Agrícola, Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade; Pastoril, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes; Bancarias, Dr. João Pinheiro de Oliveira e Souza, **Cerâmica, Dr. João Pinheiro da Silva**. (Jornal Minas Gerais 30 de dezembro de 1902). (Grifos nossos)

Os membros expressivos da economia se reuniram em torno do objetivo da reestruturação econômica de Minas Gerais. Buscavam-se propostas e intervenções políticas, para acumular capital no estado. E este é o marco do retorno de João Pinheiro para a atuação política.

Também podemos ver na carta de João Pinheiro escrita ao eleitorado mineiro de 1906 a explicação do motivo que o levou a retornar a vida pública em 1903:

Ao tomar o Governo, o Dr. Sales mostrou-se desejoso de que eu voltasse à política; fiz-lhe... ponderações e concluí: **em nome de que ideal? Havia e há um, necessariamente (...) – o problema econômico brasileiro, que é, ao mesmo tempo, o problema social e a nossa verdadeira questão política.** Dessas entrevistas, nasceu a ideia do Congresso Agrícola e Industrial de Minas, como um meio de se sondar a opinião. (BARBOSA, 1966, p.356-35) (Grifos nossos)

³¹ Consta da memória popular de Caeté, sendo citado por autor local (VITORIANO, 1985, p.53) que João Pinheiro construiu uma “estrada” entre Sabará e Caeté, onde trafegava um sistema de transporte que denominara “monorail ao nível do chão”, tracionando carros de mercadorias. A questão dos transportes era de importância vital para a Cerâmica Nacional. Ver mais, em (BARBOSA, 1966, p. 345 e 355). Essa preocupação de Pinheiro em relação aos transportes, também pode ser verificada com a criação da estação trem de Caeté (inaugurada em 1909 pela E. F. Santa Barbara que foi idealizada no governo de Pinheiro). (Arquivo Público Mineiro, Jornal Minas Gerais 20/08/1908).

A realização do Congresso Agrícola Comercial e Industrial em Belo Horizonte, de 13 a 19 de maio de 1903. Cujá Comissão Fundamental foi liderada por João Pinheiro, a comissão organizou estudos para entender a formação de Minas Gerais e coordenou diversas atividades voltadas para a agricultura, pecuária, indústria, educação no campo, em prol da reconstrução econômica da região. (BARBOSA ,1966)

Para João Pinheiro, os pilares da “agricultura forte e desenvolvida, com medidas protecionistas para produtos considerados básicos como café, algodão, fumo, carne e derivados do leite” não seria a solução apenas para Minas Gerais, mas para a economia nacional. (BARBOSA, 1966)

Compreende-se que essa diversificação produtiva seria uma medida nacional, porque Pinheiro observava a heterogeneidade mineira e a necessidade de produzir algo de acordo com a especificidade local. E como o Brasil é composto por regiões bastante diferenciadas, os pilares de uma economia forte estariam baseados na valorização da singularidade de cada espaço do país.

Os primeiros efeitos da realização desse Congresso Agrícola podem ser visualizados na sessão ordinária, pronunciada pelo presidente de estado Francisco Antônio Salles (1902-1906) em 15 de junho de 1903:

Senhores Membros do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais (...) teve lograr a 13 de maio último a reunião dos representantes da lavoura, da indústria e do comércio, de quase todos os municípios do Estado, e tão alto colocaram as discussões dos assumptos econômicos, que foi estudado em todas as suas faces. Medidas de incontestável relevância e palpitante necessidade para o desenvolvimento da produção agrícola, para o progresso das indústrias e para facilitar a circulação de produtos foram proficientemente debatidas nessa reunião, que despertou a atenção geral e viva curiosidade em todo o paiz, dos homens que se interessam pelo bem e progresso da nação: e as medidas adaptadas, impressionaram o governo federal em torno da possível resolução do problema econômico. (...) **concorreu grandemente para o êxito da notável e útil assembleia a ação da imprensa do Rio de Janeiro como de São Paulo que não poupou esforços para dar publicidade aos trabalhos do Congresso Mineiro de 1903, aplaudindo a necessidade da diversificação produtiva não só para Minas, mas para o Brasil (...).** (1ª sessão ordinária da 4ª legislatura no anno de 1903. Bello Horizonte-Imprensa Official o Estado de Minas Geraes-1903) p. 07-11 (grifos nossos)

Compreende-se que o congresso mineiro teve repercussão no Brasil, sendo elogiado conforme observamos na citação, por autoridades políticas de outros estados, - como da capital do Brasil, Rio de Janeiro e do estado paulista - no sentido de demonstrar os problemas econômicos da região e dos apontamentos para a diversificação produtiva, pois podiam ser exemplos para o país devido a heterogeneidade da região mineira.

Ao continuar com sua trajetória de vida, em fevereiro de 1905 João Pinheiro foi eleito senador da República e permaneceu até 1906. Em fevereiro de 1906, Pinheiro lançou o Manifesto ao Eleitorado Mineiro (que será discutido no próximo capítulo), no qual expunha suas ideias políticas para sua candidatura ao governo de Minas Gerais, a qual foi eleito presidente de Minas Gerais, sucedendo Francisco Salles.

A atuação de João Pinheiro em Minas Gerais foi interrompida em decorrência de sua morte, ocorrida no dia 25 de outubro de 1908.

A reconstrução da trajetória de João Pinheiro da Silva nos possibilita um questionamento em relação a sua trajetória, no sentido de entender sua passagem da vida política, para uma vida industrial e depois como político de grande notoriedade. Nossa indagação é perceber se João Pinheiro completaria um pensamento burguês no entendimento de Florestan Fernandes (1975, p. 20) “que encarnava o gênio empresarial e o talento organizador requeridos pelos grandes empreendimentos modernos” do sistema capitalista, ou seja, se Pinheira via do ponto de vista “empreendedor” a importância do Estado para o desenvolvimento do Brasil. E se seu retorno, para a vida política, seria na tentativa de organizar a atuação pública para os interesses da nação.

Defendemos essa possibilidade, tendo como fio condutor a ordem positivista que João Pinheiro se embasava, da necessidade da ação consciente sobre os interesses nacionais do Brasil (conforme vimos no subitem 1.2). Articulando essa nova mentalidade política com a evolução econômica. Esse questionamento será respondido no capítulo três.

1.4 Revisão bibliográfica sobre João Pinheiro da Silva

Para avançar nos estudos sobre João Pinheiro da Silva, precisamos conhecer o que já foi desenvolvido pelos pesquisadores desse político. Abaixo, faremos uma revisão bibliográfica sobre João Pinheiro, para observarmos os pontos de concordância e divergência entre os autores que trabalham e/ou trabalharam a ideia central de estudar o João Pinheiro da Silva.

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Copérnico Pinto Coelho organizou em 1960 a coletânea do centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva, ocorrida em 16 de dezembro de 1960, com a intenção de divulgar, por meio de uma difusão ampla, as homenagens verificadas em Minas e no Brasil para o político.³²

A publicação dessa coletânea foi uma homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) a João Pinheiro da Silva, que foi seu fundador em 1907. Segundo Ivan Lins (1957):

No discurso com que, em 15 de agosto de 1907, instalou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, por ele fundado, disse João Pinheiro haver “forças positivas governando a atualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro, no ensinar ao homem que deve confiar somente na justiça [da história], que nunca falta, contra a onda das paixões efêmeras e dos interesses passageiros que desaparecem com o tempo que os criou, para deixar, eterno e duradouro, o que foi feito no serviço da Humanidade e da Pátria, que nunca morrem... Se a história — continuava ele, santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado. É ela que nos ensina a confiar no Direito, na Justiça, na Liberdade, no Bem e na vitória definitiva dos sagrados princípios da consciência humana, ensanguentados às vezes, eclipsados por períodos, mais ou menos longos, na sequência dos tempos, negados e tentados destruir neste ou naquele ponto da terra por usurpadores poderosos — e, entretanto, vencendo sempre nas lutas milenárias da Humanidade em marcha”. (LINS, 1957, p.217)

O autor mostra a preocupação de Pinheiro em criar um instituto que tinha o objetivo de intensificar os estudos históricos de Minas Gerais. A criação desse instituto é uma forma de visualizarmos como que Pinheiro pensava a formação do processo histórico do Brasil, configurado a partir das referências positivas, conforme observara Lins (1957)

³² Copérnico Pinto Coelho filho do coronel Júlio Cezar Pinto Coelho e Rita de Souza Pinto, nasceu em Juiz de Fora, Estado de Minas, em 13 de abril de 1894. Diplomou-se em engenharia em Belo Horizonte em 1927. E foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nos anos 1950-1960. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

por meio de influências de seus professores da época, a de sua formação escolar, consolidando o pensamento positivista:

Distinguir, na moral, os deveres e as leis gerais, comuns a humanidade, patrimônio da civilização, que não se confundem absolutamente com esta ou aquela particularidade das convicções isoladas (...) “continuemos a ouvir Pinheiro: as formas de governo não são um fim, senão um meio de se realizar a felicidade pública; e se esta consiste, sem sua mais alta expressão, num aperfeiçoamento moral, cada vez mais puro, uma das suas condições é a segurança e independência materiais do indivíduo e da coletividade”.(LINS, 1957, pp.44-45)³³

Aprendemos que a criação do IHGMG tinha valores positivistas porque Pinheiro visualizava não apenas o progresso econômico, mas também intelectual e moral, compreendida por meio da valorização de sua história e cultura do país. Defende-se que criar um instituto naquela época não era algo fácil, era um empreendimento que requeria prestígio para nuclear os interesses no sentido do resgate histórico da memória da região.

Destarte, a coletânea do centenário do nascimento de Pinheiro é composta basicamente de discursos políticos, dentre eles, do presidente da República, Juscelino Kubitschek (1956-1960), recordando a figura singular do ex-presidente de Minas Gerais entre os anos 1906-1908, “João Pinheiro da Silva possuiu, ao lado do senso perfeito de nossa realidade objetiva, a rigorosa imaginação do futuro, que leva o olhar do estadista muito além do seu campo visual e lhe permite intuir a pátria de amanhã”.³⁴

A evidência da importância da memória de João Pinheiro em seu centenário foi reconhecida por políticos desenvolvimentistas como o presidente Juscelino Kubitschek e do filho de Pinheiro, Israel Pinheiro, deputado de Minas Gerais (1946-1961):

Este monumento erguido a meu pai, João Pinheiro, a passagem do primeiro centenário de seu nascimento, é mais um testemunho de que não se desgastaram com o tempo aquelas virtudes características da nossa alma coletiva, na qual ainda encontram ressonâncias profundas o exemplo e a lição de nosso predecessor ao desenvolvimento econômico. (COELHO, 1960, p.57)

³³ Obs: Esta citação também pode ser encontrada na coletânea de COELHO, 1960. Item: Discurso do Ministro Ivan Lins na sessão solene em que, em 16 de dezembro de 1960, o IHGMG comemorou o centenário do nascimento de João Pinheiro, pg.33-50.

³⁴ Discurso de JK, em 16 de dezembro, (COELHO, 1960, p. 57)

Considera-se que os discursos dão ênfase a importância do perfil e trajetória de João Pinheiro, ou seja, apresenta-no como um estadista republicano, aquele que preservava a noção de significância de uma “Razão do Estado” que não se confundia com os interesses privados.

Em nossa análise, o entendimento de Pinheiro como, estadista republicano, é uma análise sensata, pois ele percebia a Razão do Estado, explicado por Gonçalves (1990) no sentido de estabelecer a ordem nas tensões políticas, econômicas e sociais que se manifestavam na formação do Brasil.

Também concordamos com Israel Pinheiro (1960) ao considerar o pai como precursor do desenvolvimento do país, pela sua luta durante os anos 1890-1908 no campo da economia, para fortalecer o regime republicano. No campo da política, buscava este ideal por meio do progresso, influenciado pelo positivismo de Auguste Comte, no sentido da evolução da razão e, ainda, ao observar a necessidade de mudança da organização da sociedade brasileira, que era direcionada por interesses pessoais expressos por movimentos políticos, mas devia ser direcionada pela expansão e diversificação da produção da riqueza socialmente necessária.

Ainda, na coletânea, ressalta-se o resumo da fala do político Gustavo Capanema (1900-1985) na sessão solene do centenário de João Pinheiro em 16 de dezembro de 1960 no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais:

O orador oficial da solenidade foi o deputado Gustavo Capanema, representando o Instituto Histórico e Geográfico, o qual, em magnífico improviso analisou detidamente os principais episódios que marcaram a vida política de João Pinheiro (...). Salientou ainda o orador a vocação do homenageado para a política, porque foi, sobretudo, um homem marcado pela força de um ideal. Esse ideal tinha suas raízes na paixão da liberdade, sem a qual nenhuma individualidade alcança categoria e projeção na vida pública. Sua fé republicana levou-o a tomar parte, quando ainda estudante de Direito em São Paulo, no movimento destinado a **mudar as instituições brasileiras**. (...) Cabe a João Pinheiro, exclusivamente homem do Serro, a glória de ter aberto caminhos novos a evolução da nossa economia. (COELHO, 1960, pp.28-31)

Gustavo Capanema foi um político mineiro cuja relevância para a nação consistiu na reforma do ensino que se protagonizou como ministro da educação no governo de Getúlio Vargas (1937-1945). Seu discurso em homenagem a João Pinheiro se faz importante porque acreditamos que Capanema tinha ideias políticas que teriam

influências de João Pinheiro, no sentido de desenvolver uma mentalidade avançada para pensar o Brasil em defesa de um sistema educacional orientado pelo Estado para garantir amplas oportunidades as pessoas³⁵.

Também, o discurso pronunciado na cidade do Serro pelo prefeito Roberto Vasconcelos (1959-1963) merece destaque:

(...) Laureado pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, veio para Ouro Preto, apostolando uma nova fé, confiante em sua vocação e na própria vontade. (...) Mais tarde, assumindo o governo do Estado, reformou a instrução pública, os serviços estatísticos e outros que ainda puseram em práticas teorias econômicas e sociológicas. Enviado a Constituinte figurou em mais vastos horizontes, onde provou mais uma vez, a capacidade de sua poderosa mentalidade. (...) **Reformou a instrução, dando nova feição á educação das crianças e honrando o magistério.** Essa administração, porém, desgraçadamente, foi interrompida na noite nefasta de 25 de outubro de 1908 (...).(COELHO, 1960, p.117)

O discurso de Roberto Vasconcelos foi importante, porque o Serro foi a cidade de nascimento de Pinheiro e onde este instituíra um grupo escolar. Por isso, a importância da ênfase na instrução escolar reside no fato de que foi este político que iniciou a ideia de instituir grupos escolares públicos em Minas Gerais. Acredita-se que esse discurso de João Pinheiro teria uma grande influência positivista ao pensar na educação brasileira da época, em suas palavras:

(...) E, como que entoando um hino, assim resumia João Pinheiro o seu programa de governo: “Abrir escolas que iluminem as inteligências das crianças; ensinar o trabalho aos adultos; guiar e aconselhar, nas dúvidas, aos produtores; cuidar das questões materiais, sem o abandono da parte espiritual e moral; ter o culto sincero da liberdade; (...) é, senhores representantes de Minas Gerais, operários efêmeros que somos do serviço permanente da Pátria, e termos trabalhado pelo grandioso ideal republicano, na terra mineira, que, o sonhou, por ele deu vidas e o tem executado, nestes 18 anos de regime, sem retrogração e sem precipitações. É a realização do lema que se inscreve no pavilhão brasileiro, pela perfeita conciliação da “*Ordem e Progresso*””.³⁶

³⁵ Gustavo Capanema foi Ministro da Educação de 1937 a 1945 e foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país. Ver mais em: SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. Publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 66 (153), 165-172, maio/agosto, 1985.

³⁶SILVA. João Pinheiro *apud* LINS, 1957,p.45

Observa-se que a educação para Pinheiro não deveria ser um privilégio voltado para pessoas que conferiam grandes posses econômicas, mas sim, uma educação que contemplasse oportunidade para todas as pessoas – que na época, a maioria eram analfabetas e sem condições de inserção ao espaço educacional, bem como ascensão social -. Entende-se que essas pessoas precisavam de instrução, principalmente as que trabalhavam no campo, pois precisavam do saber técnico para atuar na produção agrícola.³⁷

No mais, a coletânea organizada por Coelho (1960) não aborda a cronologia de João Pinheiro, nem sua passagem pela fábrica de Caeté. O que seriam pontos importantes para entender a vida intelectual de Pinheiro e sua trajetória industrial.

Dentre a historiografia de Pinheiro, tem-se ainda, a publicação do Arquivo Público Mineiro, da coletânea de número 01, “João Pinheiro: Documentário sobre sua vida”, organizada por Francisco Assis Barbosa (1966)³⁸ que era para ser publicada no ano do centenário de Pinheiro. Porém, não ficou pronta em tempo hábil, e segundo João Gomes Teixeira (diretor do Arquivo Público)³⁹, o Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto (1961-1966) autorizou a publicação do livro em 1966⁴⁰. A obra foi

³⁷ A instrução primária no governo de Pinheiro foi realizada por meio da lei de número 439 de 28 de setembro de 1906 (lei que envolvia normas de funcionamento do ensino primário e normal superior).

³⁸ Francisco de Assis Barbosa, jornalista, biógrafo, historiador e ensaísta, nasceu em Guaratinguetá, SP, em 21 de janeiro de 1914, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de dezembro de 1991. Era filho de Benedito Lourenço Leme Barbosa e Adelaide Limongi Barbosa. Em 1931 ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao lado de sua atividade no jornalismo, exerceu cargos administrativos e de assessoria editorial: foi técnico de educação, servindo na seção de publicações do Instituto Nacional do Livro sob a chefia de Sérgio Buarque de Hollanda; secretário-executivo na elaboração do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, dirigido pelo professor americano William Berrien (1943); assessor de W. M. Jackson Editores (1950); redator dos Anais e Documentos Parlamentares (1956); redator da Encyclopaedia Britannica; coordenador da seção de História do Brasil da Enciclopédia Barsa (1961 a 1965); e co-editor da Enciclopédia Mirador Internacional (1971); diretor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1966. Fonte: Academia Brasileira de Letras.

³⁹ Filho de Leopoldo César Gomes Teixeira e Cecília Emília de Souza Teixeira, nasceu em Belo Horizonte, a 06 de maio de 1902. Faleceu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1979. Bachareleou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Chefe de gabinete do secretário do interior de Minas Gerais (1930). Chefe do Secretário de Educação Saúde Pública de Minas Gerais (1936-1945). Chefe do gabinete civil do interventor de Minas Gerais (1946). Diretor do Arquivo Público Mineiro de 1949 até 1973, e em 1966 criou a Revista: Publicações, para divulgação do arquivo. Fonte: APM

⁴⁰ José de Magalhães Pinto nasceu no dia 28 de junho de 1909, em Santo Antônio do Monte (MG), filho de José Caetano de Magalhães Pinto e de Maria Araújo de Magalhães Pinto. Trabalhou em instituições bancárias desde 1926, Magalhães Pinto tornou-se, em 1935, diretor da matriz do Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em outubro de 1943, quando já era um empresário de prestígio, foi um dos signatários do Manifesto dos mineiros, primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo (1937-1945). Afastado da direção do Banco da Lavoura, em 1944 foi um dos fundadores do Banco Nacional de Minas Gerais, que se tornaria uma das maiores instituições bancárias do país. Em outubro de 1960, elegeu-se governador de Minas por uma coligação liderada pela UDN (1961-1966). Seu antecessor foi Bias Fortes e seu sucessor foi o filho do João Pinheiro, Israel Pinheiro. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª edição Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

organizada em quatro partes: Da propaganda aos primeiros anos da República; Retorno a vida pública; Na presidência de Minas e Algumas Cartas Pessoais.

Na primeira parte, Barbosa (1966) organiza uma coletânea de documentos significativos do início da vida política de João Pinheiro. Destaca-se a primeira Ata do Partido Republicano em 04 de maio de 1888. O congresso desse partido tinha o objetivo de eleger a comissão para redigir o estatuto, bem como a comissão executiva permanente para organizar o partido. Pinheiro foi eleito com 29 votos no total de 95 votos, para participar da comissão executiva permanente. Nas palavras de Pinheiro:

Em cumprimento do que foi votado pelo Congresso Republicano (...) **o nosso partido precisa estar organizado em todas as paróquias** (...) É evidente a necessidade de um jornal, como meio permanente e sistemático de propaganda, o qual bem defina os princípios republicanos, de modo a torná-los conhecidos de todos em sua verdade e simplicidade. (...) ⁴¹(grifo nosso)

Considera-se as paróquias (freguesias), como é possível observar na citação acima, as localidades distantes da capital da província que possuía o poder local, uma referência importante para divulgar o partido. E também a importância da criação do jornal “O Movimento” criado em 1889, - dirigido por João Pinheiro circulando até 1892 -, para a propagação do PRM.

A reportagem da data de criação do jornal, O Movimento, em 23 de janeiro de 1889, pode ser destacada abaixo, mostrando a luta pelo fortalecimento do PRM:

É a voz de um novo partido a que se eleva hoje na capital mineira para falar a província. Há bem pouco ainda hontem uma esperança apenas, é agora a sua organização um facto e a sua força uma realidade, já experimentada em mais uma victoria, para ser a legião do amanha. **O nosso jornal se dedica principalmente ao serviço desse partido e serviço de princípios a propaganda de seus ideais** (...) desnecessário se torna fazermos um programma político minudente; e basta dizer que o ponto capital pelo qual lutamos é – o estabelecimento da Republica Brasileira, de modo que na federação das províncias se mantenha intacta a unidade da pátria.⁴² (grifos nossos)

Sugere-se que este jornal apresentava uma influência positivista para defender o regime republicano em Minas Gerais. Em relação a proclamação da República, esta,

⁴¹Circular do Partido Republicano Mineiro – Arquivo Público Mineiro. Obs: Pode ser encontrado também em: BARBOSA, 1966, p.58-59

⁴² Jornal O Movimento 23 de janeiro de 1889 edição 01, Ouro Preto, p.01.(Arquivo Público Mineiro)

também pode ser conferida no jornal, O Movimento, por meio do manifesto do presidente provisório do estado de Minas Gerais José Cesário de Faria Alvim (25 de novembro de 1889 a 10 de fevereiro de 1890)⁴³:

(...) Mineiros! Meus presados concidadãos! A novidade da era não pode, não deve limitar-se simplesmente na mudança de seu nome do seu regime político. **A forma deve corresponder a essência.** Na instituição deposta, para cujos representantes teve o governo provisório palavras de bizarra gentileza e actos da mais fidalguia, a divisa era: - tudo pelos partidos vencedores e nada pela pátria! Quebrems esse molde fatal, se pretendemos, como é de nosso dever, evitar a maldição da história!⁴⁴ (grifos nossos)

A proclamação da República como afirmou o político Cesário Alvim não poderia ser uma mudança apenas de regime, mas uma mudança em prol do povo, entendido por meio do movimento positivista relacionado ao progresso.

Nas palavras de Cesário Alvim (1904):

A República não foi filha do acaso. Planta natural que ela era em terras do Novo Mundo, foram circunstâncias fortuitas que determinaram aqui o aparecimento da monarquia (...) Para aquele coração a República não era vingança; a revolução não devia retaliar; não havia vencidos; **devia assumir o carácter de evolução, que é mais obra do tempo que dos homens; devia ser enfim, a realidade do símbolo, que as auras brasileiras balouçavam, da Ordem como condição de progresso e do Progresso como desenvolvimento da ordem.** ⁴⁵(grifos nossos)

Observava-se por meio dessa citação, as palavras que davam direção ao regime republicano, a ideia intelectual da ordem e progresso, como meios de desenvolver o Brasil politicamente e economicamente.

Ainda um documento que precisa ser ressaltado na primeira parte do livro, foi o de João Pinheiro (presidente de Minas de fevereiro a agosto de 1890) que escreveu o texto “Aos mineiros” de 12 de abril de 1890. Pinheiro relata que, a saída do Cesário Alvim da

⁴³ José Cesário de Faria Alvim escreve o Manifesto aos mineiros em Ouro Preto 28 de novembro de 1889 e foi publicado no jornal O Movimento em 29 de novembro de 1889. (A proclamação da República foi em 15 de novembro de 1889, porém não encontramos uma publicação do Jornal nessa data, ou próximo dessa data.

⁴⁴ Jornal O Movimento, 29 de novembro de 1889, Edição 43, p.01. (Arquivo Público Mineiro)

⁴⁵ Discurso proferido nas exéquias, celebradas em Belo Horizonte, em 14 de janeiro de 1904. Publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, 1906 p.5

presidência de Minas para o Ministério do Interior, possibilitou tornar-se presidente do estado. (BARBOSA, 1966).

Dentre sua atuação como presidente de estado, a obra de Barbosa (1966) destaca ainda, o decreto de instruções para a cobrança de impostos de exportação:

Considerando que, por não ser de justiça cobrar 6% sobre os gêneros de produção e criação, além da taxa itinerária, quando sobre o café, cuja cultura é das mais remuneradoras e está isento da taxa, cobra-se somente 4%, porquanto as culturas dos primeiros sobre serem geralmente menos remuneradoras são exploradas quase sempre por pequenos lavradores que, dispondo de poucos recursos, ficam privados de utilizarem-se quer no cultivo, quer no beneficiamento de seus produtos das máquinas e processos de aperfeiçoamento da indústria moderna, devem ser igualladas todas as porcentagens reduzindo-se de 6 para 4%.⁴⁶

Observa-se que Pinheiro modificou as taxas para tornar mais justa a cobrança do imposto para os produtores mineiros. Uma vez que a atividade cafeeira era a que gerava maior renda do estado e maior lucro a esses produtores, não era sensato cobrar taxas mais altas de exportações de outros gêneros produtivos.

Acredita-se que esse é um documento que deve ser ressaltado, pois Pinheiro tinha assumido o governo mineiro provisoriamente, mas já indicava uma atuação voltada para a esfera econômica, como, por exemplo, ao analisar a diferença entre os impostos pagos pelos produtores, o que pode ser sugerido como um olhar para a tributação regressiva, no sentido de justiça fiscal.

Outro documento de destaque, porque mostraria a ideia de autonomia política dos governadores em relação à União, foi a Exposição de motivos de João Pinheiro, ao deixar o governo de estado em 08 de agosto de 1890. Nas palavras de Pinheiro:

O incidente desfecho que todos sabem é em si insignificantíssimo. Tratava-se da nomeação do diretor-interino para a Escola de Minas. E o ministro da Instrução Publica, que se localizava na capital do Brasil, Rio de Janeiro, fê-la sem me consultar. Quando eu quis preveni-la, já estava feita. Um pequeno grupo de descontentes aqui existentes e no Rio emprestou-lhe o caráter de uma acintosa desconsideração a mim feita. O país deu-lhe toda a publicidade possível, cheia de segundas intenções. (...) A indicação foi do senhor Dr. Benjamin Constant, em seu ânimo não havia proposito de molestar-me, a responsabilidade da indicação cabia ao diretor-efetivo da escola de Minas, o Sr. Gorceix, como fui informado depois, o protegido do ex-imperador e que estima muito os republicanos. (...) em resumo, o incidente que determinou o

⁴⁶ João Pinheiro da Silva, Decreto número 82, 24 de maio de 1890 – Arquivo Público Mineiro. Obs.: O decreto também está disponível em: João Pinheiro Documentário sobre sua vida. Barbosa (1966), p.96-99.

meu pedido de exoneração é em si insignificantíssimo; mas envolvia para mim um princípio da mais alta significação, qual é o da autonomia absoluta dos governadores, nada se devendo fazer no Estado sem a audiência dos mesmos.⁴⁷

Pinheiro reconhecia, portanto, a necessidade da manutenção do princípio da “autonomia absoluta dos governadores”, em sua opinião a política na República deveria ser comandada pelos princípios federalistas, mas priorizando as decisões regionais em face à União. Desse modo, essas decisões deveriam ser indicadas por políticos mineiros, o que mostra um regime republicano descentralizado.

Em síntese, na primeira parte do livro, apresentam-se documentos que marcaram a atuação de João Pinheiro no início de sua vida política, a qual enfatizava discursos com influências positivistas no ideário da ordem e progresso. Já na segunda parte, como documentos de grande relevância para entendermos o pensamento de Pinheiro, temos a publicação do discurso proferido na sessão de encerramento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em 20 de maio de 1903, no qual Pinheiro relata que os problemas econômicos de Minas eram complexos. Mas o primeiro passo foi dado com a realização do congresso. (BARBOSA, 1966). Compreende-se a importância desse primeiro passo, como forma de mostrar as necessidades do reerguimento econômico de Minas Gerais, após os estudos de Pinheiro sobre as particularidades da região, que demonstravam a necessidade da diversificação produtiva.

Ainda, Wirth (1982) chama a atenção de que a constituição desse congresso seria uma forma de construir uma elite para romper com os interesses de uma sociedade basicamente conservadora. Isso corrobora a hipótese de nossa pesquisa, de que João Pinheiro possuía uma mentalidade avançada e voltada a constituir os ideais de uma elite nacional que direcionaria, por meio da ação do Estado, um projeto de nação em prol da sociedade (esse argumento será retornado no capítulo 03).

Na terceira parte da obra, o documento de maior relevância é a carta ao povo mineiro, que consistiu no programa de Pinheiro para sua candidatura a Presidente de estado em 07 de fevereiro de 1906. Na carta, Pinheiro examina a situação econômica de Minas Gerais e estabelece os pontos que mereciam destaque: o café, a cultura de cereais, indústria pastoril e a instrução primária.

⁴⁷ BARBOSA, 1966, p.103-105

Finaliza a carta, enfatizando que “o pensamento da reorganização econômica mineira é filho de um partido legítimo pela sua origem e se eleito seguiria esta orientação”.⁴⁸

Novamente, entende-se que as intenções de Pinheiro estavam voltadas para direcionar a política em prol da economia, tendo o movimento da diversificação produtiva como o “carro chefe” de seu programa de governo estadual.

A última parte do livro de Barbosa (1966) é composto por cartas de João Pinheiro escritas a amigos e familiares. Em destaque estavam três cartas publicadas para o amigo de Pinheiro, João Pandiá Calógeras, engenheiro, formado pelo Escola de Minas em Ouro Preto em 1890.

Em resumo, Pinheiro agradece ao amigo por falar com Claude Henri Gorceix de seu convite para visitar sua fábrica de Cerâmicas em Caeté. Pinheiro reclama a Calógeras sobre a necessidade de melhor infraestrutura para transportar as cerâmicas. Cita ainda o protecionismo do Estado, como a solução salvadora das indústrias do país. (BARBOSA, 1966).

Observa-se que Pinheiro tinha um círculo de amizade de homens influentes no Brasil, como João Pandiá Calógeras (1870-1934), que foi deputado federal por Minas Gerais, ministro da Agricultura, Comércio e Indústria em 1914 e ministro da Fazenda em 1916. Calógeras escreveu inclusive “A política monetária do Brasil” (1910), sintetizando que um dos grandes problemas das distorções das instituições monetárias eram causadas principalmente por fatores de ordem política⁴⁹. Também dentro deste círculo de amizades, Claude Henri Gorceix (1842-1919) foi um francês que foi convidado pelo imperador Dom Pedro II para ensinar e desenvolver pesquisas sobre a exploração mineral no Brasil em 1874, e que, no ano seguinte, assina o decreto de criação da Escola de Minas de Ouro Preto, local que João Pinheiro iniciara seus estudos de engenharia (BARBOSA, 1980).

Acreditamos que esses círculos de amizades de cunho intelectual poderiam ter influenciado Pinheiro principalmente na atuação de sua vida industrial. Isso se deve ao fato de ambos os amigos possuírem uma visão de progresso para o país, que apontava a

⁴⁸Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro a presidência do estado, publicado no jornal Minas Geraes 12/02/1906. Arquivo Público Mineiro. Também pode ser visto em: BARBOSA, 1966, p.155-156

⁴⁹ Ver mais em: CALÓGERAS, João Pandiá. A política monetária. Tradução de Ricardo Brinco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

uma necessidade científica em descobrir e desenvolver projetos voltados para os recursos minerais do estado, o que ia ao encontro dos ideais positivistas de que o conhecimento científico seria o verdadeiro conhecimento. (LINS, 1957).

Percebe-se que as partes que compõem o livro organizado por Barbosa (1966) privilegiam a época de atuação política de Pinheiro e, apenas na última parte, há descrição por meio de algumas cartas pessoais, da participação de Pinheiro na atividade industrial, o que reduz uma revisão bibliográfica mais apurada nesta época da vida de Pinheiro. Talvez o motivo da ênfase na vida política seja porque o livro foi publicado no ano em que o político Israel Pinheiro, filho de João Pinheiro, governaria Minas Gerais (1966-1971).⁵⁰

O segundo livro sobre João Pinheiro da Silva, também organizado por Francisco de Assis Barbosa e intitulado “Ideias políticas de João Pinheiro” (1980), é praticamente o mesmo da publicação em 1966. Apenas eliminou-se a quarta parte do livro anterior, que, ao retirar o item cartas, privilegia totalmente a vida política de Pinheiro.

Segundo Barbosa (1980), o objetivo deste livro foi a divulgação mais ampla do político João Pinheiro, agora numa publicação do Senado Federal juntamente com a Fundação Casa Rui Barbosa, da coletânea: Ação e Pensamento na República.

De acordo com Costa (2006), nos dois livros de Francisco de Assis Barbosa, haveria uma ênfase na análise do período em que Pinheiro estudou em São Paulo (1883-1887), atribuindo demasiadamente a essa época o momento de sua adesão ao republicanismo. Em suas palavras:

Ao fazer as suas escolhas da cronologia de João Pinheiro (...) Barbosa superdimensiona o papel do período “paulista” de Pinheiro, atribuindo a este momento sua adesão ao republicanismo. Como já afirmado, ainda no Seminário de Mariana, Pinheiro demonstrava entusiasmo pelo ideal republicano. Esta questão nos é fundamental pois, defenderemos a influência de uma tradição republicana mineira na formação política de João Pinheiro. (COSTA,2006, p.38)

Concordamos com Costa (2006) em sua observação acima, pois a trajetória anterior a São Paulo e seus estudos na Escola de Minas em Ouro Preto, bem como sua

⁵⁰ Outro adensamento, seria o período histórico, talvez o fato de ter sido publicado em meio a Ditadura Militar (1964 – 1985) teria representado alguma influência na seleção do conteúdo.

passagem no Seminário de Mariana, também foram importantes para a formação política e filosófica de João Pinheiro. No mais, este autor relata que os livros organizados por Francisco de Assis Barbosa resgataram João Pinheiro da Silva como imagem da herança desenvolvimentista do país.

A referência nutrida pelo desenvolvimento econômico de João Pinheiro é confirmada por John Wirth (1982, p.266), visto que a geração de João Pinheiro “acreditava no efeito da demonstração de novas técnicas, as fazendas-modelo refletiam a ideia de progresso e o fascínio pela mudança através do desenvolvimento econômico que tornou a direção estadual do governo de Pinheiro”.

Dulci (1999) também descreve que João Pinheiro da Silva foi o precursor do desenvolvimento brasileiro. Em suas palavras:

Desenvolvimento, no terreno econômico, é uma ideia referente à superação intencional de uma situação de atraso relativo. Envolve, portanto, uma clara dimensão política, que se traduz em ações governamentais – mediante graus variáveis de intervenção – e também em articulações de classes e grupos diversos (sobretudo as elites políticas, econômicas e intelectuais) em torno da meta de superação do atraso. Podemos chamar de desenvolvimentismo ao pensamento que focaliza esse processo numa perspectiva de *projeto* realçando seu sentido estratégico e seu potencial mobilizador. (DULCI, 1999, p.114)

Em relação à noção de desenvolvimento que Dulci (1999) e os demais autores acima enxergam em Pinheiro - que ameniza o atraso econômico da região mineira em relação a outros estados, como São Paulo, por exemplo -, é uma noção que concordamos, porque constata-se que este desenvolvimento ocorreria por meio do impulso intelectual e político para perceber a desigualdade social como preocupação fundante, elencando um atraso nacional e regional ao mesmo tempo.

Ainda conforme Dulci (1999), João Pinheiro utilizava a política para desenvolver a economia mineira. Seus ideais poderiam ser pontuados como:

(1) protecionismo à indústria; (2) modernização agrícola; (3) substituição de importações; (4) coordenação estatal dos agentes privados para a modernização produtiva; (5) formação da rede bancária mista; (6) implementação da política educacional para as necessidades da produção; (7) especialização industrial, baseada nos recursos naturais. (DULCI, 1999, pp.45-53)

Para Dulci, esses seriam meios de recuperar a economia de Minas Gerais que João Pinheiro enfatizava, o que é de conformidade para Paula (2004):

Republicano histórico, positivista formado na tradição que vê decisivo o papel do Estado no desenvolvimento da nação, João Pinheiro sintetiza, em sua figura e ações, aspectos decisivos das vicissitudes do processo de desenvolvimento brasileiro. Governador de Minas Gerais, do Governo Provisório, em 1890; deputado e senador; empresário do setor industrial; presidente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, em 1903; presidente do estado de Minas Gerais, entre 1906 e 1908; João Pinheiro é dos mais expressivos nomes do melhor que a perspectiva republicana foi capaz de produzir no Brasil. Combinando capacidade empreendedora, espírito público e liderança política de primeira linha, João Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, *malgré tout*, e com as diferenças devidas, foi experimentado no Brasil (...) (PAULA, 2004, p.273)

Para ambos os autores, João Pinheiro era um homem de espírito positivista que lutava pelo desenvolvimento do Brasil e acreditava no progresso, com vistas à necessidade do reerguimento econômico na formação da República.

Por fim analisamos o livro “Minas e os fundamentos do Brasil Moderno”, organizado pela autora Ângela de Castro Gomes (2005), apresenta um conjunto de dez capítulos para refletir sobre a contribuição de João Pinheiro da Silva e de sua família para a política brasileira.

Em nossa pesquisa, focaremos nos quatro primeiros capítulos do livro, que abarcam especificamente o político João Pinheiro. Os demais capítulos são elencados na tentativa de construção da genealogia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, vinculando os políticos Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e Israel Pinheiro, o que foge do escopo de nossa pesquisa.

No capítulo 01, Carvalho (2005), ao escrever “Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas”, observa que uma característica comum aos mineiros que buscavam o desejo de mudança política era a proveniência de famílias pobres e prematura orfandade:

O inconfidente Tiradentes perdeu a mãe aos oito anos e o pai aos quinze. João Pinheiro perdeu o pai aos dez anos vítima de febre amarela. Todos tiveram que ganhar a vida com o próprio trabalho. A experiência de se fazerem por si mesmos, sem dependerem da proteção de famílias abastadas ou de benesse governamentais, reforçou em todos eles a valorização da iniciativa individual. (CARVALHO, 2005, p.73)

Concordamos com essa afirmação do autor, a qual já havíamos observado no capítulo anterior, pois Pinheiro buscou o próprio mérito por meio de seu esforço pessoal. Ele não representava nenhuma família poderosa mineira relacionada à oligarquia rural, ou ao espaço urbano, pelo contrário, seu pai foi um imigrante italiano e sua mãe era filha de um professor primário, sem grandes posses.

José Murilo de Carvalho, também escreveu na revista do arquivo público mineiro (2008) o trabalho “Trajetórias Republicanas”, indo ao encontro com suas ideias anteriores, ao demonstrar que João Pinheiro da Silva foi um grande político do Estado:

Para a formação de sua mentalidade progressista, contribuiu também a formação positivista, que levara Pinheiro não só a aderir à república, mas a ver o novo regime não tanto como liberdade, mas, sobretudo, como o domínio da ciência, da indústria e do progresso. Deixou sua marca em várias iniciativas. Uma delas foi apoiar a transferência da capital de Minas para o arraial de Curral del-Rei (hoje BH). Embora não tivesse presidido a execução da transferência. (CARVALHO, 2008, p.30)

Para o autor, João Pinheiro da Silva via a nova capital como um dos instrumentos da renovação econômica de Minas Gerais, visualizando nesta, o progresso no sentido positivista, que modernizaria o estado.

No capítulo dois, “Memória, política e tradição familiar”, Ângela de Castro Gomes (2005, p.93) tenta reconstruir as raízes mineiras do desenvolvimentismo por meio de João Pinheiro da Silva. A autora observa que “o processo de construção da memória sobre João Pinheiro foi muito ressaltado pela sua própria família o transformando como um “mito da República recém-inaugurada seguida da ideia de desenvolvimentismo””.

Para nós, a autora relata a trajetória de João Pinheiro para pensar o processo de modernização de Minas Gerais, em conformidade com Dulci (2005), que escreve o capítulo três, “João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro” e explica a modernização, como forma de amenizar o atraso da região. Em momento algum, entretanto, a autora Gomes (2005) discorda dessa associação de Pinheiro ao desenvolvimentismo, que é uma ideia que só repercute no país na década de 1930.

Na realidade, a autora associa a palavra progresso, que era o termo específico da linguagem da época de Pinheiro, à palavra desenvolvimento, que só viria posteriormente. Nas suas palavras:

A proposta deste artigo é a de que João Pinheiro será uma representação da ideia de Progresso, uma palavra com sentido específico na linguagem da época, e que abre amplas possibilidades de associadas à sua trajetória pessoal, traduzir o que se tornará conhecido, nas décadas seguintes a sua morte, como modernização e desenvolvimento sócio-econômico. (...) Importa chamar atenção de fato que João Pinheiro (mas não só ele) estabelece relações muito próximas entre o regime republicano e um certo projeto de “melhoramentos” que seria capaz de produzir mais crescimento econômico e igualdade social no país. (GOMES, 2005, 91-94)

Também concordamos com Gomes (2005, p.97) em seu relato de que Pinheiro tinha uma visão econômica do problema brasileiro, pois “o bacharelismo daquela época não permitia, nem facilitava: a visão profunda, no sentido econômico, dos problemas políticos do Brasil” e para a autora, Pinheiro, mesmo formado em Direito, era um político plural e não se preocupava tanto com as leis, mas com o progresso.

Por fim, é importante mencionar, ainda nesse livro, o capítulo quatro, que relaciona João Pinheiro com a educação, intitulado “O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional” da autora Helena Bomeny (2005)⁵¹.

Para Bomeny (2005), a trajetória individual de João Pinheiro, marcada por seu esforço para estudar, fez com que ele acreditasse num projeto educacional como a saída para a construção de uma sociedade mais próspera. Em suas palavras:

A curta gestão de João Pinheiro a frente do governo de Minas prolongou-se na memória política do estado pela reforma educativa, sem dúvida a que prescreveu a universalização do ensino primário, mas em particular, a implementação das escolas agrícolas. Digo isto porque, mesmo naquela que preconiza a democratização do ensino, prevê a inclusão do ensino técnico primário. Ensinar ao agricultor que tipo de produção se presta em seu terreno, como lidar com a terra sem exauri-la, como lidar com máquinas, como modernizar o campo produtivo era a agenda de um currículo de Escola Agrícola. (BOMENY, 2005, p.160)

A alfabetização era uma exigência da sociedade para dinamizar a divisão social do trabalho no início da República, preocupação que se evidencia nas medidas de “universalização do ensino primário” e na “implementação das escolas agrícolas”, com inclusão do “ensino técnico primário”. E a necessidade de se investir na educação podia

⁵¹ Grande parte de seu pensamento pode ser encontrado em sua tese de doutorado: *Mineiridade dos Modernistas: A República dos Mineiros* (1991). O tema central da tese é a vinculação que a autora consegue estabelecer entre os modernistas mineiros dos anos 1920 e a questão mais geral do modernismo na passagem do século, bem com as diferentes possibilidades e alternativas de modernização da sociedade brasileira.

ser compreendida de duas formas: como progresso material para a população adquirir conhecimentos técnicos para aprender a manejar o trabalho no campo (racionalização dos meios de produção), e como progresso social, já que, dada a transição do trabalho escravo para o livre, as pessoas viam a educação como ideologia de ascensão social.⁵²

Em sua pesquisa, Bomeny (2005) percebe que o projeto de modernização defendido por Pinheiro sustentava a educação e o trabalho no campo. A autora lembra que, naquela época (1890-1908), a maioria das pessoas vivia no campo e a transição para o trabalho assalariado era algo recente. Assim, a educação seria um meio de instruir e capacitar a mão de obra para a nova forma de trabalho.

Esse ponto de vista de Bomeny está em conformidade com a reflexão de Dulci (2005), de que o processo de modernização e de inserção de Minas Gerais e do Brasil no capitalismo foram impulsionados com o fim da escravidão e a proclamação da República, em fins do século XIX. Por isso, tinha-se a preocupação com a formação do trabalhador para o campo observação pela qual concordamos.⁵³

A educação como um dos pensamentos principais de João Pinheiro também é encontrada no trabalho de Silva (2011) “A moral positivista em João Pinheiro da Silva”. Para este autor, João Pinheiro da Silva tinha um posicionamento importante sobre o processo educativo, por meio da busca pela ciência e pela técnica para atingir o progresso social. O autor reforçava o entendimento do positivismo no Brasil, no sentido de organizar o Estado para a sociedade. Esta reforma deveria se passar pela mudança dos costumes e da mentalidade, e uma forma de reorganizar esses pensamentos seria por meio da educação.

Trabalhos mais recentes que estudam João Pinheiro da Silva, como o de Oliveira (2012), que em sua tese de doutorado, “O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)”, estuda o pensamento econômico de Pinheiro e relata que seus ideais são próximos à interpretação desenvolvimentista brasileira. Porém, para Oliveira (2012), o pensamento

⁵² Para entender a educação como prática de liberdade, ver a introdução do livro do Paulo Freire (1999), a qual Weffort destaca as experiências do método na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962, onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

⁵³ Outro texto de referência seria: VERSIEUX. Daniela Pereira. A fazenda Escola de Florestal: apontamentos sobre a inserção de Minas Gerais na modernidade capitalista (2012) Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 2, p. 141-160, jul./dez. 2012.

de Pinheiro “não pôde ser aplicado por motivos relacionados a ambições políticas de Minas Gerais no período da hegemonia sul-mineira”. Essa expressão pode ser explicada como:

A hegemonia sul - mineira é a expressão utilizada pelos pesquisadores da política de Minas Gerais e do Brasil na Primeira República para identificar um período em que os políticos das diferentes sub-regiões do estado votaram em bloco, em concordância com a porção sul liderada por Silviano Brandão, que dominava também a Comissão do PRM – Partido Republicano Mineiro. De 1898 a 1918, o sul de Minas (região cafeeira) fez quatro dos cinco presidentes de Estado (Francisco Salles, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão, Delfim Moreira) nesse período o único presidente de Minas que não era propriamente sul-mineiro foi João Pinheiro da Silva. (OLIVEIRA, 2012, p.73)

A análise de Oliveira (2012) aponta que as ambições da hegemonia sul-mineira objetivavam uma formação da política do estado de Minas Gerais forte, para que o estado fizesse frente aos demais estados da federação em nome do domínio político, na tentativa da sobreposição política na economia. Para os autores, João Pinheiro da Silva, por mais que tenha sido presidente do estado pelo PRM, tinha poderes políticos limitados, devido a pressões políticas locais principalmente dessa hegemonia sul-mineira.

Observa-se que, sobre essa lógica da hegemonia sul-mineira, ainda cabe a pergunta: qual era a proposta concreta para Minas Gerais? Havia um vínculo pela homogeneização regional? Ou apenas o olhar para a hegemonia sul-regional?

Em outras palavras, dada a heterogeneidade de Minas Gerais, caracterizada pela presença de diversas regiões e desigualdades dentro do mesmo estado, como a ambição política sul – mineira, equacionava essas desigualdades? Oferecia uma possibilidade de pensar a desigualdade regional e/ou nacional? (Esses questionamentos serão respondidos no capítulo 02).

A revisão da literatura sobre João Pinheiro evidencia os vínculos entre a República e o progresso do país. A maioria dos autores utilizaram como sinônimos as palavras progresso, no sentido do pensamento positivista que estava no auge da época de João Pinheiro, e a palavra desenvolvimentismo, que apenas nos anos 1930 será uma palavra de efeito nacional.⁵⁴

⁵⁴ As palavras progresso, moderno, devem ser utilizadas com cautela, segundo o autor Florestan Fernandes, pois no Brasil sempre há a junção do arcaico com moderno e não apenas um lado da estrutura. Elas precisam

Por mais que na época de atuação política de Pinheiro a palavra progresso era a que prevalecia, representando uma “mudança na ordem econômica e social”, como explicou Gonçalves (1990), a proposta de desenvolvimento econômico não era diferente da elaborada por Dulci (1999, p.114) “referente à superação intencional de uma situação de atraso relativo econômico, envolvendo uma clara dimensão política”, já citada neste capítulo. Porque esta mudança da organização do país significou um período de transição para a entrada do Brasil na nova ordem do modo de produção e reprodução da vida material – transição para o capitalismo industrial.⁵⁵

Embora essa literatura tenha contribuído para a disseminação de diversas interpretações sobre João Pinheiro da Silva, como, o precursor do desenvolvimento do país, o estadista republicano, o político de influência positivista, a mentalidade progressista, o político que projetava a modernização da educação e do trabalho no campo e o fundador do IHGGMG, esta análise bibliográfica permitiu chegarmos à conclusão de que há uma lacuna, dentro da história econômica, de uma pesquisa que contextualizasse a singularidade de Pinheiro e a função nacional da transição da República, colocando o pensamento de Pinheiro em diálogo com a nova forma de produção e reprodução da sociedade brasileira, conforme Cardoso de Mello (1991) caracterizado como uma etapa de transição do processo de incorporação das forças produtivas especificamente capitalistas no Brasil.

Em outras palavras, continuamos questionando como Pinheiro compreendia a inserção do Brasil no capitalismo mundial e a organização nacional. O que João Pinheiro da Silva observava como organização do Brasil por meio da dinâmica econômica? Qual o significado de um político da geração de João Pinheiro olhar o Brasil pela dimensão econômica, seria um projeto de nação? Este é o trabalho que pretendemos realizar nas páginas seguintes.

ser mantidas as condições de articulação do sistema econômico. Fernandes. Florestan. Sociedade de Classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

⁵⁵ Sobre a discussão de desenvolvimento ver também em BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949 – Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. – 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

2. MINAS GERAIS E SUA ARTICULAÇÃO POLÍTICA (1890-1908)

Neste capítulo buscamos observar o espaço regional mineiro, região onde Pinheiro nasceu e realizou sua vida política. Em seguida, propomo-nos a entender o olhar de João Pinheiro da Silva para o Brasil por meio da organização nacional e da dinâmica econômica.

2.1 A situação econômica da região

A nossa capitania não foi donatária de nenhum nobre portuguez, devassou-a o bandeirante; descobriram as minas, os garimpeiros; o ouro de suas montanhas e as pedras preciosas de seus rios acharam os forasteiros; nulla foi à acção do governo (...).⁵⁶

João Pinheiro da Silva (1906) relatou acima a exploração dos recursos naturais de Minas Gerais, justamente porque, no período do século XVIII até a primeira metade do século XIX, a região mineira se apresentava como uma afirmação da força das estruturas de exploração, que dominavam a relação entre os territórios coloniais e Portugal.

Segundo Fernando Novaes (1995), a exploração do ouro atendia ao mecanismo conhecido como “exclusivo metropolitano”, mas, para consolidar essa exploração, toda a organização em torno do ouro, como a produção de alimentos, por exemplo, precisava assegurar a sobrevivência das pessoas que viviam para realizar a economia da mineração. Em outras palavras, conforme Torres (1943), entende-se que para realizar a exploração, tinha-se a necessidade de um comércio, pois “o ouro não servia de alimento” (p.70).

A reflexão de Torres (1943) é coincidente com o pensamento de Caio Prado Junior (1959), já citado no capítulo anterior, porque por mais que se precisava realizar a riqueza para fora de Minas Gerais, era necessário construir na região uma sociedade, uma organização interna para realizar esta exploração.

A região de Minas Gerais pode ser entendida por meio da “estrutura de seu povoamento, que começou do centro para as extremidades regionais, nascendo como um

⁵⁶ SILVA, João Pinheiro. Suplemento do número 04 do CATAGUAZES. Órgão oficial do município de Cataguazes, (07 de fevereiro de 1906)

espaço urbano em busca de ouro e pedras preciosas com amplo trabalho escravo” (PRADO JUNIOR, 1959, p.56-59).

Esse processo pode ser observado na formação das primeiras cidades de Minas Gerais, tais como Mariana, Ouro Preto, Caeté, Diamantina, Serro, que tiveram as primeiras povoações da região, porque na época havia o interesse da mineração.

Observemos o mapa abaixo:

Divisão regional em três agrupamentos: regiões estáveis (V - Centro, I - Sul e VII - Norte), em formação (III - Triângulo e II - Mata) e de formação incompleta (VI - Leste e IV - Oeste).



Figura 2. Mapa da província de Minas Gerais por regiões (século XIX)

Fonte: CHAVES. Edneila Rodrigues. Pobreza, riqueza e hierarquização em sociedade local (Minas Gerais, século XIX). *Estud. hist. (Rio J.)* vol.27 n° 53 Rio de Janeiro Jan./junho 2014, p.158.

Observa-se que a formação das primeiras cidades de Minas está relacionada ao processo histórico do período colonial voltado para a mineração e posteriormente para a exploração dos diamantes, como podem ser verificados na região do centro e do norte de Minas no mapa acima.

Para Torres (1943, p.124), as necessidades de fiscalização, a vida urbana e a concentração dos habitantes de Minas numa área relativamente pequena puseram sempre

o mineiro ao alcance da força do estado. Além disso, complementa o autor, “a urbanização fez nascer o município e tínhamos o nosso *homo aurífero* colaborando com o governo”. Isto é, desde muito cedo na formação de Minas, a população ficou conhecendo o valor do poder político, que exercia as funções administrativas do estado.

Ao contrário do senhor de engenho da região nordeste, caracterizado no livro Casa-Grande e Senzala de Gilberto Freyre (1998), o mineiro desde muito cedo aprendeu a negociar com o estado, a ser funcionário público e a se interessar por política. Nas palavras de Torres (1943, p.126): “os mineiros, morando em cidade e perto do governo, ficaram cedo políticos”, (quase que uma questão cultural).

Arruda (1989), na busca de entender o sentido de ser mineiro, observa que é possível reconhecer, na história de Minas, pelo menos duas dimensões temporais nítidas. A primeira emerge no século XVIII, correspondendo ao apogeu da mineração e pedras preciosas, quando a riqueza das minas produziu uma época de fulgor cultural, presente na intensa vida urbana, para os padrões de colônia. A segunda inicia-se já nos fins dos oitocentos, após a retração mineradora, quando a agricultura se sobrepõe às demais atividades (voltadas basicamente para o próprio consumo, como produção de galinha, porco, boi, produção de queijo, entre outras atividades), estendendo-se por todo século XIX e adentrando décadas do século XX.⁵⁷

Compreende-se a percepção da autora na formação estrutural de Minas Gerais, que passou por singularidades que a diferenciavam de outras regiões. Arruda (1989, p.198) observou que na época da decadência do ouro, os mineiros conservavam as “imagens gloriosas de seu passado”, o que constatava que “a realidade social e política de Minas Gerais no século XIX, encaminhou-se para certa autonomia, criando uma subcultura singular, fruto do amálgama entre o passado e o presente, que se poderia denominar por mineirismo”.

Ainda na observação de Arruda (1989), a localização geográfica de Minas Gerais legitimaria a ideia de unificar não só a região, mas o Brasil, pois a região está no centro do mapa do país e possui fronteiras territoriais que se comunicam com outros estados, e,

⁵⁷ Esta é apenas uma, das diversas interpretações de Minas Gerais após o ciclo do ouro. Ver mais em: SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Item: Análise da evolução econômica de Belo Horizonte. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977. E WIRTH, John. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

entre os séculos XIX e XX, teria uma intenção de promover a unidade nacional por meio da política mineira.

John Wirth (1982), ao estudar o contexto histórico regional de Minas Gerais desde o século XIX, percebeu certo “mosaico mineiro” composto de zonas (Centro, da Mata, Sul, Triângulo, Oeste, Norte e Leste) bastante diferenciadas entre si e sem a presença de um centro polarizador em Minas Gerais. Ou seja, nesta concepção, Minas detinha “várias regiões dentro da mesma região”, com ausência de uma dinâmica econômica homogênea. Esta afirmação pode ser exemplificada por meio de Simão da Cunha (1891) (deputado congressista), um dos representantes da Assembleia Constituinte mineira de 1891, ao analisar as diversas frações de Minas Gerais:

O norte mineiro, por exemplo, aproveitando-se da grande artéria fluvial, o São Francisco, pelos portos desse grande rio faz todo o seu commercio; o sul, compreendendo o triângulo mineiro, abrangendo férteis municípios, como Uberaba, Paracatu e outros tem constantemente o seu commercio voltado para São Paulo; o centro compreendendo uma grande extensão territorial, dirige todos os seus productos para o Rio de Janeiro; o leste, limitando-se com a Bahia e Espírito Santo, deixa escoar pelo Jequitinhonha e rio Doce toda sua produção⁵⁸.

Desse modo, como apontou o congressista, as “diversas frações” de Minas Gerais eram (e ainda são) estratégicas porque interagem com as regiões do Brasil, mas criavam um processo de dependência destas, essencialmente por não terem acesso ao mar.

Lima (1981) e Dulci (1999) analisaram o início dos anos XX da região mineira, apontando a necessidade de uma produção homogênea interna que dinamizasse a região. Esses autores perpassavam a temática da possível indústria mineira, dialogando com o seu contexto regional, principalmente nos quesitos da atividade cafeeira - que se tornou uma importante atividade econômica depois da queda da mineração. Estes autores observavam que, após o ciclo do ouro, Minas Gerais não construiu uma organização social que a fortalecesse economicamente.

Segundo Lima (1981), a principal região cafeeira de Minas Gerais desenvolveu-se na Zona da Mata e na região Sul, onde se concentrava quase a totalidade da produção cafeeira do estado. Mas a produção na economia mineira era de base escravista, sendo

⁵⁸ ANNAES do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes; 1891 Ouro Preto, Imprensa Official, 1896. Deputado Simão da Cunha nos anais da constituinte MG 1891.p.86-87

que a acumulação de capital cafeeiro se deu com baixo nível de produtividade física e econômica.

De acordo com Dulci (1999), Minas Gerais não detinha condições geográficas favoráveis à produção do café, seja devido a sua topografia acidentada, à baixa fertilidade do solo ou, no aspecto social, à reduzida relação propriamente capitalista, após 1888. Minas também tinha problemas para exportar o café, visto que, além de altos custos de acesso aos portos, a produção era para a exportação e não para o consumo próprio.

Para Singer (1968, p.211) o desenvolvimento da cafeicultura no sul de Minas se dava em função de São Paulo, do mesmo modo que o da Zona da Mata se deu em função do Rio. Segundo o autor “o café não somente reconstitui o setor de mercado externo da economia mineira, como representa, na realidade, o seu único ramo de alguma expressão”. O restante das exportações mineiras, constituído por excedentes de produção do setor de subsistência, como, gado bovino e suíno, dos laticínios e derivados do porco eram exportados para os mercados de expansão no Rio de Janeiro e São Paulo.

Podemos notar que o espaço regional mineiro não possuía uma atividade econômica rentável que possibilitasse uma concentração de receita suficiente para realizar sua dinâmica interna, baixo potencial de acumulação. Entretanto, por mais que o café na região de Minas Gerais não formasse o “complexo cafeeiro”, entendido como uma atividade que utilizava amplo trabalho assalariado e que passava por uma rápida monetização das relações econômicas, e induzia efeitos “virtuosos” internos, como a construção da infraestrutura de transportes, a urbanização e seus serviços e o desenvolvimento de algumas indústrias de consumo (CANO, 1975)⁵⁹, o café ainda foi a principal fonte de renda na região, como pode ser analisada abaixo:

⁵⁹ O autor Wilson Cano (2002) também explica que a agricultura mineira e as atividades de transformação foram incapazes de gerarem um complexo econômico devido ao seu baixo potencial de acumulação. Para o autor, a transferência de escravos para essa atividade teria gerado uma mão-de-obra subutilizada em uma economia em fase de desagregação e regressão à subsistência. Ver mais em: CANO, Wilson. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas, Editora Unicamp, 2002. O complexo cafeeiro também é explicado no livro de Furtado (2007) p.17.

Quadro 5. Percentual do valor de produção de café e o total das exportações de Minas Gerais (1889-1913)

Período	Valor das exportações	Valor do café	Percentual do café em relação ao total
1889-1893	99.282.450	71.628.535	71,64
1894-1898	186.687.546	128.164.206	68,65
1899-1903	156.343.563	93.228.506	59,63
1904-1908	136.043.725	64.619.539	47,49
1909-1913	191.802.771	84.682.079	44,15

Fonte: ALVIM, A. Confrontos e deduções. In: Minas e o bicentenário cafeeiro no Brasil (1727-1927). Secretaria da Agricultura, BH: Imprensa Oficial, 129 pg.82.

A produção de café em Minas Gerais neste período era responsável, na maior parte, por mais da metade do percentual de exportações do estado de Minas Gerais (como já tínhamos observado no capítulo 01). Mesmo o estado não contendo condições geográficas favoráveis à produção de café, como explicou os autores acima, ele era a principal renda do estado. Porém, com a crise cafeeira, mais especificamente entre os anos de 1904 a 1908, reduzia-se a renda do setor e receita do estado⁶⁰.

Entendemos que, inicialmente, a forma de financiar a produção cafeeira do estado seria por meio dos comerciantes e os exportadores de café (a qual Minas Gerais detinha apenas o imposto de exportação), porque eles detinham o controle do processo final da cadeia produtiva cafeeira possuindo seus negócios diversificados em diversas atividades essenciais para aquela realização, através do beneficiamento e da estocagem. Porém, com a queda dos preços do café desde meados da década de 1890, essa forma de financiamento não seria suficiente, devido à baixa entrada de capitais para os comerciantes e grandes exportadores (TORELLI, 2004).

Outra forma de financiar a produção cafeeira seria por meio dos bancos. Entretanto, no período de recorte de nossa pesquisa (1890-1908), Minas Gerais não contava com a presença de grandes números de bancos mineiros para incentivar o

⁶⁰ O quadro dos principais produtos da pauta de exportação de Minas encontra-se em anexo, ver: quadro 13. E em relação ao orçamento de Minas Gerais (1889-1909) ver quadro 16 em anexo.

investimento e movimentar o capital regional. Como pode ser observado abaixo, nesse período, apenas um banco matriz, duas agências e uma casa bancária foram criados:

Quadro 6. Bancos de Minas Gerais em funcionamento no estado

Inauguração	Matrizes			Agências			Total		
	Bancos	Casas Bancárias	Total	Bancos	Casas Bancárias	Total	Bancos	Casas Bancárias	Total
antes de 1891	1		1				1		1
de 1891 a 1900				2	1	3	2	1	3
de 1900 a 1910	1		1	2		2	3		3
de 1911 a 1920	5	5	10	30	3	33	35	8	43

Fonte: Secretaria da Agricultura. Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp. Oficial ano II (1922/1925)1929, p.955⁶¹

Para Costa (1978, p.267), a economia cafeeira, por mais que era “considerada a de maior auferimento de receita para Minas Gerais, era frágil, sem capacidade de investimento, e o pouco que se lucrava era investido no setor bancário exógeno e não houve financiamento nacional para Minas Gerais”.

Segundo Bastos (1997), a crise do Encilhamento, entre 1891 e 1893, derrubou quase todo o sistema bancário mineiro. Tanto que entre 1896 e 1909 o setor bancário mineiro não assistiu à abertura de nenhum novo banco.⁶²

A região de Minas Gerais viveu uma nova conjuntura apenas a partir de 1909, “com uma considerável rede bancária espalhando-se por todo o estado, ou seja, de um banco existente em 1909, até 1930 foram criadas mais 68 instituições financeiras” (BASTOS, 1997, p. 328-329). Mas este crescimento bancário a partir de 1909 foge do recorte de nosso trabalho.

⁶¹ O quadro também pode ser vista em: COSTA, F. N. Bancos em Minas Gerais. 1889-1964. Universidade Estadual de Campinas, 1978 (dissertação). p.266

⁶² Crise financeira. A respeito deste assunto ver mais em: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Em relação ao financiamento externo, Minas Gerais havia recorrido ao empréstimo francês em 1896 para a construção da capital mineira (1897), como pode ser observado abaixo:⁶³

Quadro 7. Endividamento externo mineiro (1896-1909)

ANO	VALOR	TAXA DE JUROS (%)	SALDO EM CIRCULAÇÃO
1896	65.000.000	5	
1897			
1898			
1899			
1900			
1901			
1902			61.124.000
1903			59.594.000
1904			58.100.000
1905			57.980.000
1906			55.658.000
1907	25.000.000	5	54.212.500
1908			52.694.500
1909			51.101.000

Fonte: Ministério da Fazenda (1942) e Mensagem dos Presidentes de estado (1896-1911).
Elaboração própria.

Minas Gerais se endividou externamente com empréstimos da França, mais especificamente para construir a nova capital do estado. O endividamento externo francês durante a análise de (1896-1911) não foi finalizado. Observa-se que se utilizava, nessa época, muito recurso financeiro externo para empreendimentos de obras públicas e, na maioria das vezes, pagava-se a dívida externa com novos empréstimos (WIRTH, 1982).

⁶³ Empréstimo realizado junto ao banco francês o *Banque de Paris et des Pays-Bas*. Mais informações sobre o empréstimo ver a Mensagem do Presidente ao Congresso Mineiro de 1897 do presidente de estado Bias Forte (1894-1898) p. 29–30. Arquivo Público Mineiro.

Foi visto acima que Minas Gerais não possuía bases sólidas para sua diversificação econômica nos anos de 1890-1908. Assim, supomos que a funcionalidade direta de Minas Gerais para o Brasil era a ordem política, por mais que o estado exportasse café para o mercado externo e exportasse produção do setor de primeiras necessidades, para a região de São Paulo e Rio de Janeiro (SINGER, 1968). Em outras palavras, acreditamos que no período de nossa pesquisa, os interesses políticos foram os direcionadores dos caminhos econômicos mineiros, e é este movimento que vamos observar no item abaixo.

2.2 Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro

Para entender a mudança da estrutura política da época e como se articulou o geral das ideias republicanas, com a especificidade de cada partido, construiremos a seguir um breve histórico dos dois partidos mais fortes do início da República, o PRP e PRM. Também iremos comparar esses dois grupos políticos, pois o movimento da política entre o século XIX e XX foi fundamental para constituir as bases da formação do capitalismo brasileiro (GONÇALVES, 1990).

Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em três de julho de 1873, foi o principal partido da República do país. Ainda, de acordo com o documento, a iniciativa dos republicanos paulistas era de constituir um organismo partidário para combater as instituições monárquicas da época. Isto é, o PRP foi fundado com o propósito de analisar os objetivos de uma sociedade em ascendência econômica e percebeu que para sua consolidação era necessário substituir o sistema de governo.

Já o Partido Republicano Mineiro (PRM), fundado também anteriormente à proclamação da República, em 1888, constituiu, com participação do político João Pinheiro da Silva, a campanha republicana na província de Minas Gerais. Porém, até

1889, o republicanismo não teve, na região, grande expressão numérica, representando apenas 30% do eleitorado mineiro em relação a monarquia.⁶⁴

Segundo Wirth (1982), a reorganização do PRM foi por volta de 1897, quando a sucessão do presidente do estado de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes (1894-1898), gerou uma crise na política mineira⁶⁵.

Os três políticos de maior influência em Minas Gerais, nesse período, eram o próprio Bias Fortes (da região Sul de Minas, região cafeeira), seu opositor Cesário Alvim (da região do centro de Minas, da velha zona da mineração) — o qual, embora afastado de cargos políticos, detinha ainda grande poder pessoal —, e Silviano Brandão (também do sul de Minas), presidente do Senado, aliado de Bias e candidato oficial a seu sucessor. (CPDOC, 2015)⁶⁶

Segundo Wirth (1982, p.161), a candidatura de Silviano não contou com o apoio unânime da bancada mineira no Congresso (a representação mineira era, aliás, a maior de todas, com trinta e sete deputados e três senadores). Os opositores de Silviano, como Cesário Alvim, reagiram contra o político. Na oportunidade, seria formulado o programa do partido e seriam indicados novos candidatos à presidência e à vice-presidência do estado. “Os partidários de Silviano Brandão, ao temer as consequências dessa iniciativa, decidiram também comparecer à convenção”.

Buscando um acordo, segundo os relatos do documento do CPDOC, os silvianistas propuseram aos dissidentes aceitar seus princípios em troca do apoio a

⁶⁴ CPDOC, 2015, p.01

⁶⁵ Ao se aproximarem as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte marcadas para 15 de setembro de 1890, foi tentado um acordo entre as diferentes correntes, incluindo os ex-monarquistas. Entretanto, a composição resultante vigorou pouco tempo, limitando-se à necessidade de apresentar uma chapa mineira à Constituinte. Após as eleições de 1890, quando se impôs novamente, em 1891, a escolha de uma chapa para a Constituinte estadual, as divergências se acirraram. Os republicanos históricos, também chamados “jacobinos”, liderados por Antônio Olinto, em reunião realizada em 25 de dezembro de 1890 em Juiz de Fora, recusaram-se a aceitar a chapa governista. Não conseguindo restabelecer a união entre as diferentes facções, o PRM se dissolveu nessa ocasião. Nas eleições para o Congresso Nacional realizadas em 4 de março de 1894, os republicanos mineiros se reuniram em duas organizações opostas: de um lado, o Partido Republicano Conciliador, dominado pelo grupo ligado ao ex-presidente estadual Cesário Alvim (1891), e, de outro, o Partido Republicano Constitucional Mineiro, fundado em 1893 pelos republicanos históricos, que haviam combatido a “política de conciliação” de Alvim. Ver mais em: CPDOC/FGV (PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO, p.01)

⁶⁶ CPDOC, 2015, p.11. Obs: A O quadro dos políticos mineiros do período de 1891 a 1914 encontra-se no anexo da pesquisa (Quadro 14). E dos presidentes do Brasil (1889-1909) encontra-se na quadro 15, em anexo.

Silviano Brandão. Assim, no dia 21 de dezembro de 1897, instalou-se oficialmente a convenção partidária que aprovou as bases do PRM⁶⁷.

De acordo com Wirth (1982), a partir desta época, o poder político passou da velha zona de mineração, onde Cesário Alvim era o político de maior influência, para as regiões do café, atividade de maior arrecadação de receita do estado e área de influência do político Brandão. Em linhas gerais, segundo Wirth (1982), o programa do PRM defendia a República Federativa Presidencial, a autonomia municipal e distrital, e a tributação proporcional aos recursos da lavoura e do comércio estaduais. Ainda para Wirth (1982, p.161), reunir a “boiada” sob um só partido estadual foi fácil devido ao início da depressão econômica de 1897 (crise do preço internacional do café). Ademais, a crise enfraqueceu a base da receita estadual mineira, o que ajudou a consolidar o PRM na maior parte dos governos locais em 1898. Segundo o autor:

Com o PRM, Minas desfrutou de uma estabilidade política não conseguida por nenhum partido republicano em outro lugar, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul. **O relacionamento institucionalizado entre governador e supercoronéis na Comissão executiva do partido é de extremo interesse. O PRM não cobrava mensalidades, como São Paulo, nem tinha o comportamento monolítico do partido do Rio Grande do Sul. Mas em Minas, a Comissão Executiva funcionava como um colégio, reportando-se ao governador.** Seu papel era consultivo e processual. Servia também para legitimizar a união do governador com os superchefes, como se fosse, nas palavras de Bias, seu guarda-chuva. (WIRTH, 1982, p.162) grifos nossos

Defende-se conforme Souza (1985) que essa autonomia regional sem a interferência da União, simbolizava as reivindicações da elite regional. O que é uma análise importante, pois sobrepunha a elite regional acima do Estado. O que nos permite

⁶⁷ A base do programa do PRM defendia a República federativa presidencial, a verdade eleitoral, a inamovibilidade dos juizes, a autonomia municipal e distrital, e a tributação proporcional aos recursos da lavoura, do comércio e da indústria estaduais. Do ponto de vista organizacional, o partido teria uma comissão executiva, diretórios distritais e diretórios municipais, todos com mandato de três anos. Todas as deliberações referentes à escolha de candidatos à presidência da República e do estado e aos congressos nacional e estadual seriam tomadas através da convenção do partido, que reuniria a comissão executiva e os diretórios municipais. À comissão executiva caberia decidir soberanamente sobre os assuntos partidários internos, e ainda dirigir os pleitos eleitorais, convocar os diretórios municipais para as convenções e elaborar manifestos de apresentação dos candidatos. Composta de cinco membros, eleitos por maioria de votos em escrutínio secreto, a primeira comissão da nova fase do partido incluiu dois representantes silvianistas e três dissidentes. Eram eles o deputado federal Carlos Vaz de Melo, o deputado estadual Júlio Bueno Brandão, os deputados federais Mendes Pimentel e Teles de Meneses e o deputado estadual Sabino Barroso Júnior. Ver mais em: (CPDOC, 2015, pg.03)

refletir que a ação econômica do Estado estaria atrelada aos interesses da elite cafeeira do país.

Wirth (1982) apontava também que durante toda a Primeira República, a influência da política mineira pode ser resumida como apresentado abaixo:

1. Os Silvinistas eram liderados por Júlio Bueno (1910-1914) e por Wenceslau Brás (1914-1918). Sua durabilidade, conforme Wirth (1982), pode ser explicada pela antiga articulação de Silviano na zona de café e pelo poder dos laços familiares.
2. Os Biistas estavam sob a liderança de Bias Fortes (1894-1898), de Barbacena, que presidiu a Comissão Executiva do Partido, de 1898 até sua morte em 1917
3. Os Salistas, Francisco Sales (1902-1906).

Na observação de Dulci (1999), os líderes da política mineira eram baseados num sistema de patrão-cliente, de direitos e deveres recíprocos, sendo a lealdade pessoal o princípio regente e o pistolão, o cimento da política. Enraizados pelo caráter da cidade pequena, eram burgueses nos modelos de carreira. Sua habilidade de adaptar-se, a fim de participar da transferência do poder, era talvez mais desenvolvida do que seus colegas do Partido Republicano de São Paulo (PRP), organizado em linhas semelhantes.

Porém, para Dulci (1999), o governo de João Pinheiro da Silva (1906-1908) é um caso a assinalar. Sua gestão no governo do estado (1906-1908) foi marcada pela presença de empresários e engenheiros preocupados com a reforma econômica de Minas Gerais.

Em vista do exposto, compreende-se que a atuação pública de João Pinheiro tinha poderes políticos limitados, devido a pressões políticas locais principalmente da região cafeeira. Segundo Wirth (1982, p.163), “com a morte súbita de Pinheiro em outubro de 1908, as três facções mineiras cooperaram para expurgar os homens de base de governo de João Pinheiro e firmaram apoio ao político Júlio Bueno (1910-1914) para presidente do estado e a Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) para presidente do Brasil”. “Desprotegidos, os homens de João Pinheiro não conseguiram conquistar o estado nem vencer eleições, pois a Comissão Executiva estava unida contra eles”. (WIRTH, 1982, p.164)

Nota-se que as ideias de Pinheiro eram consideradas temidas porque seu governo propunha uma gestão econômica voltada para a diversificação produtiva. E tanto o partido republicano paulista como o mineiro estavam regidos sob uma lógica de regiões agrárias,

que buscavam, principalmente por meio da política e da atividade cafeeira, o vínculo da homogeneização do poder nacional.

Em síntese, o ideário dos partidos políticos, principalmente após a reforma do PRM, pode ser explicado abaixo:

Partidos de políticos, feitos por políticos e para políticos, a nação os tem visto com indiferença, alheada de suas fórmulas que as tentativas se têm confundido com a política parasitária que as origina. E o povo, através das vãs promessas e das puras questões constitucionais, só vê, de bem real, a percepção crescente dos impostos e a má aplicação dos mesmos a empobrecê-lo cada vez mais. **Triste herança da monarquia – o partidarismo, que se transformara em agremiações para a posse do poder, com o repúdio das próprias ideias, substituídas pela divisão dos proventos e lugares; semelhante partidarismo, que fez a monarquia tombar ante a indiferença nacional, deve ser banido da República, que precisa sanar o grande mal que nos aflige.** (SILVA, João Pinheiro., *apud* BARBOSA, 1966, p. 155)

Compreende-se que, para Pinheiro, a preocupação dos partidos, bem como a mudança do PRM, estava diretamente relacionada com a classe agrária e em como preservariam a condição de produção e sua reprodução de sua vida material, com o intuito de manter os privilégios particulares. Esse fato em Minas Gerais confirma os estudos de Oliveira Vianna (1956) ao observar que no início da República os interesses privados estavam acima dos interesses públicos, na atuação política.⁶⁸

2.3 Relação entre partidos e a articulação com Pinheiro

João Pinheiro da Silva já tinha experiência política desde o período em que morava em São Paulo, quando, em 1886, alistou-se como eleitor do PRP para participar do movimento abolicionista. Em seu retorno a Minas Gerais auxiliou na formação do PRM. Por mais que Pinheiro fosse um político com a singularidade econômica, compreendia o jogo de interesses políticos (BARBOSA, 1966).

⁶⁸ Para observar os deputados estaduais mineiros da época, bem como os senadores, ver quadro 17 e 18 em anexo.

Percebe-se que, no início da República, a oligarquia rural era muito influente e Pinheiro não era um homem diretamente vinculado ao café, mas observava a hegemonia sul - mineira e seu interesse regional. Reconhece-se que esse grupo não estava interessado na unificação do estado de Minas Gerais, mas sim de manter privilégios que garantiriam a grande propriedade e a exportação cafeeira, essa afirmação responde ao nosso questionamento do final do capítulo 01. Ainda, em conformidade com Barbosa (1966), Pinheiro entendia que os políticos deveriam atender às demandas das oligarquias regionais, onde de fato se situava o poder econômico.

Maria Efigênia Resende (1982) ressalta que, entre os anos 1889 a 1906, havia em Minas Gerais diversas zonas com mínima articulação econômica, mas de forte atuação política que acabaram por gerar uma luta corrente pelo poder. Segundo a autora, o Partido Republicano Mineiro, PRM, mesmo tendo por objetivo representar os ideais republicanos e oligárquicos da elite agrária do estado de Minas Gerais, não surgiu como uma unidade coesa e muito menos como um partido disciplinado.

Observa-se que havia tensões para a governabilidade e pela busca em permanecer no poder na região. Como já foi exposto, existia em Minas um grupo de poder político da velha zona de mineração, e outro grupo da região cafeeira do estado, todos do mesmo partido, PRM, mas com interesses singulares. Para Wirth (1982), os mineiros brigavam em casa, mas uniam-se na arena federal:

(...) Por ser um mosaico de regiões diferentes, Minas estava organizada em um minissistema federal. Parece claro que trabalhar com disparidade de poder nas sete regiões do estado condicionou o enfoque dos mineiros em relação ao federalismo. De modo geral, viam a federação como uma extensão de sua região. De perspectiva de encarar o federalismo faz esse processo mais fácil de perceber e talvez mais fiel a visão dos atores a respeito de si mesmos e do que faziam. **Contudo, enquanto aceitavam a desigualdade dos estados, os mineiros também tentavam construir uma nação mais integrada.** Tratava-se de uma correspondência as políticas que visavam tornar a região mais viável. Juntamente com outros estados, Minas aceitava e, de fato, dependia da União tentando estruturar esse relacionamento com vantagens. (...) Há uma proposição central que parece esclarecer e acertar o enfoque mineiro ao federalismo. **De forma sucinta, o principal recurso do estado não era seu poder econômico, os recursos fiscais ou a força militar, mas a unidade política. Unido, Minas ocupava uma posição privilegiada para pedir favores econômicos ao governo federal em troca de apoio político.** (WIRTH, 1982, p.231-232)

Considera-se que no início da República nenhum estado podia dominar a federação. De acordo com Wirth (1982, p.232), por falta de um sistema partidário nacional viável, “a política se centralizava em coalizões estáveis durante campanhas de eleição presidencial, que eram negociadas entre os partidos estaduais”. “O sistema funcionava quando os interesses de Minas a principal, força política, e São Paulo o gigante econômico, uniam-se na aliança informal conhecida como café com leite que funcionou de 1898 a 1929”.

Ainda para Wirth (1982), mesmo que João Pinheiro da Silva pertencesse ao grupo político do PRM, - partido que ele ajudou a criar, mas que foi reformado posteriormente -, ele era considerado “um homem neutro”, situado entre a dicotomia da busca pelo poder entre a “velha mineração” e o “café”. Questiona-se se o fato de Pinheiro ser considerado um homem neutro teria feito com que ele pudesse idealizar um projeto de nação. Era um projeto observando Minas mais centrado no objetivo de pensar o Brasil?

Acredita-se que a utilização do termo “homem neutro” seja relativo, pois, ao observar a atuação pública desses partidos, percebemos que a economia foi conduzida para os negócios das instituições políticas do início da República. Desse modo, todos deveriam seguir o “jogo político regional” (política do café-com-leite), uma vez que todos estavam inseridos neste contexto. Isso valia não apenas para o presidente nacional, mas para os presidentes de estado também, lembrando-se da conhecida frase do presidente Campos Sales (1898-1902), que afirmava: “o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos estados”.⁶⁹

Em vista do exposto, para responder a nossa dúvida de que os interesses políticos foram os direcionadores dos caminhos econômicos mineiros, nos apoiamos no autor Cardoso de Mello (1991), que observava, nos anos de 1890 a 1908, a análise estrutural do período, na qual estavam postas condições ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, apoiadas na relação contraditória entre café e indústria. Para o autor, o capital industrial estava subordinado à lógica de acumulação do capital cafeeiro, constituindo-se de um braço deste no complexo econômico. Mas acredita-se que a elite cafeeira estava preocupada com os interesses privados da rentabilidade e com a realização do capital

⁶⁹ Campos Sales, M. F. Da propaganda à presidência. São Paulo: Typografia A editora, 1908, p. 252.

cafeeiro e, por isso, conseguiu impor a noção política acima da econômica para defender os interesses da região cafeeira.

Para Wirth (1982), a elite mineira era um grupo definido de detentores de importantes posições nos partidos e nos governos dos estados, no início da República:

Dois terços de todos os governadores vieram da zona da mata e do sul e o apogeu do poder mineiro (1898-1929) foi dominado por governadores da zona do café. Por contraste, um terço de toda a elite estava baseada politicamente nessas duas zonas, menos do que os governadores, mas indicando ainda o poder político exercido pela elite do café. Apesar do conhecimento convencional de que os fazendeiros mineiros é que dominavam a política (...). Mesmo que uma propriedade trouxesse prestígio, não era necessária para a penetração na elite, porque a instrução era essencial. (WIRTH, 1982, p.205-208) (grifos nossos)

E os caminhos comuns, para se atingir ao *status* da elite mineira, seriam os laços de família, a educação e o dinheiro:

Após formar-se em direito em São Paulo, o mineiro típico se esforçava em obter seu primeiro emprego de status na elite. Servia primeiramente a nível local, como promotor público, com frequência em sua cidade natal. Talvez casasse com uma moça da elite local e se tornasse vereador, depois prefeito. Ou praticasse a advocacia em uma ou duas cidades antes de mudar para Belo Horizonte. A eleição para a legislatura estadual era o caminho lógico. Lá, apreendia como barganhar em nível interzonal, enquanto os supercoronéis observavam sua participação dentro de uma das três facções políticas dominantes e estimavam sua conveniência geral. Neste ponto, ele poderia integrar a delegação ao Rio ou aceitar seu primeiro cargo na elite. (WIRTH, 1982, p.219)

Entende-se que o retrato da elite mineira não se definia apenas por propriedade rural, mas também pelo nível de educação das pessoas. Porém, por mais que a instrução era importante, uma pessoa que possuía posses, grandes propriedades de terra, teria muito mais oportunidade de estudar e obter uma formação para se consolidar na elite mineira que uma pessoa sem grandes posses.

Verifica-se que a elite se afirmava em conjunto com o grupo que obtinha poder para organizar o país que, na época, era o da oligarquia rural cafeeira. Eles possuíam a liderança para afirmar sua singularidade e obtinham o reconhecimento para dizer “queremos isto ou aquilo” perante a sociedade.

Defende-se, nesse momento, de acordo com Oliveira Vianna (1956, p.86), a necessidade da construção de uma elite que “concebesse e realizasse o sistema de governo

e a administração do país, com espíritos positivos que lutasse pela realidade objetiva tendo diante dos olhos os fatos concretos da nossa vida nacional”. E conforme Gonçalves (1990), esse é o momento para a sociedade brasileira afirmar um projeto voltado para a eficácia nacional em relação as vontades singulares. Este é o momento em que a elite consciente deveria perceber as particularidades sociais do Brasil e atuar publicamente para amenizá-las, e admite-se que Pinheiro fez parte dessa elite de mentalidade avançada para pensar o Brasil.

É a partir desse pensamento que no capítulo abaixo vamos observar como o político João Pinheiro da Silva interpretava o Brasil por meio de seu entendimento de organização nacional para construir um projeto de nação, bem como sua atuação diante das tensões geradas pelas condições objetivas da política e da crise econômica do café, articulando o olhar regional com o nacional.

3. A SINGULARIDADE DE JOÃO PINHEIRO PARA PENSAR O BRASIL: ORGANIZAÇÃO NACIONAL E DINÂMICA ECONÔMICA (1890-1908)

Foi visto até o momento que a maior fonte de receita tributária do país era proveniente da exportação de café e que, devido à queda do preço deste, surgiram políticas protecionistas para valorizar o seu preço no mercado mundial. E segundo os autores da literatura mineira, por mais que a renda de Minas Gerais fosse pautada pelo café, essa atividade por si só não dinamizaria a economia do estado.

Os argumentos acima fornecem os subsídios necessários para aprofundarmos em nossa hipótese inicial da pesquisa, de que a singularidade do político João Pinheiro da Silva era pensar o Brasil por meio de uma organização nacional com o olhar para a dinâmica econômica para construir um projeto de nação. Portanto, neste capítulo, buscamos identificar as influências de leituras que refletiram o saber que João Pinheiro desenvolveu sob o contexto econômico mundial da época, bem como entender qual realidade vivenciou o político, no período de sua gestão como presidente de estado (1906-1908) e a articulação de Minas Gerais com o Brasil por meio de uma ação consciente para a construção do projeto nacional.

3.1 Possíveis influências de leituras

Neste subcapítulo vamos elencar as possíveis influências de leituras do contexto mundial que marcaram o pensamento de Brasil de João Pinheiro da Silva, para depois chegarmos à análise do documento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 e da Carta ao Eleitorado Mineiro de 1906.

Para Tambasco (2001), nos primeiros anos da vida política de Pinheiro, este fazia leitura de livros da história de outros países, como a História da Revolução Francesa de F. A. Mignet (1789-1814)⁷⁰. Entende-se que o interesse pela Revolução Francesa (1789-1799) seria uma forma de observar o pensamento filosófico positivista que culminou

⁷⁰ Em relação à Revolução Francesa ver mais em: HOBSBAWN, Eric J. A Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

nessa Revolução, com a finalidade de compreender esse movimento intelectual para aplicar na realidade do Brasil.

Pinheiro também leu outras obras de escritores franceses para pensar o Brasil, como “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” do autor Auguste de Saint-Hillaire (1822)⁷¹. De acordo com as informações do Anuario de Minas Gerais (1906, p.222), Saint Hillaire era um naturalista e viajante francês, que esteve em Minas Gerais, entre (1816-1817), e escreveu diversas obras sobre o Brasil e particularmente sobre Minas, descrevendo as riquezas naturais e elogiando o clima e os costumes.

Segundo Tambasco (2001, p.22), o interesse de João Pinheiro pelo autor Saint Hillaire estaria centrado no fato deste viajante ter sido “um observador agudo das potencialidades do interior mineiro”, o que seria de relevante valor para pensar o Brasil, o qual Pinheiro demonstraria posteriormente.

Ademais para Tambasco (2001):

Do período em que se ocupou da organização do congresso de 1903, o interesse intelectual de João Pinheiro esteve voltado para a agricultura e para um maior conhecimento de outras culturas, diferentes da nossa. Assim, na sua biblioteca particular encontramos obras como o estudo de G. Blondel, sobre o florescimento industrial e comercial do povo alemão em fins do século XIX; o importante estudo de C.F.Bastable e Jourdan Savaire, um verdadeiro tratado prático de economia política, inteiramente voltado para o entendimento do comércio internacional e suas conseqüências. Um capítulo especial versava sobre a análise das influências do comércio internacional sobre a distribuição interna das riquezas dos países participantes. Os autores finalizaram a obra concluindo em favor de uma política protecionista, após revisitar as teorias econômicas de A. Smith, Ricardo, Mill, Cournot, Sidgwick, Hume e North. (TAMBASCO, 2011, p.23)

Percebe-se que Pinheiro estudava assuntos econômicos, como o termo protecionismo, referido na citação acima, com o intuito de priorizar as atividades econômicas internas do país, sendo uma ideia oposta à de livre comércio utilizada pelo Adam Smith, também mencionado acima, que explicava a necessidade da desregulamentação da atividade econômica pelo Estado, pois a geração da riqueza seria por meio da livre iniciativa do mercado (SMITH, 1983).⁷²

Ainda, em relação ao termo protecionismo, podemos verificar na escrita do próprio Pinheiro para o Jornal Minas Geraes (07 de fevereiro de 1903, p.03) “nas tarifas protetoras estão à salvação da economia do país (...) a exemplo dos Estados Unidos”, que

⁷¹ SAINT-HILLAIRE. Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. SP. Editora Nacional. 1937 (Ano original de publicação 1822).

⁷² Ano da publicação original é 1776.

utilizou o protecionismo do Estado para se industrializar ao analisar a Guerra de Secessão 1861-1865.⁷³ Observa-se que Pinheiro, mesmo antes da realização do Congresso Agrícola Mineiro que aconteceu em maio de 1903, já demonstrava preocupação com a proteção à indústria nacional, a exemplo dos EUA como foi citado. Para Pinheiro, o protecionismo seria um meio para desenvolver a indústria no país:⁷⁴

(...) considerando que está sendo tributado um grande número de gêneros produzidos por indústrias ainda nascentes, que por isso devem merecer todo auxílio do governo para que seus productos possam concorrer nos mercados com os similares de outras procedências, onde a respectiva indústria já se acha em pleno desenvolvimento.⁷⁵

Entende-se que, na nova lógica capitalista, a qual a indústria já estava em pleno desenvolvimento, os países da América Latina não seriam apenas produtores de bens primários e matérias-primas ou compradores de insumos industriais produzidos pelos países industrializados, mas era necessário que essas nações periféricas possuíssem estruturas estatais e econômicas com capacidade de desenvolver-se internamente também, para se integrar nesse processo (CARDOSO DE MELLO, 1991).

Defende-se, que quando Pinheiro observava a necessidade do protecionismo no Brasil, seria no intuito de organizar o Estado por meio de uma estrutura econômica sustentável que teria capacidade de reproduzir a riqueza nacional, mostrando, por exemplo, que o problema do café seria um problema nacional. Por isso havia a importância do Estado de proteger a rentabilidade da produção cafeeira, o que é coincidente com Fernandes (1975), que observa que seria por meio da dinâmica da acumulação cafeeira do Brasil e a da proteção do Estado que o capital industrial começaria a surgir.

Considera-se que Joao Pinheiro apresentava uma reflexão que ultrapassava os limites de sua formação inicial. O político observava não só a estrutura do Brasil, mas também de outros países, suas formas de inserção no capitalismo mundial. Este fato,

⁷³ A guerra da Secessão (1861-1865) foi uma luta que opôs o Sul escravista e o Norte industrializado dos Estados Unidos. Ver mais em: FOHLEN, C., América anglo-saxônica de 1815 à atualidade. SP, Ed. Pioneira, 1980.pgs.165-187.

⁷⁴ Termo entendido como produção. Ver mais em CANO, 1975.

⁷⁵ Cobrança de Imposto de Exportação. Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instruções para a cobrança de impostos de exportação, p. 114 – 143. Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1903.

inclusive, criou condições para que Pinheiro pudesse apresentar um olhar próprio ao Brasil sem se restringir à região mineira.

Para Pinheiro da Silva (1906, p.02), “os povos modernos progredem rapidamente, alguns vertiginosamente, e a fatalidade deste progresso impele-os ao imperialismo, no qual as nações fracas, como o Brasil, serão irremediavelmente sacrificadas”.⁷⁶ Esse pensamento corrobora com Cardoso de Mello e Novaes (2009) ao explicar que a modernidade resulta e avança por meio da tensão permanente entre o conjunto de valores mercantis, utilitários, propriamente capitalistas, e o outro conjunto de valores, fundamentais, seja religiosa ou secularmente.

Entende-se que João Pinheiro observava, pelas leituras de outras realidades, países que estavam se desenvolvendo, acumulando capital internamente, se tornando autônomos economicamente. Porém, ao olhar a realidade do Brasil da época, era diferente desses países. Portanto, qual seria a diferença do Brasil?

Conforme Pinheiro da Silva *apud* Barbosa (1980), uma diferença existente entre o Brasil e esses países “imperialistas” era a orientação de seus governos, das suas leis, da compreensão da modificação das necessidades sociais, do protecionismo do Estado e principalmente da necessidade de diversificar sua economia. É justamente esse apontamento, da diversificação da economia, que veremos abaixo.

3.2 João Pinheiro da Silva e um projeto de nação

(...) eu tinha a firme convicção de que o primordial dever dos governos em países novos era antes de tudo, cuidar do seu progresso material e do desenvolvimento de sua riqueza. Parecia, pois, que a **preocupação econômica** deveria ser, de todas as que se agitavam a questão capital a estudar e solver⁷⁷.
(grifos nossos)

Em nossa interpretação, dada a influência de toda a sua trajetória de vida, João Pinheiro sabia que o Brasil do seu tempo tinha uma etapa a vencer ainda não superada: a formação do capitalismo brasileiro. Desse modo, não era à toa que ele observava outros

⁷⁶ Suplemento do número 04 do CATAGUAZES. Orgão oficial do município de Cataguazes, (07 de fevereiro de 1906).

⁷⁷ Manifesto Candidatura do senado. Minas Gerais, anno XIX, nº21, p.06, 19/01/1905

países e os comparava com o Brasil, tal como provavelmente se interrogava: como construir um caminho que impulse a economia de nosso país?

Acredita-se que foi por meio da liderança do Congresso Agrícola Mineiro de 1903 que as ideias de João Pinheiro da Silva ganharam força de sentido mobilizador, talvez numa tentativa da formação do capitalismo brasileiro, cujas propostas ultrapassariam a dimensão regional. Essas propostas podem ser mais esclarecidas se observarmos a análise do documento do congresso agrícola de 1903 juntamente com a Carta ao Eleitorado Mineiro de 1906.

Já foi visto que o congresso agrícola, liderado por Pinheiro, foi realizado pelo governo mineiro e pelos representantes das atividades econômicas do estado, com o objetivo de pensar a economia de Minas Gerais. Já a carta ao eleitorado mineiro foi escrita por João Pinheiro, na época de sua candidatura para presidente do estado de Minas, e tinha o objetivo de expor suas ideias políticas.

Ambos os documentos apontavam para a necessidade da diversificação produtiva brasileira, principalmente por meio: do café, da cultura de cereais, da criação de gados, indústrias, transportes e instrução primária. Portanto, abaixo vamos pontuar trechos desses documentos, que evidenciam como a organização do Brasil necessitava de atuações mais econômicas do que políticas⁷⁸. Dessa forma, é possível observar a singularidade do pensamento de Pinheiro para entender sua interpretação de Brasil.

O café

O café foi analisado no documento do Congresso Agrícola (1903) como fundamento da riqueza do Brasil da época, pois era a fonte de receita pública orçamentária. Porém, como a cultura do café estava em crise em todo o país, necessitava-se da atenção do governo:

⁷⁸ “Assim, vê-se que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. Nos últimos quinhentos anos, essas duas condições fundamentais da expansão capitalista foram continuamente recriadas em paralelo. Todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante os quais o Estado que controlava ou passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior”. ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 14.

Computando-se a produção anual do café em 12 milhões de sacas, quantidade esta que satura o mercado universal, e dando-se para valor de cada uma, 28\$000, a produção total é de 336 mil contos, o que estaria longe de satisfazer as necessidades gerais da exportação de um país como o Brasil, que, além desse produto, que é um privilégio seu, precisa procurar outra fonte de receita.⁷⁹

No documento, é relatado que o problema sofrido pela lavoura cafeeira devido à superprodução era responsabilidade de todo o país, pois era o produto que garantia a maior fonte de renda nacional, mas relatava-se também a necessidade da diversificação produtiva brasileira e inclusive da própria cultura do café:

João Pinheiro buscava a diferenciação do café, a exemplo da Europa ocidental. Por meio da percepção de quais são as máquinas que preparam estes cafés de diferentes qualidades, quanto custam, onde são compradas e como funcionam; a fim de saber quanto pagam cada um destes tipos de café, em que praças são preferidas esta ou aquela qualidade, quem as compra e em que condições. (BARBOSA, 1980, p.326)

Defende-se que Pinheiro observava que um produtor de café isolado era muito fraco para a competição do produto cafeeiro, e propunha uma cooperativa em Minas Gerais, dado que as plantações de café na região eram em pequenas propriedades. Com isso, os produtores de um município cooperado formariam uma razoável unidade para tentar inserir sua produção de café no mercado internacional. Segundo Pinheiro da Silva *apud* Barbosa (1980), as cooperativas municipais teriam, ao seu lado, a intervenção e a proteção do governo, seja pelo crédito e/ou pelos prêmios pecuniários diretos.

Ademais, para a comissão responsável pelo Congresso de 1903, fortalecer apenas a atividade econômica do café constituía um “círculo vicioso”:

É que, em períodos decenais, aproximadamente, conhecem-se crises de alta e baixa do café, determinando a primeira, o movimento da lavoura toda em empenhar-se obcecadamente nessa cultura, até a produção em demasia, com baixa conseqüente e com esta o desalentamento dos lavradores com o abandono dos esforços empregados. É um círculo vicioso em que na repetição continuada à maioria dos interessados encontra a ruína. Não é muito preferível que se estude e se oriente a nossa agricultura, de modo a tirá-la desses períodos de crises, em que, se alguns poucos, resistindo, encontram no subsequente período próspero a compensação larga demasiadamente, a grande maioria que cai, arruina-se com grave prejuízo geral?⁸⁰

⁷⁹ Documento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, p.12 (Arquivo Público Mineiro)

⁸⁰ Documento do Congresso Agrícola, 1903 p.140 (Arquivo Público Mineiro)

Entende-se que Pinheiro, juntamente com a comissão técnica do Congresso mineiro, percebia que, por mais que produção de café era importante para o Brasil, produzir apenas esse grão sem valor agregado seria um problema econômico. Por isso, a comissão apresentou uma proposta para o café que poderia ter um significado inovador. Era necessário explorar os diferentes tipos do café brasileiro, o seu modo de acondicionamento, cru, torrado, entre outros, para agregar valor na exportação do café.

Cultura de cereais

Sabe-se que a cultura de cereais é a base da alimentação pública, capaz de grande desenvolvimento pela fertilidade e abundância de terras ainda desertas no Brasil nos anos de 1890-1908. Tanto no documento do Congresso Agrícola de 1903, como na Carta ao Eleitorado Mineiro de 1906, são encontrados relatos de que a cultura de cereais poderia ser encarada como possível exportação futura, o milho, por exemplo, e que poderia ser plantado em outra região de Minas que não fosse do café.

Essa constatação é importante porque aponta um pensamento de que o Brasil precisava não apenas proteger o café, como vimos acima, mas também diversificar sua exportação, o que é uma análise importante. Porém, defende-se que a necessidade da diversificação produtiva não seria apenas para a pauta exportadora, mas para a pauta interna também.

Pecuária

Segundo Pinheiro, a criação de gados em Minas Gerais, que dispunha de campos ao norte, oeste e noroeste da região, poderia se tornar uma importante atividade econômica para o estado. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1903) O mercado de carne bovina do Brasil pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 8. Estimativa do valor da carne bovina em mil reis (1908)

Estado	Carne bovina
Rio Grande do Sul	61.599:197
São Paulo	25.439:939\$

Distrito Federal	24.269:769\$
Bahia	17.780:348\$
Pernambuco	9.995:124\$
Minas Gerais	7.551:178\$
Ceará	6.779:395\$
Amazonas	6.756:063\$
Rio de Janeiro	5.240:137\$
Paraná	3.620:041\$

Fonte: Anuário estatístico do Brasil. Economia e Finanças. Volume II. Typpografia da estatística. Rio de Janeiro (1917)

Percebe-se que Minas Gerais em 1908 ocupava a sexta posição em produção de carne bovina no país, o que rendia ao estado 7.551:178 mil reis, o que não era um valor tão expressivo para a carne mineira da época, em relação ao Rio Grande do Sul, por exemplo.

Para Pinheiro da Silva (1906), era necessário cogitar a exploração econômica de gados para mercados mais distantes, como os estados da região norte do Brasil, por exemplo, porque a indústria leiteira, com seus derivados, estaria longe de atingir o pleno desenvolvimento que era capaz, se ficasse apenas com a produção interna e nas proximidades de Minas Gerais.⁸¹ (Carta ao Eleitorado Mineiro, 1906)

Constata-se que essa ideia de Pinheiro seria uma forma de diversificar a produção interna, bem como uma forma de integrar as regiões do país, pois como vimos acima, era necessário dialogar com as regiões distantes para atingir o desenvolvimento econômico do Brasil.

Indústria mineira

⁸¹ Carta ao Eleitorado Mineiro, 1906. Esta carta é encontrada no Arquivo Público Mineiro e também na coletânea organizada por Barbosa, 1966.

Segundo João Pinheiro da Silva (1906), a maior dificuldade da indústria mineira para a exploração de minerais seria devido ao atraso científico e, principalmente, à incerteza da propriedade e aos impostos exagerados. Tudo isso repercutia no atraso da região mineira e não traria recursos financeiros para Minas Gerais. Fazia-se necessário estudar mais a fundo os minérios, “essas matérias-primas são grande fonte rentável” para a economia como um todo.

Essa análise sobre o atraso científico reforçava a influência em Pinheiro do positivismo, pois esse movimento intelectual defendia a ideia de que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro para fazer progredir um país. (TORRES, 2002).

Transportes

Ainda na Carta ao Eleitorado Mineiro (1906), outro problema econômico do país seria a questão dos transportes, que era uma construção onerosa. Nos “países novos”, como o Brasil, em que grande parte do território ainda era desabitada e de grande extensão, o setor de transporte brasileiro deveria se desenvolver tanto para o tráfego como para a produção. Ao examinarmos o custo do principal transporte da época, o ferroviário, vemos que o transporte ferroviário no Brasil à época custava “quase o quántuplo do preço nas estradas norte-americanas”, como verificamos a partir da citação abaixo:

Segundo dados estatísticos publicados no Relatório de 1902 da *Interstate Comission*, a tarifa geral, para as estradas de ferro dos Estados Unidos, foi de 757 milésimos de centavo, por tonelada-milha, que corresponde ao câmbio de 3\$000 por dólar e, feitos todos os cálculos, a 14 reis e 10 centésimos por tonelada-quilômetro. Isto nos EUA. No Brasil, tomando-se a estrada de ferro de tarifas mais faixas, que é a Central, a sua tarifa média geral em 1903 (compreendendo o café, minério, mercadorias diversas e animais) foi de 66 reis e 8 décimos por tonelada-quilômetro, quer dizer quase o quántuplo do preço nas estradas norte-americanas. (BARBOSA, 1980, p.189)

Ainda, para Pinheiro da Silva (1906, p.190), “o café paga, na Central, de frete, por tonelada - quilômetro, 116 reis. Este mesmo café paga, de Nova York a Chicago, 32 reis e 34 décimos pela mesma tonelada- quilômetro. Lá, a tarifa do minério custava entre 4 e 7 réis; aqui, é de 13 réis em idêntico percurso”.⁸²

⁸² Este trecho da carta ao eleitorado mineiro também pode ser encontrado em: BARBOSA, 1980, p.190

Percebe-se novamente que Pinheiro se apoiava em exemplos norte-americanos para falar do Brasil, pois buscava o progresso dos EUA para os brasileiros. O político observava o protecionismo do Estado, a dinamização da riqueza interna, movimentos do desenvolvimento capitalista da era industrial, conforme foi visto acima⁸³.

Defende-se que Pinheiro observava exemplos de outros países, principalmente no início da constituição da República, como uma forma de “condescender com o espírito da época, para dar certa cor doutrinária e filosófica às ideias sugeridas pelo contato com as realidades do mundo objetivo, que o cerca.” (VIANNA, 1956, p.253)

Instrução primária

Pinheiro observava a necessidade de investir na instrução primária do Brasil, pois “a educação seria o único benefício direto em troca dos seus sacrifícios que o povo podia ver e tocar”. Segundo ele, “foi pela seleção das capacidades, feita em alta escala, foi pela educação dos mais aptos no estrangeiro e à custa do governo que o Japão pôde levantar-se, rapidamente, para ser o que é hoje” (se referindo à restauração Meiji de 1868)⁸⁴. (DOCUMENTO DO CONGRESSO AGRÍCOLA DE 1903).

A análise sobre a necessidade de instrução para os brasileiros reforça o nosso pensamento do capítulo dois, em que Pinheiro pensava o Brasil por meio das influências positivistas e principalmente por meio da educação, de modo que a instrução seria uma construção de mentalidade para pensar a realidade do país e sua gestão, por meio do saber científico. E a instrução no ensino primário teria como fundamento dar oportunidades para as pessoas alcançarem a maturidade científica, por meio dos estudos, ao qual poucos tinham acesso.

Em vista do exposto, resume-se que Pinheiro observava a heterogeneidade mineira, observando nos termos de Wirth (1982) “uma região dentro de várias regiões”

⁸³ Historicamente, a indústria pesada nasceu apoiada a grande inovação representada pela estrada de ferro e, ademais contou, nos países atrasados (EUA, Alemanha, Japão e Rússia) com o suporte decisivo do Estado e com apoio, não menos importante, do grande capital bancário, que, mobilizando e concentrando capitais, acabou por mesclar com o capital industrial (Cardoso de Mello, 1991, p.112)

⁸⁴ Restauração Meiji: Período de transição japonês, com o fim da classe samuraica e a ascensão de novas classes sociais. Período também conhecido como do início da industrialização reversa, com a reestruturação da educação japonesa, o país enviou vários estudantes para as principais nações ocidentais para adquirir conhecimento industrial/ tecnológico. Ver mais em: Torres Fº, E.T., O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973). UERJ/IEI, Dissertação de Mestrado (Texto para Discussão n. 37), 11/1983.

e, para tentar integrar Minas Gerais, o político assinalava alguns apontamentos, por exemplo: no sul de Minas, havia o café, ao lado de cereais e criações de gado; por isso, a crise do café não foi tão intensa como na zona da mata. Já na zona da mata, onde predominava quase que exclusivamente o café, a crise foi profunda, o que merecia atenção do governo, no norte de Minas devido à grande pobreza da região, o governo deveria estudar uma possibilidade para amenizar essa condição precária, entre outros.

Essa atenção de João Pinheiro as diversas frações da região mineira, pode ser explicada por meio do olhar do estado descentralizado (mencionado no item 1.3), a fim de observar as especificidades locais para fortalecê-las e proporcionar o desenvolvimento do Brasil republicano como um todo.

Reconhece-se que esse é um dos principais pontos do Congresso Agrícola Mineiro de 1903 que merece destaque. Porque entendemos que foi por meio desse estudo, de observar as desigualdades regionais dentro de Minas, que o congresso poderia ser pensado como uma interpretação do Brasil. Pinheiro percebia a heterogeneidade mineira e percebia que o desenvolvimento mineiro não seria homogêneo, pois cada espaço tinha sua característica específica.

Essa importância da manutenção das identidades regionais também foi ressaltada por Freyre (1943) ao observar que o Brasil se definia como um conjunto de ilhas, mas que esse arquipélago não poderia uniformizar-se, pois perderia sua identidade. Nota-se que, diante dos apontamentos do congresso acima, o processo de integração regional seria um exemplo para o Brasil, como meio de valorizar a especificidade de cada espaço brasileiro.

Defende-se que Pinheiro observava a importância de se desenvolver a particularidade de cada região, porém era necessário articular as diversas regiões de Minas para dentro do estado. Deveria-se criar condições que possibilitassem um interesse comum para fortalecer o estado. Porque conforme Diniz (1981, p.19) a um mercado disperso correspondia atividades econômicas dispersas. E “a falta de um centro polarizador e de uma atividade capitalista dominante dificultavam a acumulação e a apropriação de excedentes de forma concentrada, com base para o investimento industrial”.

Outro fato notório do Congresso, que já foi afirmado por Wirth (1982) no capítulo um dessa pesquisa, é de que a constituição desse congresso seria uma forma de construir

uma elite para romper com os interesses de uma sociedade basicamente conservadora. Tal fato deve-se à tecnicidade da análise do congresso, a qual constituía uma política de mentalidade avançada que direcionaria os rumos econômicos mineiros.

Diferentes setores da economia da época foram pontuados com o objetivo de facilitar a compreensão de alguns aspectos idealizados por João Pinheiro, seja no Congresso Agrícola (juntamente com toda a comissão técnica), seja na carta ao eleitorado mineiro de 1906, a respeito dos caminhos que poderiam ser percorridos em Minas Gerais. Esses apontamentos para o protecionismo do café e para a diversificação da economia tinham o objetivo do progresso para o país:

O problema econômico brasileiro não é, conseguintemente, como muitos pensam, uma destas ideias políticas passageiras, vistoso fogo de artifício, para surgir e passar veloz, na precariedade das cousas fictícias. Corresponde à solução de necessidades afflictivas a ancia de progresso tendo sido posto para ser resolvido, pelas próprias condições actuaes da vida nacional, a diversificação produtiva.⁸⁵

Verifica-se, na citação acima, que o problema econômico do país não seria um problema passageiro, mas sim um problema estrutural. Porque, para Pinheiro, a busca por mudança não seria um pensamento de curto prazo, mas sim um projeto consistente que pensaria o Brasil, a partir de suas especificidades, mas dentro do capitalismo. Assim, entende-se que essa seria a interpretação de Pinheiro para pensar o Brasil, por meio de um projeto de nação.

Ademais, o projeto de nação de João Pinheiro se daria por meio do seu entendimento do termo de organização nacional e da dinâmica econômica, que, no decorrer da pesquisa, mostra que seria uma forma de perceber a transformação da sociedade brasileira da época e entender uma nova realidade constituída dentro do capitalismo.

Para Pinheiro, a interpretação do Brasil por meio da diversificação produtiva seria na percepção de que, nos anos 1890 a 1908, a conjuntura econômica nacional estava atrelada à queda do preço do café no mercado mundial. Então, para o político, proteger o café e diversificar os produtos brasileiros seriam formas de amenizar o problema aparente da economia do país.

⁸⁵ Suplemento do número 04 do CATAGUAZES. Orgao official do município de Cataguazes, 07 de fevereiro de 1906 p.03

Segundo Cardoso de Mello (1991), preservar o negócio do café era a única inserção externa viável por meio do monopólio comercial, visto que o mercado internacional de café flutuava de acordo com a produção do Brasil. Isso significava também a modernização das estruturas internas em funcionamento na lógica mercantil, pois preservar o negócio do café seria defender a renda nacional, o que permitiria, a longo prazo, por meio do capital excedente, a diversificação da produção para exportação e a canalização para o setor industrial.

Nas palavras de João Pinheiro da Silva:

O conhecimento do fenômeno econômico depende, mais do que qualquer outro, da verificação dos seus antecedentes históricos, da justa apreciação dos fatores do momento, e da exata compreensão das forças imanentes que só esperam impulso audacioso e esclarecido para transformarem uma atualidade de penúria num futuro de opulência estável. Mas o fato incontestado é que esta mercadoria “o café”, em relação ao comércio estrangeiro, desequilibra a oferta e a procura, fazendo a primeira predominar sobre a segunda, e determinando no vizinho Estado de São Paulo uma providência legal paralisadora do aumento da produção. **A crise do café tem, como primeiro efeito, a deslocação das atividades e forças vivas nele empregadas para diferentes ramos de exploração. Ocupar, fixar e dirigir e diversificar as atividades econômicas são o ponto principal da questão.**⁸⁶ Grifos nossos.

Considera-se que Pinheiro partia do olhar econômico porque atribuía a necessidade do “negócio ao poder”, no sentido de que era necessário organizar uma estrutura econômica com capacidade de reprodução da riqueza interna. Em outras palavras, Pinheiro observava que a produtividade do país estaria diretamente relacionada ao progresso técnico considerado como fruto da dinâmica capitalista.

Ademais, com vistas a compreensão do fenômeno econômico do Brasil, defende-se que Pinheiro tentava distinguir o sentido formal da economia, como o olhar técnico da produção e circulação de bens, para uma economia mais concreta, isto é, a forma como a economia era absorvida pela sociedade.

Percebe-se em nossa pesquisa, que a singularidade de Pinheiro era a de justamente pensar por meio da dinâmica dessas duas formas de economia a organização do Brasil. Ainda mais porque a economia mundial nos anos 1890-1908 estava sendo estruturalmente modificada pelo capitalismo Industrial e esta transformação afetava o Brasil, seja

⁸⁶ Documento do Congresso Agrícola, 1903, p.124

diretamente, por meio da crise do café no mercado mundial, ou indiretamente, em sua essência por meio da mudança de suas estruturas de relação entre capital e trabalho.⁸⁷

Nas palavras de Polanyi (2000):

(...) Nunca antes da Revolução Industrial teria havido um sistema econômico separado da sociedade, de forma que a sociedade do século XIX aparece como “um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta” a motivação de ganho e lucro. (...) Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. (POLANYI, 2000, 92-98)

Para Polanyi a importância da sociedade enquanto um processo histórico havia perdido espaço para uma sociedade de mercado, onde as relações econômicas se tornaram mais importantes que seu processo histórico social, ao adentrar no sistema capitalista. Com isso, Pinheiro por meio de sua trajetória e de seu espírito positivista pode ser considerado um membro da elite consciente, conforme citado por Gonçalves (1990), que percebeu o movimento da essência da organização econômica que estava na gênese das transformações da nova forma de produção e reprodução da vida material da sociedade. Através de sua atuação política e experiência industrial, construiu novas referências para se pensar a sociedade brasileira e seu desenvolvimento econômico, Pinheiro incorporou as ideias positivistas para pensar a organização nacional, mas ao mesmo tempo observou a necessidade de entender o processo do capitalismo no Brasil, para dinamizar sua economia e se fortalecer como nação, e é por meio dessa afirmação que construímos a interpretação de Pinheiro sobre o Brasil.

Portanto, em relação a nossa dúvida ao analisar a trajetória de João Pinheiro da Silva, não nos resta mais o questionamento para entender sua passagem da vida política, para uma vida empresarial e depois como político de grande notoriedade. Foi justamente por meio desse caminho, da visão política na qual inicialmente descobriu-se as fraquezas das ideias políticas gerais, que o maior interesse político da época era o interesse particular em relação ao bem público. Ao sair para atuar na propriedade privada, Pinheiro

⁸⁷ Para entender sobre a expansão e transformação do capitalismo originário (1820-1913), ver: POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2ª edição 2000. (Capítulos 03 -10). Ver também: Hobsbawn, E. Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. RJ, Forense, 1978. (Capítulos 01-05) E: Cardoso de Mello, J.M., O Capitalismo Tardio. Brasiliense, São Paulo, 1991. (Introdução e capítulo 01)

percebia as dificuldades iniciais de se administrar uma indústria, num escopo de falta do apoio do Estado para auxiliar no desenvolvimento industrial e, ao retornar a política nos dizeres de Torres (2002), fortaleceu seu pensamento positivista, na busca de uma mente mais avançada para captar a realidade do Brasil, num ponto de vista mais crítico-científico em relação aos problemas brasileiros. Dada a influência de toda a sua trajetória de vida, observou-se que João Pinheiro sabia que o Brasil do seu tempo tinha uma etapa a vencer, ainda não superada: a formação do capitalismo brasileiro.

Ao entender o pensamento econômico de João Pinheiro, no item abaixo vamos analisar sua gestão na política no âmbito da economia, na sua atuação como presidente de estado de Minas Gerais. Pinheiro conseguiu pôr em prática os ideais do Congresso Agrícola de 1903 e da Carta de 1906?

Mas antes, vamos observar as opiniões dos jornais de várias sub-regiões do estado em 07 de setembro de 1906, data de posse do novo presidente do estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva:

*“Dá-se hoje a posse do novo governo do estado de Minas Gerais sob a presidência do exm. sr.dr. João Pinheiro da Silva, e a esta hora em todo o Estado, as esperanças que nós despontam devem estar expandindo toda a alma, nas previsões de um futuro risonho e próspero.”*⁸⁸

*“A frente do governo assume as rédeas da administração pública mineira um dos filhos desta terra, que pelo seu talento e virtudes cívicas, muito é de esperar imprensa a gestão de cansa pública um vigoroso impulso de progresso”.*⁸⁹

*“Orientado por sãos princípios democráticos o novo governo provoca fundadas esperanças de optima administração e faz largas considerações sobre a reorganização econômica estadual que mostra ser a sua alevantada preocupação”.*⁹⁰

*“Desperta fagueiras esperanças o magnífico programa de Sr. Dr. João Pinheiro que, no governo, tudo faz crer, será um administrador e não um fazedor de politiquices.”*⁹¹

⁸⁸ A Peleja, Villa de Águas Virtuosas, 07 de setembro de 1906, anno X, num.20

⁸⁹ Folha do Povo, da cidade de Ubá Minas Gerais, nº 05 de 07 de setembro 1906

⁹⁰ O Bandeirante, da cidade de Varginha, de 07 de setembro de 1906 nº 28

⁹¹ Jornal Gazeta de Uberaba, 07 de setembro de 1906 nº3551, anno 28

*“Aos nossos olhos, o “illustre economista” João Pinheiro da Silva será notável. Cada um dos assumptos por elle tratado desde o congresso de 1903 envolve a solução de um problema e é a solução de todos a debelação desse estado agônico, que chamamos de crise. O café, a cultura dos cereais, a criação de gados, a indústria de minas, as facilidades para transportes constituíram pontos culminantes a atenção de João Pinheiro. Não podia deixar de ser assim, por que das boas experiências, é que resulta a boa administração, quer administrativa, quer econômica”.*⁹²

Nas leituras desses jornais, observa-se a esperança das diversas regiões mineiras ao novo presidente de estado João Pinheiro, para o reerguimento econômico da região.

3.3 Atuações de João Pinheiro e a situação financeira de Minas Gerais: despesas reprodutivas

Neste subcapítulo, é importante ressaltar que estamos preocupados em analisar como Pinheiro geriu o capital mineiro, para a reconstrução da economia em decorrência da crise trazida pela desvalorização dos preços do café e da depressão da economia mundial.

Em 07 de setembro de 1906, João Pinheiro assume a presidência do estado de Minas Gerais, mesma data da tomada de posse de seus auxiliares de governo, o secretário do interior Dr. Manoel Thomas de Carvalho de Britto, o secretário de finanças dr. João Braulio, o chefe de polícia dr. Joseno de Araújo e o prefeito da capital Benjamim Jacob”, que foram escolhidos por Pinheiro com o objetivo de colocar em prática seu programa de governo. Porém, entende-se que, para colocar em prática as propostas da Carta ao Eleitorado Mineiro, era necessário obter maiores fontes de recurso público, que de acordo com Pinheiro:⁹³

⁹² Jornal, O evolucionista, de 07 de setembro de 1906, nº05

⁹³ Manoel Thomaz de Carvalho Britto formado em Direito pela faculdade de São Paulo era natural do município de Itabira do Matto Dentro. Dr. Joao Braulio Moinhos de Vilhena era natural da cidade de Campanha formou-se em medicina pela faculdade de medicina da Bahia. Dr. Josino de Alcântara Araujo era natural de Pouso Alegre formou-se em Direito pela faculdade de São Paulo. Dr. Benjamin Jacob era engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, todos os nomeados eram mineiros. Fonte: Jornal A Peleja, 19 de agosto de 1906.

O exercício de 1905 teve uma receita notavelmente diminuída, a exportação do café foi das menores deste último tempo, concedendo com a grande baixa do preço no mercado, em 1904 a receita era de 17.878:355\$700 já em 1905 16.436:615\$700. Do exame desta situação financeira que se traduz tristemente no nosso atrazo quanto aos problemas econômicos, ao aproveitamento de nossas riquezas naturaes, a prática do trabalho por processos condenados, dos tempos ainda de escravidão. O momento das graves reflexões, em que a consciência de um povo se examina nas lições do passado, nas próprias angústias do passado (...). Senhores representantes não é possível diminuir as despesas, **os remédios apontados no congresso agrícola de 1903 não são empirismo incerto, senão o caminho do trabalho esclarecido (...) e iluminado para a recuperação econômica.**⁹⁴ (grifos nossos)

Observa-se, conforme a citação acima, que o estado mineiro não tinha uma situação econômica favorável para investimentos, tanto que, na análise da situação financeira de Minas Gerais, no ano de 1905, segundo Pinheiro da Silva (*apud* Barbosa, 1966), o estado contava com cerca de 4.000.000 de habitantes e o algarismo da receita pública se limitava à cifra de 16.436:615\$700 e uma despesa pública de quase o dobro desse valor.⁹⁵

Ainda:

Não há, pois, como fugir; o único remédio natural, pronto, definitivo, é o aumento da produção facilitada por todos os modos desde o seu ensino direto, desde a importação de instrumentos necessários e de fertilizantes, cedidos aos compradores pelo preço do custo, até a assistência, por parte do governo, para a colocação dos produtos. Com a receita reduzida, o Estado pagará pontualmente os seus compromissos externos e internos; mas precisa de créditos para cumprir seus objetivos, visto de tratar de **despesas absolutamente reprodutivas.**⁹⁶

Compreende-se que esse conceito de despesas reprodutivas retorna o capital investido e, para Pinheiro, seria uma forma de aumentar a receita do governo para realizar suas propostas. Assim, de acordo com Pinheiro, o governo mineiro realizou ofertas de crédito aos setores produtivos, e, por mais que o orçamento fechasse negativo, segundo o político, não haveria problema em longo prazo, pois essas despesas seriam reprodutivas, ou seja, dariam retorno positivo ao estado de Minas Gerais e seriam posteriormente pagas.⁹⁷ Em outras palavras, compreendemos que seriam criados recursos extraordinários para permitir que a administração do estado fundasse, por exemplo, o crédito agrícola e

⁹⁴ Mensagem Dirigida pelo Presidente de Estado João Pinheiro da Silva, 1906 p.22-55

⁹⁵ Para ver o orçamento mineiro e seu endividamento externo, nos anos de 1896-1911, consultar os quadros 07 e 08 em anexo.

⁹⁶ SILVA, João Pinheiro *apud* Barbosa, 1980, p.273-274

⁹⁷ Mensagem dirigida pelo Presidente de estado João Pinheiro da Silva em 07 de setembro de 1907

realizasse as outras medidas econômicas seja do Congresso de 1903, bem como da Carta ao eleitorado mineiro de 1906.

Conforme João Pinheiro da Silva (1908, p.24), tentou-se, para esse fim, a operação de empréstimo externo de 25 milhões de francos, uma quantia destinada exclusivamente a despesas reprodutivas. O empréstimo lançado foi realizado com êxito, por meio de operações de crédito, “tendo já entrado para os cofres do estado a sua quase totalidade”⁹⁸

Para Barbosa (1966, p.10), neste período a dívida pública do estado, fundada e flutuante, interna e externa, calculada em ouro, ao câmbio oficial, eleva-se a 86.415:581\$588 mil reis e empréstimo externo de 52.694.500 francos, e mesmo assim, na mensagem de presidente do estado de 1906, Pinheiro reclama que “as dificuldades financeiras vão embaraçando a execução das medidas voltadas para o progresso do estado, não se tem recurso suficiente. ”

Na mensagem de presidente de estado em 15 de junho de 1908, João Pinheiro relata sobre a situação financeira da região:

Confesso que os esforços da administração na defesa dos interesses colectivo que lhe foram confinados, não estão correspondendo talvez em seus resultados immediatos as aspirações ardentes de progresso que justamente alimentam os mineiros. Posso assegurar-vos, entretanto, que, com todos os meus auxiliares de governo, consagrei e consagrarei todo o esforço, toda a energia de que somos capazes de dedicar em bem do Estado.⁹⁹

Observa-se a ênfase de Pinheiro em sua última mensagem como presidente de estado, que além da falta de dinheiro para suas propostas, a dificuldade de sua ação se devia ao problema do atraso estrutural e político de Minas Gerais.

Pinheiro da Silva (1908), na mesma Mensagem dirigida ao povo mineiro em 15 de junho, enfatizou a importância de se lutar pela diversificação produtiva no país, pontuando os itens como: café, a necessidade de fazendas-modelos, a instrução primária, estradas de rodagem, cultura de cereais e o gado bovino. Essa ênfase pode ser observada abaixo nos trechos retirados de seu discurso:

Café

“O estado de Minas que, na maior parte da zona atualmente produtora de café não é dos maiores rendimentos das colheitas proporcionadas à superfície cultivada. Este facto

⁹⁸ Mensagem dirigida pelo Presidente de estado João Pinheiro da Silva em 21 de abril 1908

⁹⁹ SILVA, João Pinheiro. Mensagem dirigida ao povo mineiro em 15 de junho de 1908, pg.08.

colloca-o em posição inferior relativamente às terras fertilíssimas de outras regiões, de feição topographica adaptada ao emprego de machinas agrícolas aperfeiçoadas e todas as vantagens do rebeneficiamento e da venda directa.”¹⁰⁰

Fazenda modelo

“O ensino prático agrícola continua a ter como sede de informações, as fazendas modelos, na primeira fazenda installada, que tem serviços quase completamente organizados, todos os *misters* desde o arroteamento da terra até o rebeneficiamento do produto se fazem por máquinas mais modernas, de accordo com a experiência dos paízes mais cultos (...)”¹⁰¹

Instrução primária

“Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares, que se acham matriculados 10.090 alunos. Cumpre, entretanto, assinalar que das 800 mil crianças do estado, em idade escolar, 700 mil não se dá o devido ensino.”¹⁰²

Estradas de rodagem

“De importância também capital para o povo e para a produção são as estradas de rodagem. Não as temos: ao trânsito de carroças – muito poucos se adaptam e os carros que as trafegam servem principalmente para destruí-las e sujeita-las a contínuos consertos. Tem sido gasto em pura perda o dinheiro com estas vias de comunicação e seus consertos, o qual sobe, para os cofres do estado, a somma extraordinária. Julga o governo conveniente construir algumas estradas de rodagem, que liguem as vias férreas aos centros produtores.”¹⁰³

Cultura de cereais

“Em relação à cultura de cereais, em especial o milho, teve-se acréscimo em 1906 de 16.604.462 quilos, no valor de 1.710:259\$568, em 1907 de 22.946.793 quilos no valor de 2.677:125\$833. Não há duvida que a produção de cereaes cresce rapidamente e que, dentro em breve, terá o Brazil, neste particular, satisfeito as necessidades de seu mercado

¹⁰⁰ Idem, p.10-11.

¹⁰¹ Idem. p.11-12

¹⁰² Ibidem,p.39-40

¹⁰³ Ibidem,p.19-20

interno, podendo e devendo ainda aspirar a ser grande exportador de gêneros de primeira necessidade.”¹⁰⁴

Gado bovino

“A arrecadação do imposto em 1907 foi de 1.168\$084\$080 correspondente a 280.538 cabeças e a de 1906, 1.153.699\$080 correspondente a 277.174 cabeças. ” ¹⁰⁵

Em relação à descrição dos diferentes setores da economia, nosso entendimento é de que Pinheiro tentou trabalhar em cada um deles, e, diferentemente da política influente de Minas que só visualizava sua região, diga-se a, do poder do café, Pinheiro visualizava as desigualdades regionais dentro de Minas Gerais e tentava certa “unificação” com o propósito de alocar atividade econômica nas diversas partes mineiras.

Pinheiro da Silva ainda continua (1908):

Se o café dominou as exigências do mercado externo importador, a produção nacional de outras mercadorias é insuficiente para as necessidades do nosso mercado. Haverá, repetimos meios legais, poderá o Governo do Estado ou da União intervir, direta ou indiretamente, de modo a favorecer e incrementar a produção destas mercadorias? Quais serão esses meios? (...) **Com estas ou outras soluções, o que cumpre é agir, o que cumpre é ação que possa valorizar as nossas riquezas abandonadas, o que cumpre é acordar a iniciativa particular, nacional ou estrangeira, para o seu aproveitamento.** Só há um fito: haver dinheiro nos tesouros. E as mais fabulosas somas que constam dos mais monstruosos orçamentos não bastam! **Tudo é ainda pouco à insaciável politicagem, ao desmedido apaziguamento dos serviços, pessoas ou partidários.** Não há dinheiro que chegue para as desastrosas oligarquias que aviltam os brios das populações de muitos dos Estados em que se subdivide o país. Como muito bem disse um nosso estadista, não é próprio de homens inteligentes deixar andar os seus negócios à mercê das circunstâncias naturais, sem procurar um anteparo aos efeitos desastrosos a que estão sujeitos os indivíduos ou sociedades, que prescindem para sua vida e regulação dos processos econômicos, **que a observação e a ciência mostram como os mais certos.**¹⁰⁶ Grifos nossos.

Constatam-se, nessa citação, os elementos-chaves dessa pesquisa acadêmica. Primeiramente, observa-se, nesse discurso de Pinheiro, elementos claramente positivistas, seja pela necessidade de uma nova política para o Brasil - uma vez que a maioria dos políticos, como relata Pinheiro, utilizava os meios públicos para defender seus interesses privados, geralmente relacionado com o café -, seja pela necessidade da observação da ciência para entender os processos de regulação econômica. Pinheiro novamente enfatiza a importância da proteção do Estado para a realização das atividades

¹⁰⁴ Ibidem, p.23-24

¹⁰⁵ Ibidem, p.31

¹⁰⁶ SILVA, João Pinheiro. Mensagem dirigida pelo presidente de estado. 15 de junho de 1908 p.125-140

econômicas, pois “não é próprio de homens inteligentes deixar andar os seus negócios à mercê de circunstâncias naturais”, o que pode ser entendido como uma crítica à mão invisível do Adam Smith (1983), da autorregulação do mercado. Por último, Pinheiro aponta para a necessidade de “acordar a iniciativa particular para seu aproveitamento”, porque, para se construir a elite nacional, precisava-se de homens com mentalidade avançada para direcionar as ações do Estado em prol do bem público, mas em conjunto com a iniciativa privada, que seria o ideário burguês de Fernandes (1975) para impulsionar os empreendimentos econômicos do Brasil.

Em síntese, foi visto que João Pinheiro não conseguiu cumprir seu ideal de governo em sua essência voltado para a diversificação econômica de Minas Gerais. Por mais que tivesse o objetivo da diversificação produtiva, proposta que inicialmente era muito dependente da base agrária (café, pecuária, cereais) - principal setor econômico do país na época e de atração para a elite -, não se conseguiu no curto período de dois anos, consolidar o movimento de seus ideais¹⁰⁷.

Outro movimento que pode ser percebido é que a relação de complementariedade da economia mineira em relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro, conforme SINGER (1968) apontara no capítulo 02, não permitiu endogeneizar a renda mineira, num eixo dinâmico interno. Pois, o projeto de Pinheiro previa uma articulação de formas de produção nas regiões mineiras e não a “exportação de sua renda”.

Conclui-se que Pinheiro apresentou um projeto ao Brasil por meio de uma ação política consciente que direcionava a ação do Estado para o desenvolvimento capitalista brasileiro em conformidade com as ideias de Fernandes (1975):

(...) trata-se de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “revolução burguesa” aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em revolução burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações

¹⁰⁷ Os dados das exportações de Minas Gerais do governo de Pinheiro (1906-1908) encontram-se em anexo. Bem como, o imposto de arrecadação do estado mineiro sobre as essas exportações (quadros 19 e 20). Obs: Essas dois quadros são mais no sentido de ilustrar o período de gestão de Pinheiro, pois os dados encontrados no relatório do então presidente, são escassos e descontínuos, tanto que optamos por construir o quadro nos anos de 1905 a 1908. Assim, para análise de dados recomendamos ver o quadro 13(principais produtos de exportação de Minas Gerais (1818-1908)).

histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 1975, p.20)

Porém, este projeto de Nação não foi realizado porque, por mais que João Pinheiro fosse inserido numa elite nacional que buscava novas referências para pensar a sociedade em prol da autonomia do país, imbuído no fio condutor do positivismo, a herança arcaica da mentalidade política era a que predominava e, como explicou Oliveira Vianna (1956), nas camadas dominantes o exercício do poder político que seriam responsáveis pela Nação estavam enraizados em privilégios particulares. Em outras palavras, teve-se a consciência política de alguns, dentre eles João Pinheiro, mas faltou a aderência da elite que apoiasse a execução do projeto de nação.

Em conformidade, Florestan Fernandes (1975) explica:

A estrutura de classes, do mundo burguês e da burguesia no Brasil, foi incapaz de autonomizar-se da oligarquia e de realizar as tarefas típicas da sua congênera europeia, como a criação da nação, e de tornar-se o agente fundamental das transformações, a burguesia brasileira vivenciou o dilema histórico da sua situação de classe. Amalgamou-se a forças sociais retrógradas e não foi capaz de implementar a liberal-democracia; o Estado foi a espinha dorsal das mudanças, pois a classe burguesa não deslancha o processo de industrialização.(...) Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe”.(FERNANDES, 1975, p.214)

Em vista da situação, percebe-se que a elite do Brasil não conciliou o movimento da organização nacional com a dinâmica econômica, conforme objetivara Pinheiro, por mais que seu projeto de Nação observasse a lógica das estruturas que evidenciariam a constituição do capitalismo brasileiro “tardio”.

Abaixo, se faz importante observar sucintamente, a articulação do político Pinheiro com o Convênio de Taubaté. Por mais que não foi assinado em sua gestão, como vimos no capítulo 01 (fora assinado no governo de Francisco Salles (1902-1906)), a ocorrência do Convênio ocorreu a partir de sua gestão como presidente de estado (1906-1908).

3.3.1 Pinheiro e o Convênio de Taubaté (1906 -1908)

De acordo com Furtado (2007), a implementação do convênio de Taubaté passou por muitas medidas, porém não serão discutidas neste trabalho. Vamos apenas relatar a preocupação do político João Pinheiro em relação ao acordo.

Segundo Viscardi (1999), a efetivação do Convênio necessitaria do empréstimo externo, que dependia do aval do governo federal. E a forma que a região paulista encontrou para pressionar a União fora a não incorporação dos dois estados, Minas Gerais e Rio de Janeiro, nas compras realizadas pela valorização do café -, alegando que a qualidade de seus cafés era considerada de tipo inferior ao paulista – até que o empréstimo fosse concretizado.

Em 07 de janeiro de 1907, o presidente de Minas, João Pinheiro, em conjunto com o presidente do Rio, Alfredo Backer, publicaram uma resposta a São Paulo:

(...) O estado de Minas Gerais juntamente com Rio de Janeiro se encontram a margem do Convênio de Taubaté assinado em 1906, pois o estado de São Paulo não procede a compra de café inferiores, encontrado em nossos estados. (...) se nenhuma medida for providenciada o Convênio será abandonado pelos dois estados (...) ¹⁰⁸

Percebe-se que Pinheiro da Silva (1907) observava que o simples funcionamento da atividade cafeeira sem intervenção governamental seria problemático para o país, principalmente devido à colisão de forças econômicas em relação aos estados cafeeiros, sobre a qual São Paulo tinha grandes vantagens. O político relatava que o convênio era para beneficiar São Paulo, porém, como Minas Gerais também dependia do café para auferir receitas estaduais, deveriam levar adiante o acordo (ainda mais após a concessão do empréstimo financeiro que criava um novo imposto para o café e a inserção novamente dos dois estados no convênio de Taubaté para participarem da valorização do café). Mas que a saída mais benéfica para a região mineira, segundo Pinheiro, seria a diversificação produtiva. ¹⁰⁹

¹⁰⁸ SILVA, João Pinheiro. Arquivo Público Mineiro, caixa 17. Documento 2302. 07 de janeiro de 1907.

¹⁰⁹ Segundo Cano (1975), há que se lembrar, por exemplo, que durante o primeiro plano de valorização (Convênio de Taubaté) o comportamento dos demais estados cafeeiros haviam sido um tanto reticentes, quanto as restrições a imposições que decorriam dos termos do convênio retificado por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fazendo com que São Paulo conduzisse sozinho essa política por muito tempo. Só à custa de concessões adicionais dadas por São Paulo aqueles dois estados, a que finalmente se deu adesão, de fato, ao cumprimento do programa. pgs.32-33

Compreende-se que João Pinheiro da Silva, embora visualizasse o problema econômico do Brasil enraizado na lógica da estrutura do capitalismo, sabia que a ação governamental seria bastante dificultada por não corresponder aos interesses políticos predominantes da época, todos voltados para defender interesses privados da lógica cafeeira.

Em outras palavras procuramos demonstrar que, os interesses cafeeiros foram impostos por meio da estrutura estatal como um problema nacional. Mas, por mais que a renda do café fosse benéfica para a receita do Brasil, a elite cafeeira estava preocupada com a lucratividade do café, para fins privados e não como uma defesa do café para solucionar os problemas do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da República foi um período que propiciava condições para o Brasil pensar um projeto de nação. Esse projeto de nação necessitaria, primeiramente, de uma nova mentalidade política, em termos positivistas, que se preocupava com o conjunto social, incorporando os dominantes e os dominados na produção e na reprodução da vida material da ordem capitalista. Esses termos positivistas eram importantes, pois incorporavam a lógica do movimento econômico mundial, a qual a economia deveria se sobrepôr sobre a ordem política, e não o contrário como predominava até então no Brasil.

Por isso, era necessário formar uma elite nacional que buscasse novas referências para pensar, atuar e transformar a sociedade como um todo, principalmente por meio da direção política e da ação estatal, entendida como expressão da vida coletiva. Assim, a gestão governamental seria composta por esses intelectuais, porque confeririam consciência da política nacional, e utilizariam a política como instrumento de direção e o Estado como seu órgão de ação para estabelecer a ordem no Brasil.

Vimos que a expansão da lavoura cafeeira sob as condições políticas, econômicas e sociais foram possibilitadas com a ação do Estado, pois o café constituía uma posição “politicamente confortável” nos anos (1890-1908) na medida em que compunha a maior parte da renda nacional. E por mais que fosse a lógica da acumulação do capital cafeeiro que constituiu posteriormente o capital industrial do Brasil, o conjunto dessa elite não tinha uma mentalidade avançada no sentido de ser direcionada para os interesses públicos.

Assim, nosso objetivo de estudar João Pinheiro foi mostrar como esse político possuía um impulso intelectual de influência positivista que o levou a articular a organização social em conjunto com a lógica da dinâmica econômica, o que para nós foi o eixo do seu pensamento para interpretar o Brasil. Ele refletiu sobre os processos de referência na mudança da transição para a República, não só porque ele estudou esses processos, mas porque vivenciou, observou e lutou para amenizar as contradições sociais, política e econômica da época.

Porém, por mais que o político João Pinheiro partisse da lógica das estruturas da formação do capitalismo para entender a organização nacional da época, distinguindo o sentido formal da economia, com o olhar técnico da produção e circulação de bens, da economia mais concreta, isto é, da forma como a economia era absorvida pela sociedade,

Pinheiro não conseguiu realizar seu projeto de nação. Isso se deve ao fato de a mentalidade política do Brasil articulada com a elite como forma de pensar o país com ideias concisas e duradouras não predominar.

Pontos importantes que precisam ser ressaltados na interpretação de Brasil por Pinheiro foi sua percepção da desigualdade social, principalmente regional como preocupação fundante do Brasil, elencando um atraso nacional e regional ao mesmo tempo. Uma percepção que se deu ao analisar a região mineira, que apresentava heterogeneidades em sua composição, buscando ao mesmo tempo, uma integração regional e nacional, porém, com respeito às suas especificidades. Outro ponto que merece destaque foi o discurso contínuo da necessidade de diversificar a pauta exportadora do país, uma diversificação que deveria ocorrer no setor externo e interno.

Mencionamos ainda, que ao longo dessa pesquisa não se exaltou “o político Pinheiro”, mas buscou-se mostrar que o pensamento de Pinheiro, com seu ideário de organização nacional, apresentaria dificuldades, juntamente com sua comissão técnica, em atuar politicamente com políticos tradicionais do Brasil, pois estes não aceitariam facilmente seu projeto de nação, que conferia uma consciência da política nacional.

Essa afirmação é justificada porque o exercício do poder político, que seriam responsáveis pelo projeto de nação, estavam enraizados em privilégios particulares. Em outras palavras, a elite brasileira da época, possuía uma mentalidade política mais direcionada a manter os privilégios da classe agrária por meio da atuação pública, do que, criar condições para inserir o Brasil no contexto mundial da industrialização.

Esperamos ter contribuído para pensar o Brasil desde Minas Gerais, principalmente pelo aporte das ideias de João Pinheiro da Silva na construção de um projeto de nação que proporciona um debate atual para o país.

5. ANEXOS

Quadro 9. Principais exportações brasileiras (1889-1913) em porcentagem (%)

ANO	CAFÉ	AÇÚCAR	CACAU	MATE	FUMO	ALGODÃO	BORRACHA	COURO E PELES
1889	66,5	5,5	1,3	1,6	2,5	2,7	9,8	4,1
1890	67,7	6,2	0,9	1,5	2,1	2,4	9,7	3,6
1891	64,7	9,9	1,3	1	1,4	4	9,9	2,8
1892	71,4	7,8	0,9	0,7	0,9	1,8	9,8	2,1
1893	67,8	6,1	1,5	0,5	1,9	6	10,6	1,5
1894	68,5	6,7	1,1	1,3	0,9	4	11,7	1,6
1895	68,7	5,6	1	1,3	1,2	1,5	15,5	2,2
1896	69,4	5,9	0,9	1,3	1,2	1,3	13,3	2,4
1897	63,8	4,8	1,4	1,8	3,5	2,3	16,3	2,8
1898	55,3	5,8	2,2	1,8	4,5	1,2	21,3	2,8
1899	56,6	2,5	2,3	1,8	2,7	0,6	24	4,3
1900	56,9	4,3	2,2	2	4	3,5	19,6	3,1
1901	59	3,8	2,1	2,4	4,1	1,1	21,2	2,6
1902	55,8	2,6	2,8	3	3,3	3,3	20	4,2
1903	51,7	0,5	2,8	1,8	2,6	3,6	26,4	4,9
1904	50,6	0,2	2,8	2,5	2,1	2,1	28,4	6,1
1905	48	0,9	2,3	2,8	1,8	2,6	32,3	4,2
1906	52	1,1	2,6	3,5	1,8	3,1	26,5	4,7
1907	52,7	0,2	3,7	3	2,4	3,2	25,3	4,4
1908	52,2	0,6	4,5	3,7	1,9	0,5	26,7	4,6
1909	52,5	1,1	2,5	2,6	2,1	0,9	29,7	4,4

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940 pg.1424-1425.

Observa-se que o principal produto que o país exportava era o café neste período. Tem-se uma queda da exportação devido à crise norte-americana e a partir dessa época observa-se uma elevação da exportação da borracha brasileira. Mas no geral a estrutura das exportações brasileiras quase não sofreu grandes modificações.

Quadro 10. Balança comercial brasileira (1889-1909)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1889	259.095	217.800	41.295
1890	280.665	255.520	25.145
1891	439.091	413.680	25.411
1892	618.319	527.104	91.215
1893	666.801	546.144	120.657
1894	729.455	649.402	80.053
1895	790.926	709.018	81.908
1896	755.555	743.467	12.088
1897	824.305	732.173	92.132
1898	840.385	792.457	49.428
1899	832.082	734.940	97.142
1900	850.339	548.939	301.400
1901	860.827	448.353	412.474
1902	735.940	471.114	264.826
1903	742.632	486.489	256.143

1904	776.367	512.588	263.779
1905	685.467	454.995	230.467
1906	799.670	499.287	300.383
1907	860.891	644.938	215.953
1908	705.791	567.272	138.519
1909	1.016.590	592.876	423.714

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova.SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, (IPEA - monografia, 10) 1973, pg.439.

Em relação à balança comercial brasileira percebe-se que as exportações foram maiores que as importações em todo o período, registrando um superávit. Até mesmo na crise mundial em 1897 (que ocasionou na queda do preço do café) e foi a partir dessa época que se começou a elaborar no Brasil políticas protecionistas para o café de a fim de valorizar o preço no mercado mundial.

Quadro 11. Orçamento do Brasil (1889-1909) em 1.000 contos de réis

ANO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA PAGA	SALDO
1889	*	*	-25,3
1890	195,3	220,6	-25,3
1891	228,9	220,6	8,3
1892	227,6	279,3	51,7
1893	259,9	300,6	-40,7
1894	265,1	372,8	-107,7
1895	307,8	344,8	-37,0
1896	346,2	368,9	-22,7
1897	303,4	379,3	-75,9
1898	324,1	668,1	-344,0
1899	320,8	295,4	25,4
1900	307,9	433,6	-125,7
1901	304,9	334,5	-29,6
1902	343,8	297,7	46,1
1903	415,4	363,2	52,2
1904	442,8	463,5	-20,7
1905	401,0	374,9	26,1
1906	431,7	423,4	8,3
1907	536,1	512, 2	13,9

1908	441,3	511,0	-69,7
1909	449,9	518,3	-68,4

Fonte: VILLELA, Annibal Villanova.SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, (IPEA - monografia, 10) 1973, pg.109. (*) Dados desconhecidos

Percebe-se o aumento da receita arrecadada neste período e o aumento do déficit orçamentário em geral. Segundo Villela e Suzigan (1973) depois da crise do encilhamento¹¹⁰ em fins de 1891, o conjunto das políticas monetária e fiscal objetivou o equilíbrio orçamentário e o controle da oferta de moeda. Esses objetivos, no entanto, eram prejudicados pelas crises de comércio exterior, que reduzindo as importações, afetavam a receita governamental.

¹¹⁰Crise financeira. Na época, o Ministro da Fazenda, adotou uma **política** que tinha como base liberar crédito para investimentos industriais que se garantiam pelo excesso de emissão monetária. Porém, a forma como esse processo foi organizado resultou em uma especulação financeira desenfreada e uma alta taxa de inflação (VILLELA e SUZIGAN, 1973).

Quadro 12. Endividamento externo brasileiro (1889-1909)

ANO	NOVOS EMPRÉSTIMOS	SALDO EM CIRCULAÇÃO
1889	19.837	31.104
1890	*	30.897
1891	*	30.578
1892	*	30.180
1893	3.710	33.487
1894	*	32.929
1895	7.442	39.817
1896	1.000	40.203
1897	2.000	40.460
1898	8.614	47.500
1899	*	46.303
1900	*	45.597
1901	18.069	63.449
1902	*	63.222
1903	8.500	71.302
1904	2.062	72.900
1905	6.800	79.043
1906	10.290	88.675
1907	5.650	92.265

1908	23.750	112.618
1909	4.300	114.704

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940 pg.1424. (*) Dados desconhecidos

O endividamento externo do país nesta época é crescente e de acordo com Villela e Suzigan (1973) e o seu pagamento se fez com o produto de novos empréstimos contraídos para esse fim.

Quadro 13. Principais produtos da pauta de exportação de Minas Gerais

(Participação percentual na receita) *

Ano	Produtos da lavoura	Produtos da pecuária	Minerais
1818/9	24% (algodão 17%) (outros 7%)	35% (toucinho 14%) (gado vacum 12%) (outros 9%)	21%
1844/5	34% (café 25%) (Fumo 9%)	43% (gado vacum 18%) (toucinho 15%) (outros 10%)	*
1854/5	60% (café 54%) (outros 6%)	22% (gado vacum 12%) (toucinho 7%) (outros 3%)	*
1868/9	70%	23%	*

	(café 65%) (outros 5%)	(gado vacum 12%) (toucinho 8%) (outros 3%)	
1878/9	77% (café 72%) (outros 5%)	18% (gado vacum 12%) (toucinho 4%) (outros 2%)	*
1888	81% (café 79%) (outros 2%)	12% (gado vacum 7%) (outros 5%)	*
1898	72% (café 68%) (outros 4%)	18% (gado vacum 10%) (queijo 4%) (outros 4%)	7% (ouro 7%)
1908	50% (café 38%) (fumo 4%) (outros 8%)	35% (gado vacum 19%) (queijo 4%) (toucinho 3%) (outros 9%)	8% (ouro 6%) (outros 2%)

*Nessa quadro estão considerados apenas produtos de lavoura, de pecuária e minerais, portanto o percentual não alcançará 100%.

Fonte: JACOB, R. Minas no século XX, pgs. 411 e 412. *Apud* SINGER. Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. (1968) p.227. (*) Dados desconhecidos

Segundo Singer (1968, p.228), pelos dados deste quadro verifica-se que a trajetória do café pela economia mineira assume nítido caráter cíclico. “Entre 1844/5 e 1888, o café substitui os produtos de agricultura de primeira necessidade – toucinho, gado vacum, fumo – na pauta de exportação mineira; entre 1888 e 1908, o processo de

“subsistência” retomam o lugar que tinha ocupado na economia de exportação do estado”. Porém, o rápido crescimento da exportação desses produtos requeria um mercado em expansão, que constitui o outro fator explicativo da transformação sob análise. Este mercado em expansão era formado pelo eixo Rio-São Paulo, cuja rápida urbanização se iniciara na última década do século passado.

Para observarmos melhor a queda da exportação do café em Minas Gerais, podemos analisar os anos de 1878/9, que no total de 77% de produtos da lavoura, o café tinha uma participação de 72%, já em 1908, no total de 50% dos produtos da lavoura, o café teve uma participação 38%. Se compararmos as porcentagens percebemos que em 1878/9 a participação da lavoura na pauta de exportação mineira foi de 77% e do café 72% como já mencionado acima, o que significa uma participação do café de 93,50% em relação aos produtos da lavoura. Já em 1908, a participação total dos produtos da lavoura foi de 50% em relação ao total da pauta da exportação (o que confere uma queda de 27% em relação a 1878/9), e a participação do café foi de 38%, como já mencionamos acima, o que confere também, uma participação menor em relação ao outro ano analisado, agora ficando em 76% em relação aos produtos da lavoura. O que significa que a queda da exportação do café mineiro abriu um certo espaço para a diversificação produtiva, mesmo que para produtos de subsistência que aumentaram suas exportações para os estados vizinhos.

Quadro 14. Políticos mineiros (1891-1914)

Político	Presidente de Estado	Prefeito da Capital	Presidente da República	Partido Político
José Cesário de Faria Alvim Filho	Nov. 1889 a Fev.1890	*	*	*
João Pinheiro da Silva	Fev./Agosto 1890	*	*	*
José Domingo da Rocha	Agosto/Out 1890	*	*	*
Antônio Augusto Lima	Novembro 1890/1891	*	*	*
Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira	1891-1892	*	*	*
Afonso Augusto Moreira Pena	1892-1894	*	1906-1909	PRM#
Chrispim Jacques Bias Fortes	1894-1898	*	*	PRM
Francisco Silviano de Almeida Brandão	1898-1902	*	*	PRM
Francisco Antônio de Sales	1902-1906	1899-1902	*	PRM
João Pinheiro da Silva	1906-1908	*	*	PRM
Júlio Bueno Brandão	1908-1909/1910-1914	*	*	PRM

#Partido Republicano Mineiro

Fonte: Mensagem dos Presidentes de Estado (1891-1914). Elaboração própria. (*) Dados desconhecidos

Quadro 15. Presidentes do Brasil (1889-1909)

Presidente do Brasil	Ano	Partido Político
Manuel Deodoro da Fonseca	1889-1891	Militar
Floriano Vieira Peixoto	1891-1894	Militar
Prudente José e Barros de Moraes	1894-1898	PRF
Manuel Ferraz de Campos Sales	1898-1902	PRP
Francisco de Paula Rodrigues Alves	1902-1906	PRP
Afonso Augusto Moreira Pena	1906-1909	PRM

Fonte: CPDOC, 2015 (elaboração própria)

Quadro 16. Orçamento de Minas Gerais (1889-1909)

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1897	20.952	20.667	285
1898	17.830	19.652	-1.822
1899	18.588	17.638	950
1900	14.542	18.705	-4.163
1901	16.571	17.445	-874
1902	16.829	16.133	696
1903	16.195	16.642	-447
1904	17.388	16.349	1.039
1905	14.071	16.097	-2.026
1906	14.953	19.005	-4.052
1907	23.994	20.757	3.237
1908	20.105	24.159	-4.054
1909	21.185	27.356	-6.171
1910	22.847	32.063	-9.216
1911	23.372	29.690	-6.318
1912	36.762	29.340	7.422
1913	31.487	32.883	-1.396
1914	27.483	33.914	-6.431

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.

Percebe-se na maior parte deste período uma redução da receita de Minas Gerais. Tem uma arrecadação considerável no ano de 1907 (ano que se obteve empréstimos com a França) época que João Pinheiro da Silva era presidente de Estado. Porém, no governo desse, aumentou-se as despesas. E o saldo orçamentário do Estado era deficitário na análise da estrutura em geral e crescente.

Quadro 17. Deputados estaduais mineiros

Relação de deputados estaduais (4ª legislação e 5ª legislação)			
1903-1906		1907-1910	
1ª circunscrição		2ª circunscrição	
1	Farmacêutico Bernadino de Sena Figueiredo	1	Farmacêutico Bernadino de Sena Figueiredo
2	Dr. João Batista Ferreira Veloso	2	Dr. Américo Ferreira Lopes
3	Dr. José Tavares de Melo	3	Dr. Antônio Martins da Silva
4	Dr. Lindolfo de Almeida Campos	4	Dr. Aristoteles Dutra de Carvalho
5	Dr. Joaquim Domingues leite Castro	5	Dr. José Tavares de Melo
6	Dr. Abeilard Rodrigues Pereira	6	Dr. Carlos da Silva Fortes
7	Dr. Carlos da Silva Fortes	7	Dr. João Batista Ferreira Velloso
8	Dr. Antonio Welerso Viana	8	Dr. Abeilard Rodrigues Pereira

Fonte: Arquivo Público Mineiro. (2015)

2ª Circunscrição		2ª Circunscrição	
1	Dr. Carlos Peixoto de Melo Filho	1	Dr. Francisco de Campos Valadares
2	Dr. Azarias José Monteiro de Andrade	2	Dr. Arthur da Silva Bernardes
3	Dr. Francisco de Campos Valadares	3	Dr. Heitor de Souza
4	Dr. Fernando de Melo Viana	4	Dr. Antonio da Silveira Brum
5	Dr. Péricles Vieira de Mendonça	5	Dr. Agostinho Pereira
6	Dr. José Felipe de Freitas Carvalho	6	Dr. Péricles Vieira de Mendonça
7	Cel. Juvenal Coelho de Oliveira Pena	7	Cel. Juvenal Coelho de Oliveira Pena
8	Olímpio Rodrigues de Araújo	8	Dr. João Evangelista Barroso

	3ª Circunscrição		3ª Circunscrição
1	Farmacêutico Francisco Lafaiete Silviano Brandão	1	Dr. Gabriel de Vilhena Valadão
2	Dr. José Ribeiro de Miranda Junior	2	Comendador Frederico Shumann
3	Cel. Simeão Stylita Cardoso	3	Cel. Manoel Alves de Lemos
4	Dr. Luiz Renno	4	Cel. Eduardo Carlos Vilhena do Amaral
5	Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão Filho	5	Dr. Zoroastro de Alvarenga
6	Cel. José Pereira de Seixas	6	Dr. José Ribeiro de Miranda Junior
7	Cel. Manoel Alves de Lemos	7	Cel. Simeão Stylita Cardoso
8	Conego Francisco Xavier de Almeida Rolim	8	Dr. João de Almeida Lisboa

Fonte: Arquivo Público Mineiro. (2015)

	4ª Circunscrição		4ª Circunscrição
1	Cel Joao Quintino Teixeira	1	Cel. José Luiz Campos do Amaral Junior
2	Dr Franklin Botelho	2	Cel. Francisco Paoliello
3	Dr. Afrânio de Melo Franco	3	Dr. Waldomiro de Barros Magalhães
4	Américo de Macedo	4	Dr. José Tocqueville de Carvalho
5	Cassiano Rafael de Afonseca e Silva	5	Cel. Garibaldi de Castro Mello
6	Cel José Galdino Rios	6	Cel. José Galdino dos Passos Rios
7	Dr. José Augusto de Assis Lima	7	Cel. Jayme Gomes de Souza Lemos
8	Cel. Jayme Gomes de Sousa Lemos	8	Dr. Argemiro de Resende Costa

	5ª Circunscrição		5ª Circunscrição
1	Dr. Afonso Pena Júnior	1	Dr. José Alves Ferreira e Mello
2	Cel Sebastião Augusto de Lima	2	Dr. Joaquim Pedro Rosa
3	Dr. Luiz Cassiano Martins Pereira	3	Dr. Afonso Pena Junior
4	Cel. Júlio de Vasconcelos Teixeira da Motta	4	Cel. Sebastião Augusto de Lima
5	Dr. José Alves Ferreira e Melo	5	Conego Francisco Xavier de Almeida Rolim
6	Dr. Pedro Luiz de Oliveira	6	Cel. Júlio de Vasconcelos Teixeira da Mota

7	Major Modestino Gonçalves	7	Dr. Antônio do Prado Lopes Ferreira
8	João Bráulio Moinhos de Vilhena Junior	8	Dr. Adolfo Ribeiro Viana
6ª Circunscrição		6ª Circunscrição	
1	Pedro Laborne	1	Cel. Inácio Carlos Moreira Muria
2	Cel. Edmundo Blum	2	Dr. João Pinheiro de Miranda França
3	Dr. Epaminondas Esteves Otoni	3	Dr. João Porfirio Machado
4	Dr. Honorato Jose Alves	4	Dr. Edgardo da Cunha Pereira Sobrinho
5	Arthur Queiroga	5	Cel. Edmundo Blum
6	Cel. Celestino Soares da Cruz	6	Dr. João Antônio Lopes de Figueiredo
7	Cel. Arthur José Pimenta	7	Cel. Pedro Laborne
8	Cel. Inácio Carlos Moreira Murta	8	Dr. Nelson Coelho de Sena

Fonte: Arquivo Público Mineiro. (2015)

1ª circunscrição	Centro
2ª circunscrição	Sul
3ª circunscrição	Mata
4ª circunscrição	Norte-Leste
5ª circunscrição	Oeste
6ª circunscrição	Triângulo

Fonte: Arquivo Público Mineiro. (2015)

Obs: A circunscrição pode ser entendida como a divisão territorial para fins eleitorais. Na época, as circunscrições de Minas Gerais de maior peso político era do Centro, do Sul e da zona da Mata. A maioria dos políticos eram das famílias do poder rural de Minas Gerais. Como por exemplo: “Antônio da Silveira Brum nasceu em Muriaé (região sul de MG) em meados do século XIX, em uma família de cafeicultores. Na época o município se destacava por ser o segundo na produção cafeeira da região e pelo forte domínio dos coronéis, proprietários de grandes fazendas que constituíam a elite econômica e política

local. Graduou-se em direito em São Paulo, mas pouco exerceu a profissão e se ingressou na carreira política”.¹¹¹

Quadro 18. Senadores da 27^a legislatura (1906-1908)

Senadores da 27^a legislatura (1906-1908)
João Pinheiro da Silva 1905-1906
Francisco Antonio Salles 1907-1910
Feliciano Augusto de Oliveira Penna 1906-1908
Julio Bueno Brandão 1906-1908

Fonte: Arquivo Público Mineiro. (2015)

Quadro 19. Exportação de Minas Gerais no governo de Pinheiro (1906-1908)

Exportação (Kilogramas)				
Produtos	1905	1906	1907	1908
Café	22.898.282	143.254.498	159.729.890	*
Gado vaccum	272.948	337.174	280.538	*
Fumo de Rolo	3.319.918	3.106.496	3.167.027	*
Queijo	3.944.472	4.159.642	4.634.409	*
Toucinho	4.556.383	3.956.508	3.873.849	4.227
Gado suíno	42.032	46.268	37.739	*
Milho	18.999.420	16.604.462	22.946.793	26.821

¹¹¹ Mais informações ver: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). <<http://cpdoc.fgv.br/>> acessado em 07 de setembro de 2015.

Manteiga	972.540	945.421	1.420.849	*
Leite	4.334.159	3.920.340	5.100.594	*
Ouro	3.612.068	3.522.093	3.856.950	7.894

Fonte: Relatório do Presidente de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, 1908. Elaboração própria (2016) (*) Dados desconhecidos

Quadro 20. Imposto de arrecadação estadual sobre a produção mineira (1906-1908)

Produtos	1905	1906	1907	1908
Café	4.950:251\$163	5.643:436\$924	5.808:584\$364	*
Gado vaccum	1.149:419\$360	1.323:035\$052	1.168:084\$080	*
Fumo de Rolo	242:354\$216	219:163\$151	303.362\$592	*
Queijo	175:229\$004	174:704\$964	171:473\$132	*
Toucinho	113:909\$575	135:708\$224	143:332\$413	*
Gado suíno	92:267\$200	92:616\$000	77:784\$500	*
Milho	49:398\$492	51:307\$787	80:313\$775	*
Manteiga	73:913\$040	90:490\$850	159:135\$088	*
Leite	26:034\$954	23:522\$040	30:963\$564	*
Ouro	219:244\$291	2.11:078\$863	237:162\$811	*

Fonte: Relatório do Presidente de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, 1908. Elaboração própria (2016). (*) Dados desconhecidos

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

1ª Sessão Ordinária da 4ª legislatura. 1903. Belo Horizonte – Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes.

ANNAES do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes; **Deputado congressista Simão da Cunha.** Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1981.

Anuario de Minas Gerais. 1906 encontrado na biblioteca nacional digital Brasil: <<https://bndigital.bn.br/artigos/anuario-de-minas-geraes/>> acessado em: 10 de janeiro de 2016.

Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912) Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1917.

Anuario Estatístico do Brazil (1939-1940) Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1944.

Carta ao eleitorado mineiro. 07 de fevereiro de 1906. (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais). Publicado no Jornal Minas Geraes 12 de fevereiro de 1906. Este documento também pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.143-160.

Circular do Partido Republicano Mineiro, 23 de novembro de 1888. (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais). Este documento também pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pg.58.

Documento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, disponível no Arquivo público Mineiro (APM), na Correspondência de João Pinheiro. Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. Este documento também pode ser encontrado em: Revista João Pinheiro. Congresso Agrícola de 1903. Maio/Junho de 1981. BH. Arquivo Público Mineiro.

Documento Circular aos eleitores do 2º distrito, 28 de julho de 1889. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João

Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966.

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2 ed. rev. E atual do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Manifesto Candidatura do senado. Minas Gerais, anno XIX, nº21, p.06, 19/01/1905 (encontrado na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Belo Horizonte. Minas Gerais.) Este documento também pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.133-138.

Ministério da Fazenda, **Anuário Estatístico do Brasil** 1942. 1942

Secretaria da Agricultura. **Anuário Estatístico de Minas Gerais.** BH, Imp. Oficial ano II (1922/1925)1929

SILVA, João Pinheiro da. **2ª Entrevista concedida por João Pinheiro** a “O Paíz”, e publicada no “Minas Gerais” de 23/09/1906. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.176-185.

Discurso proferido nas exéquias de Cesário Alvim, celebradas em Belo Horizonte, em 14 de janeiro de 1904. Publicado na Revista do Arquivo público Mineiro, ano XI, 1906. Este documento também pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966. pp.124-132.

SILVA, João Pinheiro da. **Entrevista concedida ao Jornal Minas Geraes** 30 de dezembro de 1902 (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da. **Entrevista concedida ao Jornal Minas Geraes 07 de fevereiro de 1903.** (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da. O novo governo de Minas. **1ª Entrevista concedida por João Pinheiro** a “O Paiz”, e publicada no Jornal Minas Geraes de 20/09/1906. Este documento pode ser encontrado em: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). João Pinheiro: documentário sobre sua vida. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1.

Belo Horizonte, 1966. pp.165-175. SILVA, João Pinheiro da. O novo governo de Minas (continuação).

SILVA, João Pinheiro da. **Decreto número 82**, 24 de maio de 1890 (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da. **Suplemento do número 04 do CATAGUAZES**. Órgão Oficial do município de Cataguazes. 07 de fevereiro de 1906.

SILVA, João Pinheiro. **Fundo João Pinheiro**, caixa 17. Documento 2302. 07 de janeiro de 1907(encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

MENSAGEM

Mensagem dos Presidentes de estado (1896-1911) encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Mensagem dos Presidentes de Estado (1891-1914) encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

SILVA, João Pinheiro da. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária do ano de 1906**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 07 de setembro 1906 (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Fundo João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da, **Mensagem Dirigida pelo Presidente de Estado João Pinheiro da Silva, 07 de setembro de 1906**. (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Fundo João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da, **Mensagem dirigida pelo Presidente de estado João Pinheiro da Silva em 07 de setembro de 1907** (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Fundo João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura do ano de 1908**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 15 de junho 1908 (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Fundo João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura do ano de 1908**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 15 de junho de 1908 (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Fundo João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

SILVA, João Pinheiro da. **Relatório do Presidente de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, 1908** (encontrado no Arquivo Público Mineiro, Fundo João Pinheiro, Belo Horizonte. Minas Gerais).

JORNAIS

A Peleja, Villa de Águas Virtuosas, 07 de setembro de 1906, anno X, num.20 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

A Peleja, Villa de Águas Virtuosas, 19 de agosto de 1906, anno X, num.20 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Folha do Povo, da cidade de Ubá Minas Gerais, nº 05 de 07 de setembro 1906 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Jornal Gazeta de Uberaba, 07 de setembro de 1906 nº3551, anno 28 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Jornal Minas Gerais 30 de dezembro de 1902 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Jornal O Movimento 23 de janeiro de 1889 edição 01, Ouro Preto encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Jornal O Movimento, 29 de novembro de 1889, Edição 43 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

Jornal, O evolucionista, de 07 de setembro de 1906, nº05 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

O Bandeirante, da cidade de Varginha, de 07 de setembro de 1906 nº 28 encontrado no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Minas Gerais.

SITES CONSULTADOS

CPDOC,2015.<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20\(PRP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20(PRP).pdf)> Acessado em:Fevereiro de 2015.

CPDOC,2015<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf)> Acessado em: Fevereiro de 2015.

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=720>> Acessado em: Fevereiro, 2015.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-mineiro-prm>> Acessado em: Fevereiro, 2016.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>> Acessado em: Fevereiro, 2016

<<http://memoria.org.br/>> Acesso em: Dezembro, 2014.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212679&PagFis=1034>> Acessado em: Fevereiro, 2015.

<<http://memoria.ibge.gov.br/publicacoes/estatisticas-historicas-series-estatisticas.html>> Acessado em: Fevereiro, 2015.

<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AP_Apresentacao.asp> Acessado em: Março,2015.

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?view=detalhes&id=720>> Acessado em: Março,2015.

<<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92C3C95E2F80>> Acessado em: Março, 2015.

<<http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential>> Acessado em: Junho, 2015.

<<http://bndigital.bn.br/artigos/annuario-de-minas-geraes/>>Acessado em: Junho, 2015.

<<http://archive.org/stream/anuario1921mg2#page/n3/mode/2up>>Acessado em: Junho,2015.

<<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/27/por-uf>>.Acessado em: Julho, 2015.

<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=21859>> Acessado em: Agosto, 2015.

<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20\(PRP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20(PRP).pdf)> Acessado em: Setembro, 2015.

<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf)> Acessado em: Setembro, 2015.

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/BRAND%C3%83O,%20Silviano.pdf>> Acessado em: Setembro, 2015.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

FONTES SECUNDÁRIAS

ALVIM, Aristoteles. **Confrontos e deduções. In: Minas e o bicentenário cafeeiro no Brasil (1727-1927)**. Secretaria da Agricultura, BH: Imprensa Oficial.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo. 1989.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro: documentário sobre sua vida**. Publicações do Arquivo Público Mineiro, nº 1. Belo Horizonte, 1966.

BARBOSA, Francisco de Assis. **As ideias políticas de João Pinheiro: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados**. Brasília: Senado Federal/MEC; Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1980

BARBOSA, Rui. **Discurso de 1893**. In: LACERDA, Virgínia Cortes. pgs.180-181. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1957.

BARBOSA, Rui. IN: AGUIAR, Pinto de. **Rui e a economia brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

BASTOS, C. A. **Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)**. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte: (s.n.), 1997

BOMENY, Helena. **Mineiridade dos modernistas: A república dos mineiros**. IUPERJ. Tese de doutorado.1991

BOMENY, Helena. **O Brasil de João Pinheiro: O projeto educacional**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, (2005) p.137-192

CAMPOS SALES, M. F. **Da propaganda à presidência**. São Paulo. Editora: Typografia.1908

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1975.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira** 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. Unesp/Facamp: Campinas, 2ª edição. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.p.79-108.

CARVALHO, José Murilo de. **Trajetórias Republicanas**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória**. Belo Horizonte; Ed: UFMG. 2ª edição 2002.

CHAVES. Edneila Rodrigues. **Pobreza, riqueza e hierarquização em sociedade local (Minas Gerais, século XIX)**. Estud. hist. (Rio J.) vol.27 nº 53 Rio de Janeiro Jan./Junho 2014

COELHO, Copérnico Pinto (Org.). **Coletânea do centenário de nascimento de João Pinheiro da Silva**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1960.

COSTA, F. N. **Bancos em Minas Gerais. 1889-1964**. Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado. 1978

COSTA. Guilherme Meirelles da. **A formação política de João Pinheiro da Silva**. Dissertação de mestrado. FACH. UFMG. 2006

DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP. 3ª edição 2009

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1ª edição, 1981.

DULCI, Otávio. **João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.109-136.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte; Editora UFMG, 1ª edição 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª edição.1975.

FERREIRA, Marieta M. **Em busca da Idade do Ouro**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FRANCO, Gustavo H. B.. **A Década Republicana: o Brasil e a economia internacional 1888/1900**. Rio de Janeiro, editora: José Olympio.1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro. 34ª edição 1998.

FREYRE, Gilberto. **Continente e ilha**. Rio de Janeiro:CEB, 1943 a.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 34ª edição. 2007

GOMES, Ângela de Castro. **Memória, política e tradição familiar**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, (2005)

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. **A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado).

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848 - 1875)**. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, 3ª edição 1997.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais, 1870 – 1920**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 1ª ed., São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1957.

MACIEL, Adhemar Ferreira. 1928 - – **Dimensões do direito público** - Belo Horizonte, livraria Del Rey Editora, 2000.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. Ed. 6ª. São Paulo: HUCITEC, 1995.

OLIVEIRA, M. F. M. **O Pensamento Econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)**. Tese

de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. 2012.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. **Consumo e Cultura Material, São Paulo Belle Époque (1890-1915)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. 2009

PAULA, J. A. **Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro**. Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 15, n.2, p. 257-282, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª edição 2000.

PRADO JUNIOR., Caio. **História econômica do Brasil**. 5 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª edição. 1959.

RESENDE. Maria Efigênia. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1899-1906)**. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1982.

ROSA. José Guimarães. **Ave, Palavra**. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1970.

SILVA, Silva. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

SILVA. Adélmo José da. **A moral positivista de João Pinheiro da Silva**. Revista de Estudos Filosóficos número 07. UFSJ, 2011.

SINGER. Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo. 1ª edição, 1968.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Abril Cultural, 1ª edição, 1983.

SOUZA. Maria do C. Campello de. **O processo político partidário na Primeira República**. In: Carlos G. Mota (org.). Brasil em perspectiva. 15ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

TAMBASCO. José Carlos Vargens. **A biblioteca de João Pinheiro**. Rio de Janeiro: IHGB. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ano 162, número 409, 2001.

TAMBASCO. José Carlos Vargens. **João Pinheiro e a Cerâmica Nacional de Caeté**. Rio de Janeiro: IHGB, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ano 158, número 384, 1997

TORELLI, Leandro Salman **A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2004.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Fonte digital da 3ª edição (versão para ebook) Brasiliana online. 2002

TORRES, João Camillo de Oliveira. **O homem e a montanha. Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro**. Editora Autêntica. 1ª edição. 1943.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. 4º ed. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro, 1956.

VILLELA, Annibal Villanova.SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, (IPEA - monografia, 10) 1973.

VISCARDI, Cláudia M. R. **Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada**. Curitiba, UFPR. 1999

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**/ John D. Wirth; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v.50)